Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Leonardo Abreu da Costa

Neoliberalismo e ditadura na Argentina (1976 – 1983)

Rio de Janeiro
2023

Leonardo Abreu da Costa

Neoliberalismo e ditadura na Argentina (1976 – 1983)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Belmonte

Coorientador: Prof. Dr. Marcelo dos Santos Rodrigues

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C837 Costa, Leonardo Abreu da.
Neoliberalismo e ditadura na Argentina (1976 – 1983) / Leonardo Abreu da Costa. – 2023.
153 f.

Orientador: Alexandre Belmonte.
Coorientador: Marcelo Santos Rodrigues.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Argentina - Política e governo - 1976-1983 - Teses. 2. Neoliberalismo - Argentina - Teses. 3. Ditadura - Argentina - Teses. 4. História - Teses. I. Belmonte, Alexandre. II. Rodrigues, Marcelo Santos. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 30:321.6(82)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Leonardo Abreu da Costa

Neoliberalismo e ditadura na Argentina (1976 – 1983)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em 24 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Alexandre Belmonte (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

_____

Prof. Dr. Marcelo Santos Rodrigues (Coorientador)

Universidade Federal do Tocantins

_____

Prof. Dr. Alexis Toríbio Dantas

Faculdade de Ciências Econômicas – UERJ

_____

Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Para a minha família, preciosa fonte de amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus, pela saúde e por ter dado todas as forças.

Gostaria de agradecer também aos meus orientadores, os professores Alexandre Belmonte e Marcelo Rodrigues. Ao professor Belmonte, agradeço especialmente por ter acreditado na minha proposta de pesquisa, agradeço também pela paciência e por todos os ensinamentos. Ao professor Marcelo Rodrigues, eu gostaria de agradecer por também ter acreditado na minha proposta de pesquisa e pelos valiosos conselhos.

Agradeço também à equipe do PPGH pelo apoio dado e por transmitir tranquilidade.

Também dirijo os meus agradecimentos aos meus colegas de turma do mestrado, por toda a solidariedade nos momentos necessários.

Por fim, agradeço à minha família, por todo o apoio e amor dados. Agradeço à minha irmã, Letícia, pelas boas conversas e por todo o apoio. Agradeço especialmente aos meus pais, Adriana e Anderson, que, depois de Deus, são os principais responsáveis de eu chegar aqui, e agradeço também por todos os ensinamentos e por todo o amor.

Nós não somos contra o progresso, mas nós não queremos o progresso que é anárquico e criminalmente negligencia os direitos dos outros.

Thomas Sankara

RESUMO

COSTA, Leonardo Abreu da. *Neoliberalismo e ditadura na Argentina (1976 – 1983)*. 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A Junta Militar argentina, que chegou ao poder após o golpe militar de março de 1976, instaurou uma das ditaduras mais repressoras da América Latina durante a década de 1970, porém, junto com o seu projeto de poder, havia também um projeto econômico de inspiração neoliberal. Nesse sentido, a dissertação tem como objetivo em realizar uma análise crítica das medidas econômicas de inspiração neoliberal implementadas durante o governo da Junta Militar e o seu uso como forma de disciplinamento da população argentina. Além disso, o estudo também pretende expor as consequências das medidas econômicas de inspiração neoliberal no cotidiano da população argentina. Além do impacto no cotidiano da população, a análise considerou também o sentido político da implementação do modelo neoliberal argentino, no qual tinha o objetivo de isolar as classes populares da política nacional. Para a realização do estudo, foram necessárias fontes primárias de diferentes tipos, como as edições das décadas de 1970 e 1980 do jornal Folha de São Paulo, e as fontes oficiais, como as edições da revista oficial do Ministério da Economia da Argentina, a legislação argentina do período publicada no Boletim Oficial da República e as atas da Junta Militar, que foram encontrados no Edifício Cóndor.

Palavras-chave: Argentina; neoliberalismo; ditadura militar; disciplinamento.

ABSTRACT

COSTA, Leonardo Abreu da. *Neoliberalism and dictatorship in Argentina (1976 – 1983).* 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The Argentine Military Junta, which came to power after the military coup of March 1976, established one of the most repressive dictatorships in Latin America during the 1970s, but, along with its power project, there was also an economic project of neoliberal inspiration. In this sense, the dissertation aims to carry out a critical analysis of the economic measures of neoliberal inspiration implemented during the government of the Military Junta and their use as a way of disciplining the Argentine population. In addition, the study also intends to expose the consequences of economic measures of neoliberal inspiration in the daily life of the Argentine population. In addition to the impact on the population's daily life, the analysis also considered the political meaning of the implementation of the Argentine neoliberal model, which had the objective of isolating the popular classes from national politics. To carry out the study, primary sources of different types were necessary, such as editions of the 1970s and 1980s of the newspaper Folha de São Paulo, and official sources, such as editions of the official magazine of the Ministry of Economy of Argentina, the Argentine legislation from the period published in the Official Gazette of the Republic and the minutes of the Military Junta, which were found in the Cóndor Building.

Keywords: Argentina; neoliberalism; military dictatorship; disciplining.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
Apege	Asamblea Permanente de Asociaciones Profesionales
BIR	Banco de Intercambio Regional
CEE	Comunidade dos Estados Europeus
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGE	Confederación General Económica
CGT	Confederación General del Trabajo
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNT	Comisión Nacional del Trabajo
ERP	Ejercito Revolucionário del Pueblo
ESMA	Escuela de Mecánica de la Armada
EUA	Estados Unidos da América
FAL	Fuerzas Armadas de Liberación
FAP	Fuerzas Armadas Peronistas
FAR	Fuerzas Armadas Revolucionarias
FIDE	Fundación de Investigaciones para el Desarrollo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAN	Grande Acordo Nacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PRT	Partido Revolucionario de los Trabajadores
SNIS	Sistema Nacional Integrado de Salud
UCR	Unión Cívica Radical
UIA	Unión Industrial Argentina
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Sociedad del Estado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 **A ARGENTINA ANTES DO GOLPE MILITAR DE 1976** 16

1.1 **A deposição de Perón e a esperança pela sua volta** 18

1.2 **O golpe militar do general Juan Carlos Onganía** 21

1.3 **Os governos militares de Roberto Levingstone e Alejandro Lanusse** 28

1.4 **A volta do peronismo e o último governo de Perón** 35

1.5 **O governo de Isabel Perón e o Golpe Militar de 1976** 40

1.6 **O golpe militar de 1976 e os objetivos dos militares** 45

2 **O GOVERNO DE VIDELA E A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL** 47

2.1 **As primeiras medidas implementadas** 48

2.1.1 Os baixos salários e a crise social 50

2.1.2 Os limites do programa neoliberal 54

2.2 **As consequências políticas e econômicas do programa neoliberal** 55

2.3 **O auge do regime e as primeiras fissuras políticas** 62

2.4 **O aumento da crise econômica e o aprofundamento do desgaste do regime** 75

2.5 **O modelo neoliberal e os serviços públicos** 84

2.5.1 Educação Pública 85

2.5.2 Saúde Pública 89

2.5.3 Previdência Social 91

2.6 **A exploração dos recursos naturais durante a ditadura militar** 96

2.7 **A privatização limitada: as “privatizações periféricas”** 97

3 **O PROJETO NEOLIBERAL E OS SEUS OBJETIVOS POLÍTICOS** 99

3.1 **O nascimento do neoliberalismo e a sua adesão na década de 1970** 99

3.2 **A natureza violenta do neoliberalismo** 109

3.3 **O modelo neoliberal argentino e suas características** 111

3.4 **As visões políticas dos liberais-conservadores argentinos sobre a indústria e o país** 114

3.5 **A diminuição do Estado e o cotidiano da população** 119

3.6 **O modelo neoliberal da Junta Militar como ferramenta de disciplinamento** 121

3.7 **Os objetivos políticos do programa econômico neoliberal** 129

3.8 **Por que o governo da Junta Militar era neoliberal?** 136

CONCLUSÃO 139

REFERÊNCIAS 142

INTRODUÇÃO

A deposição do governo argentino de Isabel Perón, em 24 de março de 1976, deu início a mais um ciclo de governos militares na Argentina, no qual as três forças militares se uniram e criaram um governo ditatorial que ficou conhecido como Processo de Reorganização Nacional (ROMERO, 2006, p. 195). Os comandantes das três forças militares se uniram em um organismo soberano que ficaria conhecido como Junta Militar, porém o país não deixaria de ter um presidente da república como chefe do Poder Executivo, no qual, logo após o golpe, foi ocupado pelo general Jorge Rafael Videla, que também era comandante do Exército (ROMERO, 2006, p. 196).

Esse novo governo militar inaugurado em março de 1976 não significaria somente a inauguração de mais um governo militar. Os ideólogos do novo regime tinham a convicção de que a tomada do poder pelas Forças Armadas seria uma oportunidade para "refundar" o país e criar uma "nova Argentina" (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 57 – 67). Dentro desse imaginário de "refundação", os militares argentinos empreenderam uma violenta repressão contra os grupos guerrilheiros, mas, também, contra qualquer indivíduo que eles considerassem "perigoso". Dentro dessa classificação, poderia ser incluída qualquer pessoa, independente de classe social ou filiação partidária (LABREVEUX, 1977). Ou seja, nenhum cidadão, com a possível exceção dos militares e de alguns políticos tradicionais, estava seguro na Argentina após o golpe militar de março de 1976 (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 175).

Além da repressão contra qualquer cidadão, o governo ditatorial ficou conhecido pelo seu peculiar programa econômico de vertente neoliberal. Nessa mesma década de 1970, o neoliberalismo começava a ser implementado na América Latina, em que o caso mais famoso e conhecido foi o do Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet, que adotou o programa econômico neoliberal logo após o golpe de 1973. De imediato, o neoliberalismo também se espalhou para outros países como o Uruguai. Os militares argentinos que tomaram o poder não somente implementaram um programa econômico neoliberal, mas acreditaram firmemente que esse modelo econômico seria uma ferramenta essencial para "refundar" o país. No entanto, o que se revelou foi que a implementação desse modelo econômico foi um desastre para o país (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 48 – 50).

A análise da implementação do neoliberalismo na América Latina é importante pelo fato de que essa ideologia econômica necessitou de governos autoritários para que pudesse ser posta em prática. A Argentina, além da sua proximidade física e econômica com o Brasil, foi o

caso de uma ditadura muito violenta que tinha o propósito de utilizar o neoliberalismo para fins políticos.

Para este estudo, foram muito importantes os inúmeros artigos publicados pelo jornal *Folha de São Paulo*, pois essa fonte permitiu observar uma opinião crítica sobre a ditadura militar instalada na Argentina. A Folha de São Paulo teve uma grande contribuição para o desenvolvimento deste trabalho, associada à contribuição das referências historiográficas sobre o assunto.

Entre os jornais que circulavam no Brasil na década de 1970 e 1980, a Folha de São Paulo tinha os seus enviados especiais na Argentina, que aparentemente puderam escrever matérias jornalísticas baseadas naquilo que eles presenciaram como correspondentes. Além disso, havia muitas matérias da própria Folha sem autoria, que também transmitiam a situação naquele período e complementavam as ideias apresentadas pela historiografia sobre o tema. Além disso, os assuntos sobre a Argentina durante o período de 1976 até 1983 eram muito frequentes nas edições da Folha de São Paulo, e a abordagem sobre o plano econômico da ditadura militar argentina foi uma constante nas suas páginas.

Além disso, a análise das matérias da Folha de São Paulo representa uma oportunidade de realizar um estudo sobre um país fronteiriço com o Brasil. Dessa forma, a pretensão deste estudo era utilizar fontes primárias não somente argentinas como as revistas oficiais do Ministério da Economia da Argentina, as atas oficiais da Junta Militar e a legislação daquele período publicada no Boletim Oficial, mas, também, fontes como a produzida pela imprensa brasileira. Alguns importantes jornais brasileiros oferecem ao pesquisador a possibilidade de acessar as edições digitalizadas relacionadas a este período. Por essa razão, deve ser considerado como uma fonte primária útil para a pesquisa. Este trabalho também significou uma oportunidade de pesquisa por meio de fontes jornalísticas brasileiras para pesquisar sobre o programa econômico neoliberal da ditadura militar argentina.

Um historiador atento, conforme observa Marc Bloch (2002), deve questionar as suas fontes, e apesar do fato da Folha de São Paulo ser uma fonte que relatava fatos de um determinado período, transformando-se em documentos históricos, o historiador deve observar o período em que essas matérias foram escritas. O Brasil, na mesma época, também vivia uma ditadura militar, e, por isso, imperava no país a censura aos órgãos de comunicação por parte do governo militar. No entanto, de meados da década de 1970 até o começo da década de 1980, o Brasil passava pelo período considerado como o processo de abertura política do regime militar, dentro do projeto de abertura “lenta e gradual” do presidente Ernesto Geisel, no qual

foi revogada também a lei mais repressora do regime, o Ato Insitucional número 5, conhecido também como AI - 5 (BETHELL; CASTRO, 2018, p. 465 – 531). Portanto, os jornalistas brasileiros, num período de abertura, tinham um pouco mais de liberdade para escrever sobre determinados assuntos, apesar de ainda existir a censura. O jornal Folha de São Paulo publicava constantemente notícias sobre a Argentina, com um ponto de vista crítico em relação ao projeto econômico do governo, e, curiosamente, as matérias da Folha sobre a Argentina eram publicadas sem grandes interferências da censura do governo militar brasileiro.

Assim, pode-se dizer que, em certa medida, a abordagem da Folha de São Paulo em relação à Argentina era aparentemente livre quanto à análise do plano econômico e de suas consequências sociais no país vizinho. No entanto, sempre com limitações, como, por exemplo, em relação à questão dos desaparecidos e das torturas, em que o jornal tinha que ser muito cauteloso. Dessa maneira, a abordagem sobre os direitos humanos era feita de maneira muito discreta, na qual eram omitidos alguns termos, e, mesmo assim, algumas reportagens sobre direitos humanos somente foram feitas a partir da década de 1980.

O fato da Folha de São Paulo apresentar um ponto de vista muitas vezes crítico em relação à ditadura militar argentina não significa que um pesquisador que queira fazer uma abordagem crítica sobre o neoliberalismo deva nutrir ilusões sobre a grande mídia brasileira. Deve se tomar em consideração que a Folha é um dos jornais brasileiros que faz parte da grande mídia, além de ser conhecida também como um jornal de forte tendência liberal. Porém, apesar de ter simpatias liberais, a Folha também quer se distinguir do seu concorrente em São Paulo, o jornal o Estado de São Paulo, que, nesse caso, trata-se de um jornal de tendência liberal mais extremada e conservadora, além de não realizar debates sobre problemas sociais. Portanto, o historiador não deve nutrir ilusões de poder encontrar na Folha de São Paulo uma grande fonte primária para uma abordagem crítica do neoliberalismo, pois, como todo jornal, a Folha também tem a sua posição ideológica e política identificada com a elite liberal. Porém, por uma necessidade empresarial, a Folha queria se distinguir do seu concorrente, e alcançar a classe média intelectual de São Paulo. Essa é uma razão para a publicação de artigos jornalísticos mais críticos em relação às ditaduras latino-americanas e às consequências sociais do modelo neoliberal argentino.

Além das fontes jornalísticas, a historiografia especializada foi essencial para a pesquisa, pois a pesquisa se desenvolveu graças também às informações contidas na bibliografia. A historiografia argentina e a produção acadêmica de outros campos como o da economia, sociologia e psicologia foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. As consultas à historiografia especializada sobre o tema ajudaram na complementação de

informações contidas nas fontes primárias, além de ajudar a abordar o assunto por meio de diferentes pontos de vistas e estilo de escrita. Além da bibliografia, foram fundamentais também a consulta aos documentos oficiais produzidas pelo governo argentino. Apesar de serem oficiais, a utilidade delas não pode ser subestimada, pois elas contém dados que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

A estrutura da dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo pretende abordar a situação da Argentina antes do Golpe Militar de 1976. Ou seja, neste capítulo são mencionadas as condições que levaram à uma sublevação das Forças Armadas, dentro de um cenário de disputa entre as forças políticas. Uma parcela da sociedade havia se radicalizado e imposto um sério desafio às classes conservadoras por meio da luta armada. Enquanto que as classes conservadoras, por meio do seu autoritarismo, se recusava em escutar as demandas das classes populares, defendendo sua total submissão, além do forte desejo das classes conservadoras de tentar isolar politicamente as classes populares por meio de legislações e governos militares autoritários.

O segundo capítulo analisa o modelo neoliberal da Junta Militar durante o governo do general Videla. Neste capítulo estão expostas as medidas tomadas pelos civis adeptos do liberalismo no Ministério da Economia com a proteção e permissão dos militares. Além disso, evidencia também as verdadeiras intenções do governo militar ao implementar o modelo neoliberal. Neste capítulo também são expostas as consequências deste programa econômico no cotidiano da população.

O terceiro capítulo aborda o uso político do programa econômico neoliberal. Este capítulo pretende explicar, por meio da historiografia e de documentos oficiais, o porquê que o governo da Junta Militar e o seu projeto econômico eram neoliberais, além de realizar uma abordagem acerca de outras experiências neoliberais. Este capítulo também pretende realizar uma análise crítica do neoliberalismo, além de observar também a forma como o neoliberalismo foi utilizado para disciplinar a população.

Portanto, o presente estudo tem a finalidade de abordar a instauração do plano econômico de uma ditadura militar latino-americana da década de 1970. Tratava-se de uma ferramenta política de dominação, ou melhor, foi uma tentativa das classes conservadoras de lutar contra as classes populares. Como nas outras ditaduras militares existentes na América do Sul, a Junta Militar argentina também utilizou da tortura, dos assassinatos e dos desaparecimentos, que foram traços característicos do regime. A repressão foi fundamental para subjugar e calar, por um certo tempo, todo um corpo social, enquanto que as impopulares medidas neoliberais eram implementadas.

Finalmente, espera-se que o presente estudo possa ser uma contribuição adicional ao debate crítico sobre o neoliberalismo, por meio de uma abordagem histórica. Portanto, que este trabalho possa ser não somente uma contribuição ao debate acadêmico, mas, também, uma contribuição para a exposição do que significa o neoliberalismo, que é uma tentativa sutil de dominação radical dos ricos contra os pobres.

1 A ARGENTINA ANTES DO GOLPE MILITAR DE 1976

A ditadura militar argentina iniciada em março de 1976 soma-se às ditaduras militares instauradas na América Latina logo após a Segunda Guerra Mundial. Este governo militar, no entanto, difere daqueles experimentados em períodos anteriores, pois, dessa vez, os militares golpistas achavam-se comprometidos, junto com a elite liberal, com um projeto político ambicioso no qual pretendiam, praticamente, "refundar" o país, no qual eles desejavam moldar a mentalidade da população. (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 57-67)

Para executarem o seu projeto político, os militares argentinos recorreram à uma violência extrema, na qual incluiu a violência física e psicológica. No projeto desses militares, a eliminação da oposição era um dos seus principais objetivos (ROMERO, 2006, p. 196 – 199). Além disso, os militares estavam comprometidos com a implementação do modelo econômico neoliberal. Este trabalho se dedica a analisar criticamente o plano econômico neoliberal implementado pela Junta Militar.

Para compreender a ditadura militar iniciada em 1976, também chamada pelos historiadores de Processo de Reorganização Nacional, é preciso entender como era a situação da Argentina antes do golpe militar, para que, dessa forma, seja possível ter uma noção aproximada dos motivos que levaram os militares a dar o golpe de Estado.

Depois da ascensão do primeiro governo do general Juan Domingo Perón, na década de 1940, o cenário político transformou-se, pois se inaugurava um período em que a figura do general Perón passou a ser a figura central na política argentina, seja para amá-lo ou para odiá-lo.

Não é objetivo deste estudo analisar o período do primeiro governo peronista, mas deve-se mencionar que, a partir desse primeiro governo, nasceriam duas correntes políticas poderosas centradas na figura do general Perón: o peronismo e o antiperonismo.

O primeiro governo peronista foi fortemente marcado pela defesa dos ideais de justiça social e da mobilização das classes trabalhadoras para exigir melhores condições de vida e de trabalho. Portanto, além de o peronismo também ser uma corrente que gira em torno das ideias e do estilo de governo do general Perón, o peronismo defende um ideal de justiça social para os mais pobres, além de melhores condições de vida para os mais desfavorecidos (DI TELLA, 2017, p. 295 – 300).

Da mesma forma que o peronismo seguia as ideias propostas pelo próprio Perón, o antiperonismo era a oposição frontal. O antiperonismo é composto pelas tradicionais elites

econômicas, também conhecida por ser uma oligarquia detentora de grandes extensões de terra dedicadas à criação de gado. Havia também dentro do antiperonismo, além das elites econômicas, alguns setores das Forças Armadas, que foram fundamentais para a deposição de Perón (DI TELLA, 2017, p. 321 – 323). O antiperonismo também conseguiu a simpatia de alguns setores das classes médias. Portanto, o antiperonismo foi uma reação ao próprio peronismo, na qual uma parcela da sociedade argentina não aceitava a ideia de justiça social (DI TELLA, 2017, p. 317).

A deposição de Perón foi violenta, com uma ação contundente das Forças Armadas que bombardeou a cidade de Buenos Aires para depor o presidente Perón. Temendo algo pior para o país, o presidente resolve entregar o cargo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 115). Os militares golpistas não ambicionaram em organizar um governo militar, pois o plano deles era somente depor o presidente e entregar o poder para os civis, porém os militares golpistas organizaram um breve governo de transição (CONSTITUIDO..., 1955, p. 4).

Desde a deposição de Perón, o peronismo pautou o debate político, seja por promoção ou por oposição, mesmo depois da violenta deposição do seu chefe político em 1955. O peronismo é uma das correntes políticas de uma camada política contestadora aos interesses dos conservadores, enquanto que o antiperonismo é uma das características do pensamento político das camadas conservadoras. O peronismo, desde a sua fundação, detém a hegemonia política de um campo político que enfrenta os conservadores.

Do período de 1955 até 1976, um espaço de tempo que compreende pouco mais de vinte anos, o peronismo passou por transformações internas. O peronismo, mesmo afastado do processo político por determinação dos seus adversários, conseguiu manter influência política pelo fato de que ainda tinha considerável força política, e também possuía uma grande massa de eleitores. O capital político de Perón, junto com a fidelidade dos seus seguidores, também permitiu a sobrevivência do seu movimento. Outro fator que levou à transformação no peronismo foi a radicalização política dos seguidores mais jovens do partido, estimulada pelo próprio Perón, tendo na Revolução Cubana a sua maior fonte de inspiração (ROMERO, 2006, p. 166 – 175). A Revolução em Cuba foi um evento político de grande magnitude que, ao mesmo tempo, inspirou jovens latino-americanos a tentarem a instalação de um governo socialista, o que amedrontou as camadas conservadoras de todo o continente. Foi justamente o surgimento de grupos armados compostos de jovens dispostos a repetir a experiência cubana na Argentina que levou as classes conservadoras à uma radicalização política (ROMERO, 2006, p. 155 – 159).

Portanto, para se compreender o contexto político da ditadura militar, é necessário observar o cenário político do país, no qual havia a presença de grupos armados dispostos a tudo para implantar um governo socialista. Ou seja, é necessário observar brevemente a Argentina antes do golpe militar de 1976 para se compreender quais foram as motivações políticas do golpe e porque o governo oriundo deste golpe foi violento, embora, apesar dos erros de todos os grupos políticos, de maneira nenhuma justificava a ferocidade com que os militares governaram o país.

1.1 **A deposição de Perón e a esperança pela sua volta**

Os militares golpistas de 1955 não somente queriam entregar o poder aos civis, eles queriam destruir o peronismo. O general Pedro Aramburu, que presidiu o governo de transição, tomou medidas para intervir nos sindicatos controlados pelos peronistas e desmontar o partido peronista (ROMERO, 2006, p. 128). Além disso, o novo governo tomou medidas para afastar os seguidores do peronismo da vida pública, muitos foram demitidos das universidades, dos meios de comunicação e da administração pública (ROMERO, 2006, p. 128). Os adversários do peronismo trataram até mesmo de proibir qualquer menção pública ao nome de Perón (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 118 – 119).

Os militares proibiram o partido peronista e qualquer participação deles na vida política do país (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 118 – 119). Essa tentativa de destruir o peronismo falhou, pois apesar da intimidação e das ameaças dos setores mais conservadores, o peronismo não foi esquecido pela população. Pelo contrário, o peronismo sobreviveu após a deposição do seu chefe político em 1955, como também se manteve como força política (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 149). O período que se inaugurou em 1955 foi marcado por governos civis instáveis que sempre eram ameaçados pelos militares, que se tornaram uma força política ativa no país. Muitos políticos, para conseguir alguns votos e chegar ao poder, foram obrigados a fazer acordos com os peronistas, numa demonstração de reconhecimento da força do peronismo, mesmo após as tentativas de destruição dessa corrente política (ROMERO, 2006, p. 125 – 159).

O que os adversários do peronismo esperavam era que, pela força sobre a população, principalmente os mais pobres, o governo peronista fosse esquecido. Mas os próprios antiperonistas subestimaram a força política de Perón, pois o governo peronista deu às classes trabalhadoras algo que eles nunca tiveram antes: o respeito. Perón respeitava a classe trabalhadora argentina. Durante muitos anos, a população mais pobre ficou esquecida pelos

seus governantes, e somente com o aparecimento do governo de Péron, que tomou medidas para valorizar o trabalhador argentino e criou projetos de justiça social, que as classes populares se sentiram valorizadas. Dessa forma, ficava claro que tal governo não seria esquecido repentinamente.

O peronismo se baseou na ideia de justiça social, e a população mais pobre passou a enxergar no peronismo como um movimento que iria defender os seus interesses. Mesmo com a deposição de Perón, uma grande parte da população argentina continuou a depositar a sua confiança no movimento peronista. Deve-se lembrar de que havia também um senso de injustiça pela forma como se deu a violenta deposição do presidente (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 122 – 123). Mesmo longe do poder, Perón percebeu que detinha uma certa margem de manobra política, pois uma considerável parcela da população ainda tinha uma memória afetiva do seu governo, e estava disposta a votar novamente no líder do peronismo, caso permitissem que ele pudesse voltar ao país (ROMERO, 2006, p. 130 – 131).

Conforme aponta Luís Alberto Romero (2006, p. 125 – 159), o período de 1955 até 1966 pode ser corretamente denominado como um "impasse", pois a memória afetiva de uma parcela da população quanto ao governo peronista permitiu ao próprio Perón controlar votos. Os conservadores que realizaram a deposição do presidente em 1955 acreditavam que o peronismo chegaria ao fim rapidamente ao proibir a sua participação nas eleições. A exclusão de um movimento político no qual uma parcela da população se sentia representada era um sério problema político, pois obrigava a essa mesma parcela a escolher entre candidatos em que ela não se sentia representada. Mas Perón detinha o controle de votos importantes, que eram fundamentais, naquele momento, para que um político chegasse ao poder (DEVERÁ..., 1958, p. 3). Esse período de "impasse" político, corretamente descrito por Romero (2006, p. 131 – 132), obrigaria até mesmo alguns políticos contrários ao peronismo a fazerem acordos políticos com o chefe do peronismo para poderem chegar ao poder. Romero aponta para essa ideia de "impasse político" no trecho abaixo:

> Para o governo e as forças políticas que o apoiavam, o "Pacto de Proscrição" apresentava um problema para o futuro próximo ou imediato: o que fazer com o peronismo. Alguns aceitaram a exclusão *sine die*, confiando vagamente que a "educação democrática" – assim se chamava uma nova matéria do ensino médio – terminaria surtindo seu efeito. Outros aspiravam a compreender e redimir os peronistas, e os mais práticos, simplesmente a receber o seu apoio eleitoral, e por meio deste "integrá-los". As diferentes opiniões dividiram todas as forças políticas. Na direita, alguns dos velhos nacionalistas e os conservadores "populares" optaram por se aproximar do peronismo. Na esquerda, a política repressiva do governo libertador logo distanciou muitos de um bloco antieronista, no qual, até então, inimigos naturais haviam convivido. Sua missão era se dirigir à classe operária, que era peronista e não deixava de sê-lo, o que representava um sério problema para aqueles que ainda

> acreditavam na natureza burguesa ou mesmo fascista deste movimento. (ROMERO, 2006, p. 131)

Portanto, o embate político na Argentina desde 1955 até o golpe de 1966 se deu entre os peronistas e os seus adversários. O peronismo, conforme apontado acima, sobreviveu como corrente política e impôs muitas dificuldades aos políticos e aos governos que surgiram após 1955, pois as mobilizações sociais através dos sindicatos, mesmo sob a intimidação dos setores mais conservadores, não cessaram e se tornaram grandes ferramentas de pressão política sobre esses governos. Um dos motivos para que o peronismo também sobrevivesse foi a esperança de que, um dia, o general Perón retornasse ao país e governasse novamente (ROMERO, 2006, p. 130). No entanto, os antiperonistas eram compostos em sua maioria por representantes das classes conservadoras, além de o antiperonismo ser mais uma de suas características. A direita conservadora usava da firme oposição à figura de Perón para enfrentar os adversários que eles consideravam mais ameaçadores, pois as classes conservadoras tinham os seus interesses para defender e queriam impor a sua agenda política.

O próprio movimento peronista também passou por transformações internas, pois houve uma corrente dentro do peronismo que se radicalizou ao ponto de criar grupos armados para instaurar um governo socialista. (ROMERO, 2006, p. 191 – 193). O próprio Perón sabia que ele tinha um capital político imenso, no qual havia muitas pessoas que compartilhavam as suas ideias, mas ele também queria manter o controle do seu movimento. O grupo armado peronista *Montoneros*[1] recebeu a maior atenção do próprio Perón, no qual foi estimulado por ele para manter o controle do seu movimento político (ROMERO, 2006, 191 – 193).

A Revolução Cubana, ocorrida em 1959, povoou as mentes de muitos jovens latino-americanos, mas, ao mesmo tempo, aumentou ainda mais as apreensões dos setores conservadores em toda a América Latina. Na Argentina não foi diferente, pois os setores conservadores conquistaram domínio ao longo dos anos dentro das Forças Armadas, no qual combinou-se com a formação das Forças Armadas argentinas influenciadas pelo nacionalismo católico (COMBLIN, 1980, p. 187 – 197). A criação dos grupos guerrilheiros, representou também um sério desafio para os conservadores, pois as ações desses grupos, nos quais se incluíam assassinatos, sequestros e explosões de bombas geraram um clima de apreensão e medo no país (DI TELLA, 2017, p. 350 – 351). A população, no começo dos anos 1970, já esperava ansiosamente por um golpe militar para dar fim às ações dos guerrilheiros, e, dessa

[1] Os *Montoneros* eram uma guerrilha de esquerda que desejava implementar um governo socialista na Argentina na década de 1970. Os Montoneros eram também a ala mais radical do peronismo, além de verem no peronismo um espaço para defenderem todo um ideal marxista (ROMERO, 2006, p. 191).

forma, as Forças Armadas recuperavam um capital político de “restauradoras da ordem” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 26 – 44).

Para as camadas consevadoras, o grande problema era o fato de que o peronismo não entrou em extinção, como eles esperavam, apesar do afastamento de Perón e seus partidários da vida política nacional. O peronismo seria uma força política que enfrentaria uma radicalização intensa e que iria impor um sério desafio às camadas mais conservadoras da sociedade, até mesmo ao próprio peronismo, por meio do surgimento dos Montoneros e dos outros grupos armados em torno do movimento.

Mas outro fator que contribuiu para a fraqueza desses governos civis após os eventos de 1955 foi o fato de que as Forças Armadas argentinas se recusavam a cumprir somente com as suas obrigações relacionadas à defesa. Elas ultrapassavam os limites do profissionalismo e faziam manifestações polítcas. A disposição dos militares para fazer política estava dentro da ideia de os militares participarem da vida política nos países latino-americanos. Confrome aponta o padre Joseph Comblin (1980, p. 190 – 194), a formação ideológica do exército argentino, baseada em um nacionalismo católico, impeliu os militares a se inclinarem em assuntos políticos, o que não é responsabilidade deles. Essas manifestações de interferência política dos militares argentinos se intensificaram dentro de um contexto de Guerra Fria, na qual eles viam a necessidade de “combater o comunismo”, além do fato de que a Doutrina de Segurança Nacional, dentro deste mesmo contexto de Guerra Fria, também estimulou as forças militares latino-americanas a participarem institucionalmente da vida política (COMBLIN, 1980, p. 190 – 194). Essa disposição para participar da vida política deixou os governos civis em condições frágeis e com pouca margem de manobra política, pois os comandantes militares tentavam impor a sua pauta política aos presidentes civis, seja por meio de ameaças, cobranças ou discursos públicos (ROMERO, 2006, p. 125 – 159). E a disposição política das Forças Armadas levaria o país a mais um período de governo militar, que, dessa vez, desgastou a imagem das Forças Armadas. Os militares iniciaram uma ruptura política através do golpe militar de 1966 (O NOVO..., 1966, p. 8).

1.2 **O golpe militar do general Juan Carlos Onganía**

O golpe militar de 1966 organizado pelo general Juan Carlos Onganía foi um evento em que um líder das camadas mais conservadoras das Forças Armadas tentou romper com o impasse político através do autoritarismo (ROMERO, 2006, p. 159). A ditadura militar

instaurada pelo general Onganía, que ficou conhecida também como “Revolução Argentina”, significou o momento em que os militares resolveram abandonar a cordialidade política com os civis e, de forma direta, resolver os problemas políticos que o país enfrentava, através de um governo autoritário (ROMERO, 2006, p. 161).

Os governos civis que sucederam ao golpe militar de 1955, conforme apontado anteriormente, eram fracos politicamente, além do fato de que os presidentes civis do período de 1955 até 1966 não tinham um apoio civil forte para se sustentarem. Esses governos civis ora precisavam fazer acordos políticos com os peronistas para poder conseguir votos, ora tinham que se submeter às pressões políticas das Forças Armadas, pois elas estavam dispostas a realizar intromissões nos assuntos políticos (ROMERO, 2006, p. 125 – 159).

O golpe militar de 1966 ocorreu em um momento em que a América Latina sentia os efeitos da Guerra Fria. Na época, os EUA detinha uma grande influência na região. A Revolução Cubana despertou e reforçou um anticomunismo existente nas classes dominantes da América Latina, pois havia o temor por parte dessas camadas dominantes de que o exemplo da Revolução Cubana pudesse ser exportado para a Argentina como para outras partes do continente (COGGIOLA, 2001, p. 35 – 36).

O golpe militar também tinha contornos ideológicos, pois as Forças Armadas, com toda a sua formação, era um dos setores mais conservadores da sociedade. A formação das Forças Armadas, junto com toda uma influência francesa, também impeliu ideologicamente os militares a darem esse passo (COMBLIN, 1980, 187 – 197). Uma das razões para a deflagração do golpe era a responsabilidade que os militares assumiram para si mesmos de “organizar” o país diante do aumento da tensão política. O governo civil de Arturo Illia não conseguia solucionar os problemas econômicos, além das confrontações políticas entre membros das Forças Armadas e membros do governo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 152). Para muitos conservadores, o peronismo passou a ser associado ao comunismo, e o “combate ao comunismo” foi um pretexto perfeito para radicalizar a pauta política na década de 1960, além de contribuir perfeitamente para o despertar de temores políticos misturados com a carga ideológica de alguns grupos conservadores. Esses fatores foram os elementos perfeitos para que alguns desses conservadores tomassem uma atitude drástica como um golpe de Estado (ROMERO, 2006, p. 158).

O golpe militar de 1966 depôs o presidente Arturo Illia e, também, o vice-presidente, além de ter deposto os governadores e os membros da Suprema Corte (ONGANIA..., 1966, p. 2). Outra medida tomada pelas Forças Armadas foi a dissolução do Congresso e o banimento de todos os partidos políticos, uma medida que, na prática, acabava com qualquer vestígio de

política partidária (MILITARES..., 1966, p .2). Uma Junta Militar tomou o poder, e, logo depois, entregou o governo para o general Juan Carlos Onganía. Estava inaugurada a ditadura militar, em que o general Onganía teria plenos poderes para governar (ROMERO, 2006, p. 160 – 161).

As dificuldades econômicas vividas pela Argentina durante os governos civis afetavam o cotidiano da população. Muitas manifestações de trabalhadores ligadas ao peronismo serviam como uma ferramenta para organizar os trabalhadores que exigiam mais direitos. Durante os governos civis, o peronismo, através da organização dos trabalhadores, conseguiu impor um sério impasse político aos governos civis. O novo regime pretendia acabar com os conflitos civis através de um governo forte baseado no autoritarismo.

A reação das Forças Armadas em manter um grande esforço para impor a pauta política dos conservadores aos governos civis e ao reagir de forma desproporcional ao dar um golpe militar em 1966 demonstra que o peronismo, mesmo onze anos depois da violenta deposição do seu chefe político e perseguição política imposta, conseguiu resistir, como, também, causou um grande incômodo nas camadas conservadoras do país. A atitude drástica de um golpe militar para impor uma nova ordem, naquele momento, era sinal de reação das camadas conservadoras. E evidenciava uma reação àquilo que eles consideravam como o seu principal adversário político, que era um organizado movimento popular de massas que contestavam os interesses das classes privilegiadas. A sobrevivência do peronismo era evidente, pois o movimento impôs a pauta política na Argentina durante os governos civis, além de obrigar os seus adversários políticos a tomarem atitudes drásticas para impedir o fortalecimento do peronismo ou a possível volta do seu chefe político.

O governo tinha todos os poderes concentrados em torno da figura do presidente, que tinha a pretensão de restaurar a “ordem” no país no tempo que fosse preciso. Para isso, foi necessário extinguir os partidos políticos e implementar um governo de Estado forte, no qual, através da força, o novo governo iria restaurar a frágil “ordem” (ROMERO, 2006, p. 160 – 162). A tão desejada “ordem” passava também pela imposição da força e autoridade que o governo dispunha para submeter os atores sociais e políticos à vontade política do novo governo, principalmente os sindicatos.

A organização de sindicatos foi a maneira encontrada pela classe trabalhadora para reivindicar direitos e defender interesses. O próprio peronismo era uma corrente política muito influente, e os sindicatos eram uma das principais ferramentas políticas do peronismo. Embora os sindicatos deveriam dar atenção aos problemas enfrentados pelos trabalhadores, na prática, nem todos os sindicatos se dedicavam à proteção do trabalhador, pois surgiram sindicalistas

políticos muito habilidosos que priorizavam os seus interesses pessoais e políticos em detrimento dos trabalhadores, como foi o caso do chefe sindical Augusto Vandor, que representou um certo desafio ao peronismo (ROMERO, 2006, p. 135 – 137).

O regime representava também a busca por uma "disciplina social", na qual o projeto era utilizar da força do Estado para enfraquecer politicamente os sindicatos e tirar deles o poder de mobilização (ROMERO, 2006, p. 162 – 163). Ou seja, os sindicatos, que eram uma das mais eficientes ferramentas políticas do peronismo, precisava ser controlado e enfraquecido, conforme os planos dos conservadores. Caso os conservadores conseguissem enfraquecer os sindicatos, poderia resultar também no enfraquecimento do próprio peronismo. Portanto, o regime militar recebeu altas expectativas dos conservadores, pois era esperado que um governo autoritário enfraquecesse o peronismo.

Portanto, com os sindicatos enfraquecidos, os partidos políticos desmantelados e com um certo consenso do empresariado, o regime militar tinha o caminho livre para impor a sua agenda política. No entanto, Onganía poderia ser um bom militar, mas não era um bom político (ROMERO, 2006, p. 160 – 161). Faltava a ele carisma e habilidade política para a tarefa que seria a de restaurar a "ordem" no país (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 153). Devido a sua forte personalidade e algumas decisões tomadas pelo seu governo, Onganía, que a muito custo conseguiu uma certa estabilidade, deu os primeiros sinais de que poderia se enfraquecer, pois alguns aliados começaram a abandoná-lo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 158 – 159). Porém, o que destruiu definitivamente o seu governo foi um fato de imensa dimensão política que praticamente criaria as condições políticas para a futura desestabilização social e política que levaria ao Golpe Militar de 1976: o *cordobazo* (DI TELLA, 2017, p. 348).

A economia argentina, durante o governo militar, teve uma relativa melhora apresentando índices positivos. Durante o seu governo, a inflação apresentou uma tendência de queda e o desemprego permaneceu baixo (ROMERO, 2006, p. 162 – 164). Para combater a inflação, o governo utilizou da sua autoridade para se livrar das pressões exercidas pelos atores sociais e econômicos, pois, por um lado, conseguiu enfraquecer e reprimir os sindicatos, que exercia uma forte pressão política, e, por outro lado, conseguiu convencer os empresários a aumentarem a sua contribuição para a economia por meio de um argumento da necessidade de restaurar a "ordem" no país (ROMERO, 2006, p. 162 – 164). Os empresários do setor rural foram os que mais contribuíram para o esforço de recuperação, pois eles foram obrigados a pagar mais impostos, embora com uma certa resistência (ROMERO, 2006, p. 162 – 164). Portanto, uma das bases da tímida recuperação econômica foi o autoritarismo do governo que permitiu a retirada momentânea de uma força política contestadora poderosa, nesse caso os

sindicatos. O governo via os sindicatos e as universidades como frutos da “desordem”, e que seria necessário controlar e reprimir esses focos de “desordem” para que pudesse pôr em prática a sua agenda política (ROMERO, 2006, p. 161 – 162).

Aparentemente, o governo militar enfrentava poucas dificuldades sérias, pois a economia estava razoavelmente estabilizada, e o regime pretendia passar para próxima “etapa” do seu governo, a “etapa social” (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 155). Com uma economia estabilizada, embora a um alto custo, haveria razão para descontentamentos da população? O que se tornaria posteriormente em um dos maiores protestos populares da história do país foi fruto da insatisfação popular pelas dificuldades cotidianas e, também, pelo autoritarismo do governo.

O *cordobazo*, que recebeu este nome por ter ocorrido na cidade de Córdoba, foi uma grande manifestação popular que teve início em uma manifestação estudantil. Uma das suas principais queixas era a do preço cobrado nos refeitórios universitários (DI TELLA, 2017, p. 347 – 348). A repressão do governo ocasionou a morte de um estudante durante as manifestações estudantis (DI TELLA, 2017, p. 348). O que era para ser somente uma manifestação local que poderia ser facilmente dispersada pelas autoridades se transformou em uma grande manifestação popular contra o governo. A reação violenta do governo gerou fortes ressentimentos, além do fato de que os protestos estudantis não cessaram (NOVOS..., 1969, p. 2). As manifestações estudantis ganharam apoio dos sindicalistas de Córdoba, insatisfeitos com algumas dificuldades enfrentadas no seu cotidiano (ROMERO, 2006, p. 166). O governo novamente reagiu de forma violenta e a população decidiu enfrentar a repressão com barricadas e fogueiras, em um movimento de forte reação contra o governo (ROMERO, 2006, p. 166 – 167). O que se presenciou em Córdoba foi uma catarse coletiva, com depredações de lojas, no entanto sem saques. Este movimento não foi organizado e nem controlado por nenhum partido ou corrente política, tampouco teve alguma organização, mas simplesmente foi um movimento de libertação de todo um ressentimento acumulado contra o autoritarismo, no qual a população decidiu direcionar a sua raiva contra o governo (ROMERO, 2006, p. 166 – 169).

A população tomou o controle da cidade de Córdoba praticamente, e a manifestação somente foi posta ao fim depois que o Exército montou uma operação de retomada da cidade, na qual houve também enfrentamentos por uma parte da população contra o Exército. Mas apesar das dificuldades impostas aos militares, o movimento perdeu força e os militares retomaram a cidade (ROMERO, 2006, p. 166 – 167). O *cordobazo* resultou em dezenas de mortos e centenas de presos (NOVOS..., 1969, p. 6).

O resultado político do *cordobazo* para o governo foi o fato de que a ditadura autoritária e moralista de Onganía ficou desmoralizada e humilhada diante da intensa mobilização popular. Os sindicatos, que antes estavam controlados e enfraquecidos, se encorajaram para enfrentar o governo (ROMERO, 2006, p. 176). O próprio Onganía foi abandonado por aliados próximos. O presidente Onganía não tinha mais qualquer condição política para se manter à frente do governo, e, em 1970, os militares o depuseram nomeando o general Roberto Levingston para a Presidência da República (ROMERO, 2006, p. 176).

O *cordobazo* pode ser interpretado tanto pelos conservadores como pelo peronismo e correntes políticas de esquerda. Para o peronismo e esquerda, o *cordobazo* foi a manifestação pública de toda uma insatisfação política das massas contra o governo, e também deu as bases para uma futura radicalização política das esquerdas. O contexto político externo também influenciou, conforme mencionado, na radicalização das correntes de esquerda. Na década de 1960, já estava em andamento o movimento da Teologia da Libertação na Igreja Católica (ROMERO, 2006, p. 170). A Revolução Cubana estimularia muitos políticos de esquerda a formarem as guerrilhas, em que algumas dessas guerrilhas tiveram participação de jovens saídos dos movimentos de esquerda da Igreja Católica (CABRERA, 2010). No caso da Argentina, as guerrilhas, anos depois, iriam deixar o país em uma grave situação de crise política e social. O *cordobazo*, conforme apontado por Romero (2006, p. 166 – 175), daria as condições políticas para que as guerrilhas começassem a serem formadas na Argentina.

Portanto, uma leitura das consequências do *cordobazo* para o peronismo e outros movimentos de esquerda era o fato de que as correntes políticas contestadoras resolveram se radicalizar. Essa radicalização resultou que uma parcela dessa corrente política se dispusesse, a partir daí, pegar em armas para impor a sua agenda política. Esses grupos armados, muito conhecidos na América Latina como *guerrilhas*, representaram um sério desafio para as classes conservadoras, mas, também, a falta de experiência política dos seus líderes levaria a essas organizações a cometerem atentados ao qual levaria a uma reação das classes conservadoras através do Golpe Militar de março de 1976.

Conforme aponta Romero (2006, p. 173 – 174), as primeiras organizações armadas de esquerda na Argentina surgiram no início da década de 1960, logo após a Revolução Cubana. Mas na virada da década de 1960 para a década de 1970 surgiram as duas maiores guerrilhas, que ficaram conhecidas pelas suas capacidades de mobilização e organização e que iriam impor os maiores desafios políticos aos conservadores: os Montoneros, que tiveram origem nos grupos católicos de esquerda e que logo depois aderiram ao peronismo (CABRERA, 2010), e o *Ejército*

Revolucionário del Pueblo (ERP)[2], de inspiração trotskista e que estava fora da influência peronista (ROMERO, 2006, p. 174). Essas duas organizações foram muito bem sucedidas em conseguir apoio da população, além de terem realizados inúmeras ações contra figuras empresariais, militares e políticas (POZZI, 2015). Além disso, os grupos guerrilheiros junto com a organização armada de extrema-direita *Alianza Argentina Anticomunista* (Aliança Argentina Anticomunista), conhecida também como Triple A, realizaram atentados que iriam levar o país à uma situação de caos e insegurança, e esse cenário de caos seria um dos motivos que levaria os militares a darem um golpe de Estado em 1976 (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 179 – 180).

Conforme apontado acima, os Montoneros e o ERP eram as duas maiores organizações armadas, no entanto a Argentina presenciou o surgimento de dezenas de grupos guerrilheiros até o Golpe Militar de 1976. Algumas dessas organizações conseguiram se manter coesas, outras presenciaram cisões que se juntaram à outras organizações armadas ou que formaram uma nova organização (CABRERA, 2010). Dessas organizações, podemos mencionar as *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR), que logo se juntaria aos Montoneros (GONZÁLEZ CANOSA, 2017) Dentro do peronismo, os Montoneros não eram o único grupo armado, pois havia também outras organizações armadas de esquerda como as *Fuerzas Armadas Peronistas* (FAP) e os *Descamisados* (GONZÁLEZ CANOSA, 2017). Surge também a guerrilha ligada aos comunistas, que ficaria conhecida como *Fuerzas Armadas de Liberación* (FAL). O *Partido Revolucionario de los Trabajadores* (PRT) se tornaria a representação política do ERP, no entanto logo sofrerira cisões que levaria à criação do PRT "*La Verdad*", e a outra organização, que seria o braço armado dissidente, ficaria conhecida como PRT "*El Combatiente*" (CABRERA, 2010). Estima-se que tenha existido, no início da década de 1970, mais de dezessete grupos guerrilheiros, segundo Pablo Pozzi (2011).

Por outro lado, o *cordobazo*, para os conservadores, representou um ato de indisciplina social. Foi a prova de que não somente o odiado peronismo sobreviveu, além do fato de que uma parcela da sociedade estava disposta a contestar os seus interesses e a exigir mais direitos, mesmo sem estar sob a liderança do peronismo. Todo um pensamento contestador às classes conservadoras, seja sob a liderança do peronismo ou sem o peronismo, continuava vivo entre a população (ROMERO, 2006, p. 167). Os conservadores, que inevitavelmente usaram do antiperonismo para enfrentar os seus adversários, esperavam disciplinar a população através de uma violenta deposição de Perón da Presidência em 1955 e da proibição do peronismo na vida

[2] O ERP foi uma guerrilha independente de inspiração marxista (ROMERO, 2006, p. 192).

política. A ditadura inaugurada em 1966 foi uma tentativa dos conservadores de eliminar o peronismo através de uma ditadura autoritária e que pretendia permanecer por um longo tempo. No entanto, eles perceberam que tinham ainda que lidar com o problema da existência de um forte movimento de contestação e oposição aos seus interesses, formado por uma parcela da população que se sentia representada pelo peronismo.

Além disso, para direita política, o *cordobazo* representou não somente uma forte rebeldia das camadas populares, mas uma prova de que, se provocadas, poderiam ser capazes de ações como a do *cordobazo*. Por essas razões, a repressão durante a ditadura militar de 1976 visava a afetar psicologicamente a quem eram considerados inimigos, neste caso, as classes populares. Além disso, as classes conservadoras perceberam que não somente o peronismo, mas também outras organizações de esquerda se radicalizaram politicamente e estavam dispostas a desafiar os conservadores pela via armada. Ou seja, toda aquela corrente contestadora, que antes utilizava os sindicatos como poderoso meio de pressão política, agora dispunha de organizações armadas que estavam dispostas a desafiar seriamente os seus interesses políticos.

Portanto, a radicalização das forças de esquerda através da criação dos grupos armados levaram os conservadores à conclusão de que deveriam se radicalizar também para combater a esse campo contestador que questionava fortemente os seus interesses (ROMERO, 2006, p. 176). Dessa radicalização surgiria todo o planejamento por parte de um segmento das classes conservadoras, representada pelas Forças Armadas, dispostas a um golpe de Estado e a instauração de uma violenta ditadura militar. O Golpe Militar não foi algo improvisado, mas foi planejado pelos militares com o argumento de conter a crise política e social que se sucedeu após as ações das guerrilhas (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 44 – 50). No entanto, o combate às guerrilhas foi um dos pretextos, pois os militares argentinos já estavam comprometidos com a implementação da política neoliberal, conforme se verá mais adiante.

1.3 **Os governos militares de Roberto Levingstone e Alejandro Lanusse**

Logo após o *cordobazo*, o governo do general Onganía já havia perdido a sua força política e se achava politicamente isolado. A imagem política de Onganía estava bastante desgastada, e, por essa razão, já não tinha forças políticas suficientes para avançar com a agenda política dos militares. Portanto, para salvar aquilo que eles denominaram de “Revolução

Argentina", os militares depuseram o general Onganía e nomearam o general Roberto Levingstone para a Presidência da República (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 161 – 162).

Na ocasião da deposição do general Onganía, em 1970, o comandante do Exército argentino era o general Alejandro Lanusse, o idealizador político da deposição de Onganía. Além disso, Lanusse decidiu pela nomeação de Levingstone para a Presidência pelo fato dele aparentemente não ter muitas ambições políticas, no qual ele teria a tarefa de tentar salvar o regime (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 162).

Os militares entregaram o poder a Levingstone, mas eles não haviam desistido do projeto de criar um sistema político em que os peronistas estariam isolados. Eles também pretendiam continuar com o seu projeto de governo autoritário e pretendiam cumprir com os seus objetivos de entregar o governo para os conservadores. Porém, o objetivo principal era tentar isolar e destruir o peronismo, desejosos de uma democracia sem uma corrente de contestação política organizada como o peronismo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 162 – 164).

A relação de Levingstone com os peronistas foi de confronto, mas Levingstone teve também algumas ambições políticas (ROMERO, 2006, p. 177). Em relação à área econômica, ele nomeou um economista ligado aos nacionalistas, como Aldo Ferrer, e tomou medidas para proteger a indústria argentina. Além disso, criou programas internos de estímulo ao consumo de produtos industriais argentinos (ROMERO, 2006, p. 177). O governo ainda tentou estabelecer uma política de desvalorização da moeda, mas a situação política do país já era bem distinta e os investidores estrangeiros começavam a abandonar o país (ROMERO, 2006, p. 177).

Em relação à política, o novo governo tinha a tarefa de continuar a agenda política dos militares dentro do regime militar denominado de "Revolução Argentina". Apesar do *cordobazo*, continuava a insistência dos militares em executar a sua agenda política utilizando a sua autoridade, porém, os militares quiseram fazer um método de substituição, e retiraram a figura desgastada de Onganía e puseram Levingstone (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 163). Porém, conforme Romero (2006, p. 176 – 178) aponta, Levingstone passou a adquirir ambições políticas, e acreditava que poderia criar um movimento de direita civil que poderia suceder o regime. Ele acreditava que teria força suficiente para isolar o peronismo. Com essa estratégia, Levingstone buscou cooptar políticos relegados nos partidos tradicionais (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 163 – 164).

Porém o autoritarismo dos militares, ao buscar uma obediência da população por meio da força, fez com que os antigos partidos tradicionais se unissem em uma aliança política. Mas não foi somente o autoritarismo que impeliu os partidos à uma aliança, as articulações políticas

das principais figuras também possibilitaram uma aproximação de antigos adversários. Perón, que mesmo deposto e no exílio, em Madri, detinha grande influência na vida política, percebeu que o governo militar já dava sinais de debilidade. Mesmo no exílio, ele iniciou uma série de movimentações políticas, representado por Daniel Paladino, e conseguiu formar uma aliança com os radicais através de um documento chamado *Hora do Povo*, em que exigiam eleições livres, democráticas e sem nenhuma proibição política (ROMERO, 2006, p. 176 – 181).

O governo também viu o ressurgimento dos sindicatos, criando um programa de greves pelos sindicalistas. O governo estava isolado politicamente e a sua fraqueza desagradava aos militares (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 164). As forças contestadoras políticas perceberam as fraquezas políticas do regime militar e resolveram se reagrupar. Os peronistas, por determinação do seu próprio chefe político, se empenhou em uma ousada aliança com os seus adversários históricos, os radicais, em que eles resolveram se unir para pressionar o regime para que acelerasse a devolução do poder para os civis (ROMERO, 2006, p. 177). Enquanto os sindicatos resolveram arriscar uma ofensiva política contra o governo com um ousado programa de greves, essa ação provou que o governo estava bastante enfraquecido, pois pouco fez para reprimi-los (ROMERO, 2006, p. 177). As movimentações dos peronistas enfraqueceram o governo militar. Deve-se destacar a imensa habilidade política de Perón ao perceber a fraqueza do regime, mas também ao realizar uma aliança política com os seus antigos adversários que lutaram para depô-lo em 1955.

A fraqueza do governo militar ficou evidente quando, novamente na cidade de Córdoba, ocorreu uma nova onda de massivos protestos sociais muito semelhante ao *cordobazo* de 1969 (ROMERO, 2006, p. 178). O governo havia nomeado para a província de Córdoba um governador extremamente conservador, que não soube conciliar os interesses da população (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 164), e, em 1971, o *cordobazo* ainda era um evento muito recente e havia na população um clima político de revolta. Surgiu na cidade de Córdoba uma segunda grande manifestação, que dessa vez ficou conhecida como *viborazo* (ROMERO, 2006, p. 178).

Com uma possível nova mobilização de massas, era evidente que o governo não conseguiu restaurar a “ordem” e, tampouco, conciliar os interesses dos setores políticos e sociais. O *cordobazo* de 1969 serviu para despertar na população uma oposição ao governo. Essa vontade se materializou em grandes manifestações populares violentas, como as ocorridas 1969 e 1971. Portanto, os peronistas e a tradicional direita conservadora se viram diante do desafio não somente das guerrilhas, mas, também, de uma possível mobilização política das massas que poderia representar uma séria ameaça a qualquer projeto de poder dos conservadores.

Diante de uma grande manifestação popular, o governo já não detinha autoridade e força política para conciliar os interesses das diversas correntes políticas. Assim, os militares determinaram a retirada do general Levingston do poder. O general Alejandro Lanusse, comandante do Exército, assumiu a Presidência da República, e era visto como uma das poucas pessoas que poderia encontrar um equilíbrio político diante de um cenário de forte pressão política imposto pelas guerrilhas (ROMERO, 2006, p. 178).

Lanusse imediatamente anunciou um plano para a retirada dos militares do governo. O plano incluía o restabelecimento das atividades políticas, além da convocação de novas eleições para a Presidência (ROMERO, 2006, p. 178 – 179). Mas o plano político de Lanusse era uma volta ao regime democrático, no qual as forças conservadoras, também representadas na União Cívica Radical (UCR)[3], fossem as beneficiadas. O novo governo sinalizou aos radicais a possibilidade deles serem os herdeiros do regime, conforme apontou Di Tella (2017, p. 351 – 352), tanto que nomeou quadros do radicalismo para o seu governo. No entanto, o seu objetivo era implementar uma candidatura à Presidência acima dos interesses partidários, nesse caso a candidatura do próprio general Lanusse. O plano político do novo governo era uma tentativa de cooptação de quadros políticos do peronismo, com o objetivo de isolar as guerrilhas (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 165 – 167).

Conforme apontam De Riz e Torre (2018), pela primeira vez desde 1955, as Forças Armadas admitiam que o peronismo deveria participar do processo político. Lanusse se rendeu à realidade ao admitir não somente a sobrevivência do peronismo, e, também, ao fato do peronismo ser uma referência política de uma parcela considerável da população (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 164 – 165).

A partir da determinação de Lanusse em retirar os militares do governo, deu-se início à toda uma série de negociações duras entre Lanusse e Perón (ROMERO, 2006, p. 178 – 179). O próprio Perón queria voltar à cena política, mas não queria voltar como um coadjuvante, como desejava Lanusse, mas como protagonista (ROMERO, 2006, p. 179). O governo queria um acordo, no qual os peronistas deveriam concordar com a influência das Forças Armadas no futuro governo através do combate às guerrilhas, além de outros compromissos políticos (ROMERO, 2006, p. 178 – 179). De início, o plano seria uma admissão de que o peronismo poderia voltar ao poder, mas com a condição de que fizessem concessões às classes conservadoras, mas Perón recusou fazer duras concessões e resolveu enfrentar Lanusse (ROMERO, 2006, p. 176 – 181).

[3] Partido político tradicional ligado à direita antiperonista e de tendência liberal (DI TELLA, 2017, p. 324).

Perón sabia que as guerrilhas eram motivo de preocupação para as Forças Armadas e para os conservadores, e ele utilizou delas como elemento de pressão sobre Lanusse. Perón não repudiou os Montoneros, pelo contrário, estimulou internamente os Montoneros e tentava dar algum respaldo político aos jovens guerrilheiros (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 166 – 167). O velho chefe peronista sabia também que ele era uma referência política não somente para os guerrilheiros, mas também para uma boa parcela da população que tinha uma boa lembrança do seu primeiro governo. Portanto, o objetivo político do líder peronista era voltar ao poder, e, para isso, ele precisava chegar a um difícil acordo político com o governo, que favorecesse os seus interesses. Portanto, Perón explorou toda a preocupação e temor existente entre os conservadores pela guerrilha para impor os seus termos nas negociações políticas, a fim de que ele pudesse extrair o melhor acordo possível que favorecesse os seus interesses.

Deve-se lembrar também o que motivou os militares a negociar a volta do peronismo à vida política, que, nesse caso, não foi uma mera afinidade ideológica deles com o peronismo, mas o fato de as guerrilhas representarem uma séria ameaça aos militares e aos conservadores. A volta de Perón à Argentina significaria uma esperança para que os conservadores entrassem num acordo com o líder peronista para tentar isolar politicamente as vertentes radicais do peronismo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 165). Conforme apontam Liliane De Riz e Juan Carlos Torre (2018, p. 165), a operação política de Lanusse para permitir a volta do peronismo à vida política se assemelhava à operação política feita pelos conservadores no começo do século XX, na qual os conservadores permitiram que os radicais, liderados por Hipolito Yrigoyen, participassem das eleições presidenciais. Além disso, este plano dos conservadores para negociar uma volta dos peronistas ao poder representou também uma tentativa de cooptar uma parcela do peronismo para que pudesse isolar os peronistas mais radicais, que nesse momento estavam agrupados em torno dos grupos armados que diziam ser representantes do peronismo, além dos compromissos de enfrentarem os outros grupos guerrilheiros.

Perón percebeu a situação política em que vivia o país, e diante de sua experiência política, ele sabia que numa negociação um lado deve fazer concessões. O que o líder peronista queria era diminuir ao máximo as suas concessões e negociar, em posição mais favorável. Uma tentativa de golpe coordenada por oficiais seguidores de Onganía e Levingstone favoreceu Perón politicamente nas negociações. Os oficiais golpistas alegavam que não concordavam com a disposição de Lanusse de negociar com quem eles consideravam um inimigo. Perón viu nesse evento um potencial fator de desestabilização para o governo, e uma oportunidade para diminuir as suas concessões (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 166 – 167).

Lanusse sentiu que as negociações com Perón estavam muito duras e que não conseguiria um acordo político favorável a si, e permitiu a participação dos peronistas nas eleições presidenciais pondo fim à uma longa proibição política (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 166 – 167). Por outro lado, proibiu a participação do velho chefe peronista nas eleições (ROMERO, 2006, p. 179). Essa decisão se deveu ao fato de Perón ter revelado, em Madri, o fato de que ele estava tendo contato com representantes do governo, e essa declaração surpreendeu e irritou muitos membros do círculo de poder do governo. A situação somente se acalmou quando Lanusse retirou a sua candidatura à Presidência (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 167).

O governo de Lanusse, praticamente, se resumiu nas decisões políticas, no qual o chamado Grande Acordo Nacional (GAN)[4], que foram as articulações realizadas pelo governo com os grupos políticos, exigiu um maior empenho do governo (ROMERO, 2006, p. 178 – 179). O objetivo maior de Lanusse era organizar as eleições e retirar os militares do governo. Além disso, os militares estavam também empenhados em combater as guerrilhas, e, para facilitar essa tarefa, eles precisavam da condenação política por parte de Perón às guerrilhas, o que não veio (ROMERO, 2006, p. 179). No campo econômico, conforme apontava Romero (2006, p. 178), praticamente já se admitia que a tarefa de fomentar o desenvolvimento do país seria adiada, e que a prioridade seria a questão da segurança interna. No governo de Lanusse, o Ministério da Economia foi divido em secretarias, e ainda tinha que lidar com uma situação de fuga de divisas, pois o governo passava a impressão de ser incapaz de controlar os distúrbios sociais e as mobilizações de trabalhadores (ROMERO, 2006, p. 178 – 179). Além disso, o país enfrentava também uma situação de crescente desemprego e queda nos salários dos trabalhadores (ROMERO, 2006, p. 178 – 179).

Logo após a decisão do governo, Perón voltou à Argentina, brevemente, para fazer as suas movimentações políticas para as eleições de 1973. Ele formou um acordo político com os seus antigos adversários, os radicais, além de ter formalizado uma aliança com o líder radical Ricardo Balbín, para pressionar pela realização das eleições (CARLOS, 1972, p. 2). Logo depois, Perón tratou de firmar alianças para as eleições, na qual ele fechou um acordo com alguns líderes políticos conservadores. Outra medida interna do chefe para as eleições foi a determinação de que Héctor Cámpora fosse nomeado como o seu representante pessoal na Argentina. Ele também nomeou o mesmo Cámpora como candidato à Presidência junto com Vicente Solano Lima, um político conservador (ROMERO, 2006, p. 179). Cámpora era um dos

[4] Uma série de articulações políticas dos aliados do governo de Lanusse para promover uma candidatura de transição em oposição ao peronismo (ROMERO, 2006, p. 178 – 179).

quadros políticos do peronismo, além de ser conhecido por sua estrita lealdade a Perón (ROMERO, 2006, p. 179). Pouco antes, Perón organizou um movimento interno no seu partido, conhecido como *Juventude Peronista*, que era uma forma de mobilizar politicamente os militantes mais jovens (ROMERO, 2006, p. 178 – 179).

Mesmo com a proibição de que Perón se candidatasse à Presidência, os peronistas concordaram em participar das eleições gerais de 1973 (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 167). Esse era um momento histórico, pois significava para os adversários do peronismo a admissão, por parte deles, da força política do peronismo, e, também, a admissão da sobrevivência política do movimento. Isso significou também o fato de que todos os planos para destruir o peronismo, seja por uma ditadura militar ou por meras proibições não surtiram efeito. A prova final, não somente da sobrevivência política do peronismo, mas da sua força política ocorreu durante as eleições de 1973. Com quase 50% dos votos, o candidato peronista e delegado político de Perón, Héctor Cámpora, vence as eleições presidenciais (ROMERO, 2006, p. 180).

Depois de quase vinte anos da violenta deposição do governo peronista, o peronismo voltou ao poder. Para os conservadores, a volta dos seus adversários pode ter vários significados. Conforme apontado acima, a realidade da Argentina de 1973 era totalmente diferente da de 1955. A realidade do país em 1973 era a de que as guerrilhas entraram para o cenário político do país, além do fato de que elas estavam dispostas a ir até às últimas consequências para alcançar os seus objetivos políticos. As guerrilhas deram prova da sua disposição em desafiar as classes conservadoras ao realizarem dois atos que surpreenderam o país, em que eles assassinaram o chefe sindicalista Augusto Vandor e o general Aramburu (ROMERO, 2006, p. 174). No peronismo, os Montoneros exerceram pressão interna no movimento, ao ter imposto um sério desafio para a segurança pessoal dos quadros mais destacados do movimento e de outros sindicalistas (DI TELLA, 2017, p. 351). Portanto, as classes conservadoras tinham que encarar o fato de que eles não tinham que somente isolar as camadas políticas que desafiavam os seus interesses, mas que, agora, tinham que combater uma vertente mais radical dessa camada contestadora, que se dispôs a se armar.

Portanto, para as camadas conservadoras, em um momento delicado para os seus interesses políticos e para a sua integridade física, era válido um acordo político com Perón, no qual se tentou um compromisso por parte dele para condenar politicamente as guerrilhas (ROMERO, 2006, p. 180 – 181). Esse gesto representou também uma tentativa de cooptar os peronistas e o próprio chefe para tentar isolar ou eliminar essas vertentes radicais peronistas. Para a direita conservadora havia também uma frustação ao perceber que eles não haviam conseguido desarticular as organizações políticas em que as classes populares se sentiam

representadas, mesmo com a deposição forçada de Perón, com as restrições, perseguições políticas e com as ditaduras militares (ROMERO, 2006, p. 184 – 186). Porém, cabia aos peronistas encontrar equilíbrio político diante da forte pressão política exercida pelas guerrilhas sem se desgastar politicamente, e isso seria uma tarefa muito difícil.

1.4 **A volta do peronismo e o último governo de Perón**

Para as eleições gerais de 1973, o peronismo recebeu permissão de participar dela, mas a participação do seu chefe foi vetada. No entanto, ficou acordado que o peronismo lançaria uma candidatura à Presidência através do delegado político de Perón, Héctor Cámpora, que foi o vencedor das eleições (ROMERO, 2006, p. 179). Portanto, com a volta do peronismo ao governo vinha junto também altas expectativas sobre os peronistas. Conforme apontado acima, a direita decidiu ceder perante os seus adversários para isolar aqueles que eles consideravam a pior opção para o país, que eram os grupos armados (ROMERO, 2006, p. 180 – 181).

O governo de Cámpora não teve grande destaque. A exceção foi a decisão do governo recém-empossado de libertar os presos políticos do governo de Lanusse (ROMERO, 2006, p. 180). O que foi simbólico no governo de Cámpora foi a presença do presidente chileno Salvador Allende e a do presidente cubano, Oswaldo Dorticós (UMA MANHÃ..., 1973, p. 2), apontando a disposição de Cámpora em dar ao seu governo um forte viés de esquerda, conforme apontam de Riz e Torre (2018, p. 170), marcando, dessa forma, a adoção da retórica de Perón na oposição. Pouco mais de um mês de governo, Cámpora foi pressionado para renunciar ao governo, ao qual daria as condições para a criação de um mecanismo político para permitir a volta de Perón à Presidência da República. Cámpora e o vice-presidente Solano Lima renunciaram aos seus cargos, e o presidente do Congresso Nacional convocou nova eleição em que estaria garantida a participação do líder peronista (ROMERO, 2006, p. 186).

Finalmente, depois de quase 20 anos afastado da Presidência, Perón consegue voltar a governar a Argentina. A eleição soou como um plebiscito, conforme apontou Di Tella (2017, p. 365), pois a força política de Perón e as expectativas postas em torno de sua figura para controlar as vertentes mais radicais do peronismo serviram para atrair muitos votos de pessoas que não eram peronistas. Perón ganhou com mais de 60% dos votos (DI TELLA, 2017, p. 365). Ademais, ele tinha como tarefa importante também em estabilizar a economia. O velho chefe do peronismo precisou criar um jogo de equilíbrio muito complexo, no qual ele teria que encontrar um acordo entre os atores econômicos e sociais para conseguir controlar a inflação.

Já no campo político, ele tinha a tarefa de controlar, sob a sua autoridade, as vertentes mais radicais do peronismo, que, naquele momento, eram representadas pela Juventude Peronista e as guerrilhas que se diziam representantes do peronismo, além de por fim às ameaças dos outros grupos guerrilheiros.

Os conservadores se viram na necessidade de fazer um acordo político com o seu adversário político histórico. Eles tiveram que, primeiramente, admitir a força política do seu opositor e ceder, em parte, nos seus interesses políticos na tentativa de que Perón pudesse controlar o que eles temiam, que era a radicalização de uma parcela da camada política contestadora. Esse acordo consistia numa tentativa de cooptar Perón para que ele abdicasse de parte da sua agenda política para obter o apoio das classes conservadoras para assim conseguir chegar e se manter no poder. Em troca, ele teria que controlar e isolar uma ameaça que pairava sobre os seus interesses (DI TELLA, 2017, p. 361 – 365).

Perón compreendeu que o seu governo deveria ser diferente dos seus anteriores. Dessa vez, ele estaria preso aos acordos políticos feitos com os seus adversários políticos, e, portanto, deveria evitar confrontações com seus antigos adversários (DI TELLA, 2017, p. 355). Além do fato de que a situação política do início da década de 1970 era diferente da Argentina da década de 1940. O novo governo do chefe também deveria estar dentro das regras de um governo liberal. Além disso, ele havia passado por uma transformação política durante o seu exílio, e não estava disposto a exercer uma confrontação aberta contra os adversários, como fez em seus governos anteriores (DI TELLA, 2017, p. 361 – 365). Toda a retórica de forte teor esquerdista adotada por Perón foi somente retórica de campanha eleitoral, pois, quando retornou ao poder, ele mudou para um discurso conciliador com tons conservadores.

Para alcançar uma certa estabilidade governamental e obter força política suficiente para isolar e combater as vertentes mais radicais e armadas do peronismo, havia a necessidade de estabilizar a economia (ROMERO, 2006, p. 187). O plano de estabilização se baseava no combate à inflação, que, naquele período, causava um incômodo aos trabalhadores assalariados. Um dos meios para combater a inflação, dentro da realidade argentina, era a via política (ROMERO, 2006, p. 188). Perón era, sem nenhuma dúvida, um político muito habilidoso, e ele confiava na sua habilidade política e, obviamente, na sua autoridade política para alcançar um acordo.

Para baixar a inflação, era preciso garantir um compromisso dos atores econômicos, ou seja, empresários e trabalhadores, no qual cada um deles precisaria abdicar de parte dos seus objetivos e de sua agenda política em nome da recuperação econômica e da reconstrução do país. Em relação aos poderosos sindicatos organizados, a tarefa seria um pouco mais fácil, pois

Perón poderia utilizar a sua autoridade como chefe político não somente do país, mas também como chefe histórico do movimento peronista para conseguir um compromisso (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 172). Em relação aos empresários, a tarefa seria um pouco mais difícil, mas Perón teria que extrair um compromisso por parte deles, no qual seria importante a colaboração destes para estabilizar a economia. Por meio deste acordo, o presidente tentaria pacificar a sociedade. Dos trabalhadores, o presidente conseguiu o compromisso de diminuírem suas exigências e atenuarem também as greves. Enquanto que, por parte dos empresários, Perón poderia conseguir o compromisso de concordarem manter ou diminuir os preços dos produtos, ou seja, abdicar de parte do seu lucro em nome de um bem maior que era a recuperação econômica do país (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 173).

O compromisso pela via política foi alcançado, e foi forjado o chamado *Pacto Social*, que foi um grande acordo entre o governo e os atores econômicos (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 172). Cada parte concordou em abandonar, por um tempo, as suas exigências. Apesar das dificuldades, o governo conseguiu formalizar um acordo com a classe empresarial (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 172). Os sindicatos aderiram ao acordo, além de terem dado garantias de que não haveria mobilizações. O governo também tomou medidas legais para poder tirar o poder dos sindicatos e impôs restrições ao seu papel de atuação, como nas negociações com os empresários (ROMERO, 2006, p. 188 – 190). Em troca, o governo concedeu um aumento salarial de 20% para os trabalhadores, embora fosse esperado por mais (ROMERO, 2006, p. 188).

O governo precisava de bons resultados no campo econômico para que pudesse ter força política. Com um governo consolidado politicamente, o líder do peronismo poderia se voltar para as questões internas do seu movimento, além do cumprimento do pacto político que fez com os conservadores para que pudesse voltar ao poder, que, nesse caso, seria a questão dos grupos guerrilheiros, que ele ajudou a estimular. Portanto, os antigos adversários tentavam dar suporte político a Perón, dentro de um jogo de equilíbrio político criado pelo próprio presidente. Eles preferiam, dentro do ponto de vista deles, escolher um cenário menos pior para os seus interesses para que pudesse eliminar uma ameaça maior.

O propósito do Pacto Social era estabilizar a economia do país, dentro de um delicado acordo político em que Perón conseguiu conciliar os interesses dos atores econômicos. O Pacto Social deu alguns frutos, pois ao longo do ano de 1973, a economia esboçou uma recuperação em que foi beneficiada pela expansão do consumo externo de produtos agrícolas (ROMERO, 2006, p. 187).

Até 1973, a economia do país aparentava ter encontrado uma estabilidade, mas um acontecimento externo influenciou drasticamente no rumo do frágil acordo político do governo: a Crise do Petróleo (ROMERO, 2006, p. 188). Em dezembro de 1973, os principais produtores de petróleo no Oriente Médio se recusaram a vender petróleo às grandes potências do Ocidente devido ao apoio do Ocidente a Israel durante a Guerra do Yom Kippur (LEMOS; PACHECO, 2017). Essa retaliação da OPEP levou à uma crise internacional e esse acontecimento também abalou a economia argentina pelo fato de que a sua indústria dependia de componentes estrangeiros para poder funcionar, além do fato de as exportações terem ficado mais caras. Ou seja, a economia argentina foi abalada não por uma incapacidade do governo, mas por fatores externos que estavam longe do seu alcance, que, nesse caso, foi resultado de uma retaliação política dos países membros da OPEP contra o Ocidente diante de sua postura na Guerra do Yom Kippur. Com o aumento do custo da produção para a indústria, os empresários viram a sua margem de lucros cair, e, a partir daí, deu-se início à uma pressão política por parte dos empresários para que o governo autorizasse o repasse dos prejuízos ao consumidor (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 173). Porém, se o governo autorizasse esse repasse, praticamente seria o fim do Pacto Social, pois uma das bases do Pacto Social era o congelamento de preços. Além disso, a camada mais pobre da população veria o seu poder aquisitivo diminuir. Perón não queria romper o Pacto Social, além de manter os trabalhadores sob o seu comando político. Portanto, ele não autorizou os empresários a aumentarem os preços e exortou eles a manterem o Pacto Social (DE RIZ; TORRE, 2018).

O que antes poderia significar um pequeno sinal de esperança se desvaneceu, e a economia voltou a dar sinais de crise devido aos impactos da crise mundial do petróleo. A crise petrolífera afetou a margem de lucros dos empresários e as importações, obrigando o governo a gastar as suas reservas em moeda estrangeira (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 173). Com a margem de lucros ameaçada, deu-se início à uma pressão política que afetou gravemente o Pacto Social. Os empresários queriam, por um lado, defender a sua margem de lucros, enquanto que os trabalhadores não queriam perder o seu poder aquisitivo. Mas a pressão econômica externa obrigava o governo a tomar medidas rápidas, e o presidente não poderia permitir que a sua base de sustentação política, que naquele momento eram os sindicatos, se enfraquecesse. Portanto, o governo autorizou uma política de aumento salarial (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 173 – 174). Mas os empresários também pressionaram o governo, e não aceitariam ver a sua margem de lucro reduzida, tanto que Perón também autorizou um aumento de preços para os empresários, mas a margem de lucro estava em níveis inaceitáveis para este setor (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 174).

Alguns problemas provenientes de uma política de congelamento de preços logo começaram a aparecer, como, por exemplo, os mercados clandestinos. Além disso, alguns empresários começaram também a romper com o Pacto Social e implementaram aumentos de preços em seus produtos (ROMERO, 2006, p. 189).

Perón já estava sendo pressionado internamente quanto ao seu projeto político, e ele precisava reforçar a sua autoridade perante o seu movimento. A Juventude Peronista fez tentativas de radicalizar o movimento e tentar cooptar o máximo possível de apoiadores para a sua agenda de radicalização. Perón, se quisesse continuar com autoridade dentro do seu movimento e com os seus planos políticos, precisava tomar uma atitude dura. A movimentação política veio por meio do decisivo discurso na sacada histórica da Casa Rosada, no qual o presidente pediu apoio ao seus seguidores em um discurso fortemente emotivo. Houve também ameaça de renúncia, e, nesse mesmo discurso, o chefe peronista anunciou a expulsão do movimento dos elementos mais radicais dos jovens que ele outrora estimulou (NA PRESENÇA..., 1974, p. 2). Esse gesto significou o rompimento definitivo de Perón com a Juventude Peronista e com os guerrilheiros. Portanto, dessa forma, o velho chefe peronista cumpriu uma parte do seu acordo político com os seus antigos adversários e avançou na etapa do processo de isolamento das camadas mais radicais do seu movimento.

Conforme aponta Romero (2006, p. 191), o rompimento de Perón com a Juventude Peronista e os Montoneros era esperado, pois o líder peronista e os grupos armados representavam duas correntes políticas dentro de um campo político que estavam em franca discordância entre si. Por um lado, o próprio Perón queria manter o movimento político sob o seu comando através das tradicionais bases sindicais (ROMERO, 2006, p. 191 – 193). Para o líder peronista, os guerrilheiros peronistas foi somente uma ferramenta de manobra política que ele utilizou na oposição para pressionar os militares. Mas esses jovens que Perón estimulou politicamente se entusiasmaram e nutriram também planos políticos, se autodenominando representantes de um movimento de massas, cujo objetivo seria a instauração do socialismo, e, no caso das guerrilhas peronistas, o socialismo seria instaurado através da via armada (BESOKY, 2010). O próprio Perón não estava disposto a confrontar os seus antigos adversários políticos e nem radicalizar o seu movimento e ultrapassar certos limites. Mas ele precisava avançar no seu processo de isolamento desses jovens. E para avançar nessa etapa de isolamento dos jovens peronistas, ele utilizou o simbolismo dos velhos tempos, neste caso o discurso da sacada da Casa Rosada, na qual anunciou o rompimento. Para realizar este rompimento, o presidente teria que dar uma justificativa pública, e a narrativa oficial que ele encontrou,

conforme apontam De Riz e Torre (2018, p. 174), foi a de que os grupos armados eram “mercenários pagos por estrangeiros”.

O acordo político do presidente em isolar as vertentes mais radicais do peronismo estava em andamento, mas havia outro problema para resolver, o problema da economia. Com o desgaste do Pacto Social, era necessário encontrar uma outra fórmula política para estabilizar a economia através da colaboração dos atores econômicos, e Perón tinha capacidade e autoridade para forjar um outro acordo. Estava em andamento a formação de um novo acordo, porém algo inesperado aconteceu (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 175). Em 1 de julho de 1974 morria Juan Domingo Perón, o homem que criou um grande movimento de massas que mudou para sempre a história da Argentina. Perón já apresentava sinais de que a sua saúde estava debilitada, além da idade avançada (ISABELITA..., 1974, p. 3).

A continuação dos acordos políticos forjados por Perón e a formação de novos acordos ficariam a cargo da sua esposa e vice-presidente, Maria Estela de Perón, conhecida também como Isabel Perón. No entanto, a viúva do presidente não tinha a mesma habilidade política do seu marido, além de ter cometido diversos erros, alguns deles muito sérios. Isabel Perón depositou uma excessiva confiança em pessoas que elevaram a polarização política do país. Os erros da presidente e as ambições da direita levaram à uma radicalização da direita no país, que resultaria no golpe militar que levaria a Argentina ao período mais sombrio da sua história.

1.5 **O governo de Isabel Perón e o Golpe Militar de 1976**

Quando Perón assumiu o governo em 1973, ele tinha 78 anos de idade, portanto, já era um homem com idade avançada e estaria exposto à todo desgaste proveniente de um cargo de alta responsabilidade como o de presidente da República (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 171). Era incerto se Perón conseguiria terminar o seu mandato. Conforme apontado acima, Perón nomeou a sua esposa Isabel Perón, para ser a candidata à vice-presidente da República, numa tentativa de impor um nome de consenso para tentar conciliar as correntes internas do peronismo que disputavam mais influência no movimento e a candidatura à Vice-Presidência (DI TELLA, 2017, p. 365). Após a morte de Perón, coube à viúva do presidente a tarefa árdua de tentar pacificar o país e tentar alcançar a estabilidade econômica, tarefa essa que estava além das suas capacidades políticas.

Isabel Perón formou o seu gabinete de governo com pessoas do seu entorno político, no qual se destacava a figura sinistra de José Lopez Rega. Um destaque especial merece ser dado

a López Rega, pois ele foi a figura política que recebeu maior confiança de Isabel Perón. López Rega, conhecido também como *el brujo*, devido à sua inclinação pessoal para o ocultismo, era o secretário particular do próprio Perón, e era conhecido também por ser simpatizante de ideias fascistas e por ser da corrente mais à direita do peronismo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 175). López Rega estava bem posicionado no peronismo como homem de confiança de Perón, em um cenário onde o chefe peronista conseguiu com que as diversas tendências do peronismo conseguissem conviver sob a sua autoridade, desde a extrema-esquerda até à extrema-direita. Quando Isabel Perón assumiu o governo, López Rega exerceria uma enorme influência sobre a presidente, desde conselhos políticos até conselhos em áreas de ocultismo (MAIS..., 1974, p. 2). López Rega foi o responsável por levar o governo peronista, dessa vez chefiado por Isabel Perón, mais para a direita (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 177).

Isabel Perón cometeu um erro em depositar excessiva confiança em López Rega, pois ela se isolou em torno do seu grupo político. A presidente não tinha o mesmo talento político de seu marido, e, logo ao assumir o governo, cometeu outro erro que comprometeu a estabilidade do seu governo: o rompimento das alianças políticas (ROMERO, 2006, p. 190). Isabel Perón resolveu fazer um governo de confrontação política dentro dos limites de um governo liberal, e rompeu com as alianças forjadas pelo seu marido com seus antigos adversários (ROMERO, 2006, p. 190). Outro erro de Isabel Perón foi a tentativa de conquistar a confiança das Forças Armadas e da elite econômica ao tentar empreender um plano para não somente tentar isolar as guerrilhas, mas eliminá-las por meio de uma ação que despertaria as ambições políticas das Forças Armadas (ROMERO, 2006, p. 190). Isabel Perón deu início a um plano de enfrentamento, no qual um deles foi o combate direto à guerrilha na província de Tucumán, no norte do país (ROMERO, 2006, p. 194). Foi ordenada a criação da chamada "Operação Independência", que foi uma operação militar das Forças Armadas destinada a enfrentar diretamente a guerrilha em Tucumán (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 90).

O governo de Isabel Perón era uma sucessão de erros, e um dos mais sérios, conforme apontado, foi a confiança excessiva em López Rega, no qual ele teve uma excessiva liberdade para radicalizar a direita política (BESOKY, 2010). Ele foi o responsável pela criação do grupo armado de extrema-direita Triple A (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 105). A criação da Triple A, que começou no último governo do general Perón (BESOKY, 2010), teve o apoio, inclusive, de muitos sindicalistas, pois a ala mais à direita do peronismo queria eliminar a influência dos quadros mais à esquerda do peronismo, e a maneira que eles encontraram para fazer isso foi por meio de assassinatos (BESOKY, 2010). Portanto, havia uma aliança entre alguns setores sindicais e a extrema-direita para uma radicalização interna e para defenderem os seus

interesses políticos. As ações da Triple A e dos grupos guerrilheiros levaria praticamente à uma guerra civil não declarada com muitos sequestros, torturas e assassinatos em todo o país (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 101 – 106).

O clima de violência era grave, pois os grupos armados, tanto na direita como na esquerda, faziam ações, para marcar posição ou por pura ação política. Às vésperas do Golpe Militar de 1976, pairava um clima de forte insegurança na Argentina, pois as explosões de bombas eram comuns, atingindo alvos políticos e pessoas alheias a qualquer um dos lados (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 26 – 44). Não somente os Montoneros realizaram ações de grande violência, o ERP, que era outro grupo guerrilheiro tão importante como o Montoneros, realizava também grandes atos de violência, no qual um dos mais famosos foi o sequestro e assassinato de um diretor da Fiat na Argentina (CABRERA, 2010), além de ataques à guarnições militares, como o ataque ao quartel do Exército na cidade de Azul (BESOKY, 2010). A Triple A, que nesse caso era um grupo armado de extrema-direita de dentro do peronismo, também ficaria marcada por sua intolerância e violência, na qual ela ficou marcada pelos seus inúmeros assassinatos (SERVETTO, 2008). A Triple A foi uma manifestação da disputa política interna do peronismo, na qual ela cometia assassinatos não somente de peronistas mais à esquerda, mas de políticos e personalidades que ela considerava uma ameaça aos seus interesses (BESOKY, 2010). Portanto, a violência das organizações armadas impunha um terrível clima de insegurança, em que o governo dava mostras de ser incapaz de resolver.

Outro grande equívoco de Isabel Perón foi a falta de habilidade para se comunicar com as bases sindicais. No começo do seu governo havia um certo apoio dos sindicatos. López Rega foi um importante articulador e realizou importantes atividades de articulação política com os sindicalistas (ROMERO, 2006, p. 194). Essa aproximação do sindicalismo com a extrema-direita do peronismo serviu também como um meio de tentar garantir a influência interna no peronismo.

Mas o rompimento das bases sindicais com a presidente veio quando o governo anunciou o seu plano para a economia. A presidente nomeou para o Ministério da Economia, Celestino Rodrigo, figura política próxima de López Rega (ROMERO, 2006, p. 191). Rodrigo anunciou um plano que na verdade era uma medida de austeridade. Consistia em um grande aumento das tarifas e uma desvalorização do peso argentino, porém os salários teriam um aumento de baixo percentual, no qual não conseguiria acompanhar os aumentos nas tarifas. Politicamente, essa medida de Rodrigo, conhecida como *rodrigazo*, foi devastadora para o governo, pois significou que o custo de vida aumentou acentuadamente para a classe

trabalhadora (ROMERO, 2006, p. 191). Um trabalhador comum sentiria os efeitos financeiros ao pagar a sua conta de luz e no preço dos transportes (ROMERO, 2006, p. 191). Com isso, não demorou para que os sindicatos realizassem pressão política sobre o governo, pondo em perigo a aliança entre os sindicalistas e a extrema-direita contra a guerrilha, pois toda a raiva foi canalizada contra López Rega (DI TELLA, 2017, p. 366).

Os líderes sindicais organizaram uma grande jornada de greves de 48 horas, incluindo uma manifestação em frente à Praça de Maio (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 178). Um fato curioso a destacar é que essa manifestação foi uma greve realizada dentro de um governo peronista, pois isso prova que o governo se afastou das bases sindicais e de qualquer defesa dos interesses dos trabalhadores (ROMERO, 2006, p. 191). Os líderes sindicais canalizaram toda a indignação da população contra López Rega, e a força das manifestações conseguiu pressionar o governo. Isabel Perón foi humilhada, pois os sindicalistas conseguiram realmente a paralização de muitas atividades, e, diante desse cenário, López Rega e Celestino Rodrigo renunciaram aos seus cargos no governo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 178). Logo após a renúncia, López Rega tratou de sair do país, pois ele temia ser uma vítima potencial dos grupos guerrilheiros, que continuaram com suas atividades de sequestros e atentados (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 106).

Logo após às manifestações, houve uma percepção em alguns quadros do peronismo de que o governo não tinha mais nenhuma sustentação política, além do fato de a presidente ter dado uma perigosa oportunidade para as Forças Armadas de recuperarem o seu prestígio (DI TELLA, 2017, p. 367). O comandante do Exército, o general Jorge Rafael Videla, dava prazos para o governo, além de envolver institucionalmente o Exército em assuntos políticos (ROMERO, 2006, p. 195). Foi proposto à Isabel Perón, por parte de alguns peronistas, uma possível renúncia para evitar um possível golpe e tentar salvar o movimento, mas alguns membros mais disciplinados do peronismo, os chamados “verticalistas”, resistiram à essa ideia, e foram contra à possível renúncia de Isabel, na qual eles acusaram essa tentativa como “traição”, e ela resolveu se licenciar do cargo por alguns meses (DI TELLA, 2017, p. 367).

Com a licença de Isabel Perón do cargo, o governo foi conduzido pelo peronista Ítalo Luder, um peronista moderado, além do fato de os sindicalistas terem ganhado mais espaço no governo interino. Luder nomeou o peronista Antonio Cafiero como ministro da Economia, e Cafiero logo admitiu que seria difícil controlar a inflação (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 178). O controle da inflação passava por uma solução política, e, naquele momento, em que havia fortes elementos de pressão política, seja por parte dos militares, sindicalistas e guerrilheiros, o governo não tinha força política o suficiente para controlar a inflação. Além disso, o controle

político da inflação dependia também da colaboração dos atores econômicos, na qual incluía o empresariado nacional, mas que não estavam dispostos a colaborar com o governo (ROMERO, 2006, p. 194 – 195). Outro fator que marcou a recusa dos empresários em colaborar foi o afastamento de um grupo de empresários do peronismo, com a saída deles da CGE, uma agremiação de empresários formada em torno do peronismo, para criar a chamada *Asamblea Permanente de Asociaciones Gremiales* (Apege), uma associação empresarial que realizava os seus debates em oposição ao peronismo (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 179 – 180).

Em janeiro de 1976, Isabel Perón já havia voltado ao governo, e, como previsto, ela não foi capaz de controlar a caótica situação em que o país estava mergulhado (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 180). Um conjunto de fatores deixava o governo cada vez mais isolado, e os apelos para que ela renunciasse foram reforçados, mas os "verticalistas" insistiam na proteção política de Isabel (DI TELLA, 2017, p. 367). No primeiro trimestre de 1976, o país estava mergulhado na inflação, o custo de vida havia aumentado, a violência dos grupos armados, tanto de direita como de esquerda, amedrontava a sociedade, além da percepção notória de que Isabel Perón não tinha habilidade política para contornar o caos. Às vésperas do golpe militar de 1976, os sindicalistas resolveram fazer mais uma jornada de greves e manifestações, pois o governo autorizou uma nova ordem de aumentos de tarifas e serviços públicos (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 180). Esse novo aumento claramente abalou os trabalhadores. Os sindicatos obviamente foram pressionados internamente, reagindo com mais greves e mobilizações (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 180).

Não há dúvidas que a incapacidade política de Isabel Perón ajudou a agravar a crise econômica e social que vivia o país, mas seria injusto apontar somente para esses fatores como os únicos motivos para a crise e o fim do governo. A Crise do Petróleo, resultante de um conflito geopolítico, abalou a economia internacional, e abalou também a Argentina. O país viveu ciclos de governos militares nos anos anteriores e uma intensa disputa política que não deram estabilidade ao país, e esses fatores prejudicaram a formação de um consenso para uma recuperação econômica. Tentou-se uma lenta recuperação econômica por meio de um acordo político em que se ansiava que uma figura politica forte como Perón costurasse esse acordo. Mas a crise petrolífera abalou a economia argentina e prejudicou esse acordo e, até mesmo, conduziu à uma nova abordagem das potências ocidentais diante dos países periféricos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Obviamente que os grupos políticos de direita estavam insatisfeitos com um governo peronista, além do clima de caos social imposto pelas ações tanto dos grupos guerrilheiros como da Triple A, e a ameaça guerrilheira não havia se dissipado conforme era esperado por eles. No

entanto, o neoliberalismo se tornou uma nova vertente de poder no início da década de 1970 (DUMÉNIL; LÉVY, 2004), e os liberais-conservadores logo aceitaram a ideia de implementar essa nova abordagem capitalista na Argentina, e viram na fraqueza do governo de Isabel Perón uma oportunidade para avançar com a nova agenda política do capitalismo mundial, na qual os militares se tornariam sócios ao aceitarem a implementação deste programa.

O governo, mais uma vez, como em 1975, agonizava, mas, dessa vez, os militares resolveram pôr fim à essa agonia política, pois em 24 de março de 1976, as três forças das Forças Armadas, em uma ação conjunta, destituíram Isabel Perón da Presidência da República. O golpe se deu com a tomada das estações de rádio e dos canais de televisão e, logo depois, os comandantes das três forças, Jorge Rafael Videla, do Exército, Emílio Massera, da Marinha e Orlando Agostí, da Força Aérea, fizeram um discurso público no Congresso Nacional, anunciando a formação de uma junta de governo composta pelos três comandantes, conhecida como Junta Militar, e que comandaria o país (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 26 – 27). Além de ter sido destituída, Isabel Perón foi presa por ordem da própria Junta Militar (ROMERO, 2006, p. 195). Dessa forma começava o período mais sombrio da história argentina, na qual deixaria marcas profundas na sociedade.

1.6 **O golpe militar de 1976 e os objetivos dos militares**

Os militares não quiseram destruir somente os grupos guerrilheiros, eles quiseram destruir qualquer foco de oposição política, mesmo que não estivesse armado, desde os peronistas até os não peronistas desse campo contestador. Para isso, inauguraram o seu período de governo sob o pomposo nome de *Proceso de Reorganización Nacional* (Processo de Reorganização Nacional), para justamente empreender este ambicioso projeto político (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 44 – 87). Primeiro, a narrativa oficial do novo governo era de que o país estava em uma “guerra”, e, por isso, para ganhar um certo consenso da população, eles declaravam que estavam combatendo os grupos guerrilheiros, mas não demorou para que o novo governo passasse a perseguir as vertentes mais incômodas do peronismo (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 87 – 122).

No entanto, o combate às guerrilhas e a fraqueza do governo eram somente alguns fatores que levaram os militares a darem um golpe militar, pois o país estava mergulhado em uma crise econômica que o governo não conseguia resolver, o caos social ocasionado pelas guerrilhas e pelos ataques dos grupos de direita, além também das ambições políticas dos

militares. O Golpe Militar de 1976 significou a oportunidade esperada pelas elites liberais-conservadoras para a implementação de uma nova abordagem do capitalismo internacional, que, devido ao seu caráter antipopular, somente seria possível por meio de uma ditadura (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 50).

O golpe de março de 1976 não seria mais um golpe militar na história argentina, seria o golpe em que as camadas conservadoras estipularam um ambicioso objetivo político: moldar um novo país. Para os conservadores, esse novo período levaria o tempo que fosse necessário para que executassem a tarefa de moldar um novo país, ou seja, conforme apontam Marcos Novaro e Vicente Palermo (2007, p. 57 – 67) havia um plano de refundar o país, de acordo com os termos das Forças Armadas.

Entre os objetivos de refundação que os militares pretendiam implantar estava o isolamento e destruição de toda uma camada contestadora política, e, para isso, eles contavam com duas ferramentas: a feroz repressão e o plano econômico. A repressão serviu para sequestrar, torturar e assassinar aqueles que considerados incômodos no peronismo, dos quais iam desde guerrilheiros até mesmo sindicalistas. Logo não demorou para que pessoas alheias às disputas políticas fossem vitimadas pela repressão do Processo. Mas o método predileto dos militares se tornou os desaparecimentos repentinos, pois através de uma tática de inspiração nazista, os militares acreditavam que poderiam amedrontar a população, quebrar qualquer formar de resistência, além de abalar psicologicamente a população (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 140). A tortura no Processo era também psicológica, além de se ampliar ao resto da população.

Mas a outra ferramenta usada pelos militares, o plano econômico, também tinha o objetivo de refundar o país, conforme o plano dos militares. Conforme se verá mais adiante, o plano econômico tinha o objetivo de moldar a sociedade através do projeto econômico neoliberal, na qual exigiria enormes sacrifícios da população. O golpe militar de 1976 significou a oportunidade que as classes conservadoras almejavam para isolar o peronismo do debate político, e também significou a oportunidade para um projeto ambicioso, no qual passava pela implementação de um programa econômico, em que as classes conservadoras também viram nesse programa um meio de manter o seu poder. Para os militares e os seus sócios civis, o golpe de março de 1976 foi a oportunidade política para a implementação desse projeto neoliberal.

2 O GOVERNO DE VIDELA E A IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL

O general Videla, logo após o pronunciamento do golpe no Congresso, organizou o seu gabinete de governo e implementou toda a estrutura repressiva que caracterizou o regime. José Alfredo Martinez de Hoz era um advogado, e foi escolhido durante a fase de planejamento do golpe para ser o ministro da Economia. Ele foi o responsável por implementar um projeto econômico que "transformasse" o país, no qual eles queriam "refundar" a Argentina (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 44 – 67). Além disso, os militares afirmavam, de forma enfática, que a sua política econômica seria liberal e anti-estatista (ARGENTINA, 2014c, p. 60 – 64).

As Forças Armadas argentinas não eram totalmente unidas, pois vaidades e ambições pelo poder geraram certos conflitos internos, principalmente entre o comandante da Marinha, o almirante Emílio Massera, e o general Videla, comandante do Exército (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 73 – 77). Apesar da determinação dos militares e dos liberais-conservadores em implementar uma política econômica neoliberal, alguns militares desconfiavam desse modelo neoliberal e tentavam impor alguns limites a esse modelo, como o veto ao desemprego.

A linguagem médica era frequentemente utilizada pelos militares, e, para eles, o país estava "doente", e era preciso "retirar o câncer". Para os militares existiam duas coisas que poderiam "curar" o país: a forte repressão, no qual incluiu crimes contra o povo, e o plano econômico neoliberal (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 60).

Os primeiros anos da passagem de Martinez de Hoz pelo Ministério da Economia foram para encontrar alguma estabilidade, nos quais ele teria que apresentar resultados satisfatórios para se garantir no seu cargo. As primeiras medidas do projeto foram no intuito de controlar a inflação, que também era a maior prioridade dos militares. Porém essa política de controle inflacionário teve um custo social elevado, que praticamente dilapidou o poder de compra do trabalhador assalariado argentino. O Ministério da Economia permitiu um aumento de preços, ao mesmo tempo que ordenou um congelamento dos salários (ARGENTINA..., 1976a, p. 12).

Essas medidas impopulares somente foram possíveis de serem implementadas, pelo fato de que os sindicatos foram silenciados. Caso houvesse qualquer manifestação contrária ao governo, os líderes dessa manifestação corriam o sério risco de desaparecerem.

2.1 **As primeiras medidas implementadas**

Um fato curioso da equipe econômica do regime foi a grande série de empréstimos com bancos estrangeiros e com o FMI que o Ministério da Economia realizou. Martinez de Hoz também era conhecido por ter boas relações com economistas e banqueiros pelo mundo, e isso foi um facilitador para que ele conseguisse inúmeros empréstimos durante o seu período à frente do Ministério da Economia (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 84). Na verdade, ele queria apresentar uma situação de estabilidade para se garantir no cargo, mas essa decisão se mostrou, a longo prazo, desastrosa, pois essa série de grandes empréstimos endividou dolorosamente o país. Não é nenhum exagero afirmar que os empréstimos feitos pela equipe econômica do regime e com o apoio dos militares foram um dos motivos para a decadência da Argentina e um dos piores fatos que o país sofreu ao lado da repressão e da destruição da sua indústria (ROMERO, 2006, p. 201 – 205).

A política econômica do regime praticamente submeteu o país à vontade política das grandes instituições bancárias e do FMI, pois esses empréstimos tinham prazo para pagamento, e, se o país não pagasse esses empréstimos dentro do prazo, poderia haver uma nova rodada de negociações em que se renovaria o prazo, mas a Argentina ficaria com uma reputação ruim no mercado financeiro e teria dificuldades para pedir novos empréstimos. Com falta de dinheiro, poderia haver o atraso no pagamento dos funcionários de todo o setor público e surgiriam greves (apesar da repressão praticamente desestimular as greves). Portanto, diante de uma posição de fraqueza política do governo argentino diante de uma negociação, o governo não tinha escolha a não ser se submeter às condições da finança internacional e às condições políticas do FMI, porque se o governo não seguisse as “recomendações” do FMI, poderia ter um empréstimo negado. Ou seja, a finança internacional ganhou um grande poder sobre o governo argentino por causa da disposição do Ministério da Economia em fazer uma série de grandes empréstimos (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 56 – 57).

O programa econômico do regime pôs o país em uma espiral econômica que nem os seus sucessores conseguiram solucionar. Conforme aponta Romero (2006, p. 202), o plano criou uma condição perversa em que nada poderia ser revertido. Mesmo que Martinez de Hoz um dia saísse do cargo, todas as condições estariam dadas para a manutenção desse modelo, e as tentativas de romper com esse modelo seriam bastante dolorosas para o país.

Não demorou muito para que a cúpula econômica do regime realizasse a série de empréstimos que endividou ainda mais a Argentina. Logo depois do golpe, o governo conseguiu um empréstimo de 300 milhões de dólares com o FMI, e, no final do ano, acertou uma série de

empréstimos no total de 1.300 bilhões de dólares com diversos bancos japoneses, canadenses e de outros países europeus. O próprio governo confirmou estes empréstimos através das publicações oficiais do Ministério da Economia chamadas *Información Economica de la Argentina*, que fornece alguns dados interessantes sobre essa série de empréstimos:

> En efecto, desde princípios del segundo semestre de 1976 el doctor Martinez de Hoz mantuvo conversaciones con funcionários de la banca oficial y privada de diversos países de América, Europa, Japón, así como con autoridades de varios gobiernos.
> Su objetivo fue la obtención de créditos por un monto global calculado en 1.300 millones de dólares. Sabido es que el éxito favorable en estas gestiones está basado en la confianza y solidez de un programa económico puesto en ejecución.[5] (ARGENTINA, 1977, n. 67 – 68)

Além disso, a revista oficial do Ministério da Economia fornece mais informações sobre os empréstimos obtidos pelo governo militar argentino, além de detalhar as instituições em que o governo militar obteve os empréstimos:

> El primero em aceptarlo fue el Fondo Monetario Internacional, que adjudicó a la Argentina un préstamo por 300 milllones de dólares (ver N° 65). El apoyo brindado por ese organismo financiero mundial sirvió de base a las siguientes negociaciones. Con el transcurrir de los meses las respuestas que la Argentina había estado esperando fueron sucediéndose sin interrupción. Consorcios bancarios de los Estados Unidos de América concedieron um préstamo global de 500 millones de dólares (ver N° 66); de Canadá, 66 millones; de Alemania Federal, 90 millones; del Reino Unido de Gran Bretaña, 60 millones; de España, 35 millones; de Holanda, 20 millones; de Escadinavia (Finlandia, Noruega, Suecia), 10,5 millones; de Japón, 75 millones (em dólares y yens) y de Bélgica, 16 millones de dólares.[6] (ARGENTINA, 1977, n.67 - 68)

A imprensa brasileira também relatou sobre a situação da Argentina após o golpe de 1976 e a elaboração do plano econômico. O jornal Folha de São Paulo retratou a ditadura militar surgida em 1976 com um ponto de vista mais crítico, e, mesmo durante a ditadura militar no Brasil, as matérias escritas pelos jornalistas Newton Carlos, Clóvis Rossi e outros correspondentes que retratavam a Argentina não eram censuradas. Foram frequentes as críticas

---

[5] O trecho correspondente na tradução é: "De fato, desde o início do segundo semestre de 1976, o Dr. Martinez de Hoz manteve conversas com autoridades bancárias oficiais e privadas de vários países das Américas, Europa e Japão, bem como com autoridades de vários governos.
Seu objetivo era obter créditos no valor total calculado em 1,3 bilhão de dólares. Sabe-se que o êxito favorável desses esforços se baseia na confiança e solidez de um programa econômico posto em execução."

[6] O trecho correspondente na tradução é: "O primeiro a aceitá-lo foi o Fundo Monetário Internacional, que concedeu à Argentina um empréstimo de 300 milhões de dólares (ver nº 65). O apoio prestado por essa organização financeira mundial serviu de base para as negociações seguintes. Com o passar dos meses, as respostas que a Argentina esperava foram acontecendo sem interrupção. Os consórcios bancários dos Estados Unidos da América concederam um empréstimo global de 500 milhões de dólares (ver nº 66); do Canadá, 66 milhões; da Alemanha Ocidental, 90 milhões; do Reino Unido da Grã-Bretanha, 60 milhões; da Espanha, 35 milhões; da Holanda, 20 milhões; da Escandinávia (Finlândia, Noruega, Suécia), 10,5 milhões; do Japão, 75 milhões (em dólares e ienes) e da Bélgica, 16 milhões de dólares."

desses jornalistas às tentativas do regime militar argentino em aplicar medidas de austeridade, em que teve, por consequência, um alto custo social.

A Folha de São Paulo também noticiou a concessão de empréstimos feitos à Argentina, em que se destaca o empréstimo do FMI. De acordo com a matéria publicada pela Folha de São Paulo, foi concedido um crédito de emergência de quase 300 milhões de dólares, da mesma forma que apontava a revista oficial do governo. Mas algo de interessante se destaca nessa reportagem e que não aparecia na revista do Ministério da Economia, que é o fato de que este empréstimo concedido em 1976 pelo FMI à Argentina era considerado a maior concessão de créditos da história da instituição, de acordo com os valores daquela época (CRÉDITO..., 1976, p. 45). Em seguida, foi anunciado mais um empréstimo do FMI e de bancos privados ao governo argentino, no qual, dessa vez, o valor estipulado foi de 1,3 bilhão de dólares. A Argentina estava se endividando cada vez mais e ficando cada vez mais frágil diante de uma negociação política com o FMI e a banca internacional (ARGENTINA..., 1976b, p. 17):

> O ministro de Economia da Argentina, José A. Martinez de Hoz, informou ontem que a Argentina obteve um empréstimo no valor de um bilhão e 300 milhões de dólares de bancos privados e do Fundo Monetário Internacional, para pagar e reestruturar suas dívidas a curto prazo, no valor de oito bilhões de dólares, algumas das quais vencem nos próximos meses. (ARGENTINA..., 1976b, p. 17)

2.1.1 Os baixos salários e a crise social

Dias após ao golpe, especificamente no começo de abril, Martinez de Hoz anunciou as suas verdadeiras intenções e quais seriam as primeiras medidas adotadas. Num pronunciamento pela televisão, o ministro da Economia, com a proteção política dos militares, permitiu o aumento de preços e o congelamento dos salários, no qual, de acordo com ele, seriam medidas para conter a inflação, no entanto eram medidas impopulares que afetavam diretamente o poder de consumo da população (ARGENTINA..., 1976a, p. 12). Porém, esse aumento viria sobre itens muito sensíveis e que incidiam em todos os produtos, como a gasolina, que o Ministério da Economia permitiu que aumentasse. Além disso, numa típica atitude neoliberal, a equipe econômica do regime retirou o controle dos preços nas principais tarifas, ou seja, foi determinado que os preços da tarifa de luz, água e transporte também sofressem aumentos. Ou seja, isso significaria que o trabalhador argentino comum pagaria mais caro pelos itens da sua cesta básica e que outros itens fundamentais para a sobrevivência, como luz, água e transporte, também sofreriam aumentos (ARGENTINA..., 1976a, p. 12). Portanto, os salários perderam o

seu poder de compra com os aumentos sobre as tarifas e o trabalhador argentino enfrentou sérias dificuldades para sobreviver.

Também foi anunciada que a revogação de diversas leis protecionistas do período peronista, e uma delas era a lei que limitava os investimentos estrangeiros (CARLOS, 1976a, p. 2). O regime, junto com os liberais-conservadores, logo deram a percepção de que daria prioridade ao setor primário, ou seja, ele via como uma prioridade para arrecadar moeda estrangeira no setor agrícola. Outra medida decretada foi em relação à manipulação do câmbio, na qual se retirou o controle sobre a taxa de câmbio do peso argentino com o dólar, e o dólar foi vendido a um preço muito baixo no mercado cambial argentino. Além disso, foram retiradas as tarifas sobre os produtos importados (EMPRESA..., 1976, p. 10).

Além do jornal Folha de São Paulo, Marcos Novaro e Vicente Palermo (2007, p. 83 – 86) também relataram sobre as primeiras medidas do plano econômico dos militares. O que é possível perceber, na percepção dos autores, era que o plano econômico era claramente discriminador com a indústria argentina, pois logo o ministro adotou uma política em que desprotegia a indústria.

A Argentina foi um dos países da América Latina que viram no impulso da indústria uma oportunidade para atingir o desenvolvimento. Um grupo de pesquisadores em torno da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que era uma agência da ONU dedicada a pesquisar medidas para o desenvolvimento da América Latina (CARCANHOLO, 2008), defendia a ideia de atingir o desenvolvimento por meio de investimentos do Estado, pois a realidade da América Latina obrigava ao Estado a assumir um protagonismo maior nos esforços para atingir o desenvolvimento (PREBISCH, 2000). A discriminação do plano econômico contra a indústria poderia privar o país de uma oportunidade para atingir o desenvolvimento. No entanto, a ideia de estimular a indústria estava sendo abandonada naqueles tempos para dar lugar a uma priorização do setor financeiro, que era a prioridade das grandes potências ocidentais, que viram nos militares argentinos e na elite liberal os seus aliados (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Os efeitos das medidas adotadas não demoraram a surtir efeitos, pois a política cambiária de valorização do peso argentino, de acordo com alguns dados divulgados em maio de 1976, aumentou o preço dos alimentos em 90%. Os resultados do plano econômico começaram a preocupar até mesmo a imprensa ligada aos liberais nos Estados Unidos, no qual uma publicação alertou que os resultados do aumento do custo de vida poderiam testar demais a paciência da população (CARLOS, 1976b, p. 2). A Folha de São Paulo, em uma postura sempre crítica dos seus jornalistas diante do governo militar argentino, já mencionava, em

menos de um ano de governo dos militares, acerca de uma crise social na Argentina, em um claro sinal de que o plano econômico estava exigindo muitos sacrifícios da população.

O plano econômico, a longo prazo, deu péssimos resultados, e se converteu em um dos pontos fracos do regime, no qual alguns desafetos políticos de dentro das Forças Armadas souberam aproveitar bem essa exposição de fraqueza do governo, como o almirante Massera. Além de Massera, o plano econômico começou a receber críticas de outros políticos, como do ex-presidente Arturo Frondizi e o seu grupo político, que também criticaram o plano econômico (PARTIDÁRIOS..., 1976, p. 9).

A cúpula econômica do regime aprofundou o plano economico ao realizar uma série de demissões de funcionários públicos. Em quase um ano do regime, o desemprego atingia taxas de 8,8% (APÓS..., 1976, p. 16). Conforme apontado acima, os militares tinham as suas prioridades econômicas e o próprio ministro da Economia precisava entregar resultados. O Ministério da Economia foi obrigado a recuar um pouco no seu plano neoliberal, pois houve pressão interna de alguns militares diante do temor de um descontentamento social, e a Junta Militar ordenou um aumento de 15% nos salários de todos os trabalhadores (VIDELA..., 1976, p. 16).

Internamente, os únicos segmentos a dar apoio ao plano econômico, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 77), foram as classes mais conservadoras por meio do jornal argentino La Nación, que sempre fazia reportagens favoráveis ao plano econômico. Mas, apesar de toda a repressão empreendida com técnicas de tortura psicológica contra a população, houve pequenas resistências contra o plano econômico, logo em 1976. Uma das reações foi a organização de uma greve na fábrica da montadora Renault, em Córdoba, na qual o governo logo tomou providências para declarar a greve ilegal. Córdoba era a região militar chefiada pelo famigerado general Luciano Menendez, conhecido por ser um extremado da linha-dura nas Forças Armadas, em que haveria a possibilidade de a repressão sobre esses trabalhadores ser realizada com bastante crueldade (CARLOS, 1976b, p. 2). A greve de Córdoba não foi o único ato de descontentamento da população, pois outras greves aconteceram pelo país, na qual uma das mais notáveis foi a greve de 6.000 trabalhadores protestando contra os baixos salários e o custo de vida. Assim expôs o jornal Folha de São Paulo sobre a greve dos seis mil operários:

> Seis mil operários estão em greve desde anteontem na Argentina, reivindicando salários mais altos, e a situação “preocupa” o governo militar do general Jorge Rafael Videla.
>
> Há três dias, o governo divulgou uma série de reajustes salariais para trabalhadores de cerca de 700 categorias do setor privado. Os aumentos foram de cinco a 30 por cento, mas como a maioria dos trabalhadores argentinos recebe vencimentos maiores do que os permitidos pelo governo, em virtude de acordos bilaterais com as empresas, o

> aumento beneficiou a muito poucos. Os operários das fábricas da Fiat nas cidades de Caseros e Palomar, na Grande Buenos Aires, afirmaram que, no seu caso, os aumentos oficiais simplesmente não existem, porque já ganham mais do que o que é permitido dentro do programa de contenção de salarial do ministro Alfredo (sic) Martinez de Hoz. (SEIS..., 1976, p. 10)

Além disso, a Folha também comentou sobre as críticas do almirante Massera, um dos membros da Junta Militar, à situação econômica:

> O próprio almirante Emílio Massera, comandante da Armada, admitiu que existe "preocupação" entre os militares com a questão salarial. Disse à imprensa, terça-feira, durante visita ao Norte do país: "Todos procuramos uma solução justa e pro isso nos preocupamos, mas isso não quer dizer que a Armada sinta inquietude e muito menos mal-estar. Existe, sim, a preocupação em dar as melhores soluções para o bem da República. (SEIS..., 1976, p.10)

No final de 1976, o governo estava enfrentando greves e descontentamento popular diante do alto custo de vida. O plano anti-inflacionário era à custa do empobrecimento da população. O plano econômico queria conter a inflação, mas o custo de vida no final de 1976 estava ficando insustentável, conforme publicou a Folha de São Paulo:

> O resultado foi que uma população acostumada a ser a mais bem alimentada da América Latina viu, de repente, que os alimentos básicos levavam a maior parte do orçamento familiar, deixando muito pouco para roupas e outros artigos essenciais, cujos preços, de qualquer forma, estavam fora de seu alcance. (APÓS..., 1976, p. 16)

A matéria da Folha de São Paulo continua a descrever a situação econômica da Argentina com o depoimento de um cidadão argentino, no qual ele descreveu as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos no cotidiano:

> "Agora as coisas estão mesmo difíceis", comentou, por exemplo, um pai de dois filhos. "Os preços subiram tanto desde o golpe que o dinheiro não dá para mais nada, mesmo com meus dois salários". O homem trabalha para os Correios e também como mensageiro de uma empresa, ganhando o equivalente a 945 cruzeiros mensais. O salário de mensageiro é suficiente apenas para comprar uma calça, uma camisa e um par de sapatos. Disse que já não pode ir ao cinema ou levar a sua família para comer num restaurante. (APÓS..., 1976, p. 16)

A Junta Militar começou o seu governo com um certo consenso social, pois era um desejo de todos os segmentos sociais, dos ricos aos pobres, um golpe militar para que pudesse restaurar a "ordem". Portanto, a Junta Militar começou o seu governo com um bom capital político. Porém o plano econômico era muito ruim e impopular. O plano econômico neoliberal, logo no primeiro ano de governo, não prometia recuperar o país e logo se apresentou hostil ao trabalhador argentino, e justamente o plano econômico é que, à médio prazo, vai corroer o capital político do regime, pois o custo de vida estava a níveis alarmantes. Apesar de toda a

dura repressão, já havia descontentamento na população logo no final de 1976 e a paciência da população era testada. Porém o governo tinha a repressão como cobertura.

2.1.2 Os limites do programa neoliberal

O projeto econômico neoliberal foi implementado, e a ideia inicial era ser implementado da mesma forma do que foi aplicado no Chile. Mas, na Argentina, um país de forte mobilização política por parte dos setores populares, os militares perceberam que a implementação radical da política econômica neoliberal poderia trazer prejuízos ao capital político do governo e gerar forte contestação por parte da população, e, por isso, alguns militares resolveram impor certos limites ao programa neoliberal (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 55).

Um dos principais limites impostos ao programa econômico neoliberal foi a exigência de não utilizar o desemprego como ferramenta de pressão social e política. Conforme apontado anteriormente, o desemprego foi permitido no Chile, mas a Junta Militar argentina não queria que o desemprego fosse utilizado como mecanismo de pressão social (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 228). Os trabalhadores teriam emprego, no entanto tinham que lidar com o programa de arrocho salarial do regime.

Ao vetarem o desemprego, os militares argentinos desobedeceram um dos principais dogmas do neoliberalismo. O neoliberalismo é uma ideologia que uma de suas intenções, se não a principal, é “disciplinar” os trabalhadores, ou seja, impor uma disciplina social, enquanto as elites econômicas tem o caminho livre para maximizar os seus lucros. Conforme aponta David Harvey (2005, p. 86 – 87), o neoliberalismo utiliza o desemprego como uma de suas ferramentas para pressionar os trabalhadores, psicologicamente e socialmente, além da repressão, no qual o objetivo dos neoliberais é destruir qualquer tentativa de contestação organizada dos trabalhadores. No caso da Argentina, os mecanismos de contestação e toda a organização por parte dos trabalhadores sofreu forte intimidação e ataque por causa da repressão.

Outro limite imposto ao plano neoliberal foi o fato de muitos militares insistirem em manter algumas empresas estatais e tomar o controle delas. Uma das empresas estatais mais sólidas, a *Fabricaciones Militares*, empresa responsável pela produção e venda de armamentos, era controlada pelos militares e manteve-se como empresa estatal (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 55). Porém, conforme se verá com maiores detalhes, o plano neoliberal fez de tudo para enfraquecer ou privatizar algumas empresas, entre elas a petrolífera estatal *Yacimientos*

Petrolíferos Fiscales Sociedad del Estado (YPF) e a empresa que administrava as ferrovias, a *Ferrocarriles Argentinos* (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 299).

Os militares também viram que a realização de obras públicas de infraestrutura eram ótimos mobilizadores de recursos públicos, e durante o Processo foram realizadas muitas obras de infraestrutura, como estradas, ferrovias, obras de reforma urbana na cidade de Buenos Aires (embora algumas dessas obras tivessem um sentido social, no qual pretendiam expulsar os mais pobres da cidade) (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 191 – 192), além das construções de hidrelétricas, na qual se destaca a construção da hidrelétrica de Yaciretá (NOVARO; PALEMRO, 2007, p. 378). Além dessas obras, quando a ditadura teve início, o país já havia assumido o compromisso de sediar a Copa do Mundo em 1978 (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 207), e, portanto, a realização da Copa do Mundo exigiu maiores investimentos do governo, como a realização de obras públicas (ROMERO, 2006, p. 207).

Além do desemprego, o corte de gastos públicos também é um dos principais objetivos dos ideólogos neoliberais. O aumento de gastos públicos para a realização de obras de infraestrutura e para as obras da Copa do Mundo, comprometeram levemente o plano neoliberal. As limitações ao projeto neoliberal foram impostas pelos próprios militares, pois, ao mesmo tempo que eles pretendiam impor um projeto econômico disciplinador sobre a população, eles não queriam abdicar de um controle total sobre outras áreas, como os gastos públicos, além de disputar maiores fatias do orçamento público, comprometendo, dessa forma, a política de contenção de gastos (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 228).

2.2 **As consequências políticas e econômicas do programa neoliberal**

As medidas adotadas pelo governo abalaram o poder dos salários da população, e havia indícios de insatisfação popular. Alguns militares já haviam percebido que o plano econômico poderia gerar um desgaste político sério ao governo, e as críticas públicas por parte dos militares não pararam.

Os sindicalistas, mesmo na clandestinidade, também tratavam de se mobilizar para criticar o governo. O plano econômico também foi percebido pelos sindicalistas como um meio para tentar fazer um ataque político ao governo, além, obviamente, da dura realidade vivida pela população, que foi motivo de queixas. A clandestinidade foi o único meio encontrado para que a população pudesse expressar as suas insatisfações. O sindicalismo argentino precisava, mesmo com a repressão, se manter organizado na clandestinidade, para que pudesse ser um

meio de a população expressar as suas queixas, e, também, quando o ambiente político estivesse mais favorável, conseguir alguma negociação com o governo (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 280 – 286).

Os ideólogos do plano econômico queriam ganhar tempo, e, para isso, precisavam apresentar resultados positivos, e, nesse caso, foi à base de um imenso custo social. Os militares e os seus apoiadores não podiam negar o crescente descontentamento diante do seu plano econômico, descontentamento esse que vinha dos que ousavam se manifestar no sindicalismo, da população silenciada e por parte de alguns militares. O ministro sabia do custo social do plano econômico, e sabia, também, que isso geraria um grande desconforto na população, mas, mesmo assim, ele exigiu em seu discurso em rede nacional que a população arcasse com todo o prejuízo que o plano econômico causava ao país, numa tentativa de apelar às consciências dos cidadãos (VIDELA..., 1977, p. 12).

Os militares perceberam o clima de insatisfação social causado pela queda do poder aquisitivo dos salários, e eles perceberam também que, apesar de toda a repressão empreendida por eles, a insatisfação social poderia crescer e desestabilizar o governo. Portanto, a Junta Militar ordenou um aumento salarial, cujo percentual não foi divulgado, para tentar acalmar a situação. Além disso, o Ministério da Economia decretou um congelamento de preços sobre alguns produtos, para tentar frear a inflação (GOVERNO..., 1977, p. 9).

A política salarial bastante rigorosa da equipe ministerial, conforme apontado acima, tinha por objetivo em cobrar da população pela crise, mas também tinha um objetivo político, pois o regime implementou uma política salarial para combater a inflação. Antes do golpe de 1976, a inflação estava em níveis alarmantes, e os militares priorizaram o controle da inflação como uma de suas metas, e a política salarial do regime ajudou a aliviar a inflação, mas não resolveu totalmente este problema (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 83 – 86). O combate à inflação seria útil para uma estabilização da equipe econômica e, até mesmo, para uma estabilização política do regime.

Apesar de os militares terem feito essa concessão, o governo também iria intensificar a repressão sobre os trabalhadores, pois o governo já havia estudado projetos para limitar a influência política dos sindicatos sobre os trabalhadores. Além disso, o governo já preparava uma futura lei para restringir o poder dos sindicatos, no que seria a *Ley de Asociaciones Profisionales* (ARGENTINA, 2014a, p. 47). O regime também fez modificações em relação às Obras Sociais dos sindicatos (ARGENTINA, 2014a, p. 192). Outra medida imposta também foi a obrigatoriedade de cada trabalhador a declarar publicamente se pretendia continuar a

colaborar para os sindicatos, em uma tentativa das autoridades para intimidar os trabalhadores (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 275).

O plano econômico não estava melhorando as condições de vida dos argentinos, pois as tarifas de serviços estavam altas, os preços dos alimentos também estavam altos, enquanto que os salários perderam poder aquisitivo. Devido aos resultados das medidas econômicas, o plano econômico do governo recebeu mais críticas por parte dos militares que discordavam das suas medidas. Dessa vez, vieram mais críticas por parte de oficiais da Marinha, força comandada pelo almirante Emílio Massera, e essas críticas abalaram politicamente Martinez de Hoz perante o governo (MARTINEZ..., 1977, p. 10).

Massera, conforme apontado anteriormente, tinha ambições políticas e via o plano econômico como um bom ponto fraco e um ótimo pretexto para criticar o governo do general Videla. Da mesma forma que a repressão unia os militares das três forças, o plano econômico causava o contrário, pois havia atritos entre os militares e era fonte de muita discórdia, principalmente entre a Marinha e o Exército, além, claro, das ambições pessoais do almirante Massera. Houve discussões entre os militares acerca do plano econômico. O ministro da Economia não foi demitido, mas a sua posição política estava cada vez mais ameaçada, e ele fez algumas demissões que abalaram o seu gabinete (MARTINEZ..., 1977, p. 10).

O fracasso do plano econômico estava se tornando um problema político cada vez maior para o regime. Massera, dentro das suas ambições políticas, tentou também uma aproximação com os sindicatos e com a ala mais moderada do peronismo. Uma aproximação com os sindicatos talvez poderia render a Massera uma imagem de “defensor dos trabalhadores”, para que, um dia, ele pudesse chegar à Presidência (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 253 - 254). Durante o Processo, o presidente tinha um mandato determinado e quem elegia o presidente eram os comandantes de cada força (ARGENTINA, 2014b, p. 303 – 311). Para tentar conquistar a confiança dos sindicatos, Massera precisava continuar com as suas críticas ao plano econômico e, também, ao governo de Videla (CRÍTICAS..., 1977, p. 10).

Os neoliberais do ministério da Economia estavam empenhados em seu projeto de diminuição do Estado e reverteram muitas medidas tomadas durante o último governo peronista, dentre elas foi a reversão das nacionalizações feitas pelo governo de Perón em 1974. Essa medida devolvia às grandes empresas petrolíferas estrangeiras, como a Shell e a Exxon Mobile, os postos de gasolinas e derivados que foram nacionalizados pelo governo peronista. Conforme aponta a Folha de São Paulo, essa medida fez parte de uma política mais favorável ao capital estrangeiro (ARGENTINA..., 1977, p. 21).

Conforme aponta um artigo da Folha de São Paulo, essa medida de revogação das nacionalizações das petrolíferas estrangeiras na Argentina foi uma das medidas exigidas pela banca internacional diante das negociações com o governo argentino, além de ser, também, um projeto do governo neoliberal de um enfraquecimento do Estado e abertura para o capital estrangeiro. Além disso, o governo foi obrigado a aceitar certas condições duras, como a mediação estrangeira em futuras negociações e a determinação da banca em onde o dinheiro emprestado deveria ser aplicado (CARLOS, 1977, p. 2).

O projeto neoliberal tinha a intenção também de desmontar as indústrias para beneficiar o setor financeiro, em que permitiria maiores possibilidades de lucros para as instituições bancárias. Foram implementadas medidas que beneficiaram o setor financeiro, conforme aponta Romero. Neste setor, o Ministério da Economia afrouxou o controle e supervisão do Estado diante das instituições bancárias, ao retirar algumas ferramentas de controle, como o controle da taxa de juros, o que permitiu uma liberação dessa taxa (ROMERO, 2006, p. 210).

O Ministério da Economia também estimulou a criação de novos bancos. Essa medida poderia dar a aparência de ser benéfica, pois os clientes teriam mais opções para investir o seu dinheiro, mas os resultados foram diferentes do esperado (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 287 – 300). Com o crescimento da concorrência bancária, as instituições financeiras se esforçaram para atrair clientes, que, consequentemente, aumentaram a taxa de juros, pois, dessa forma, o dinheiro investido nos bancos aumentava através dos seus rendimentos. Além disso, conforme aponta Romero (2006, p. 203 – 205), a taxa de juros permitia que a inflação se mantivesse alta. Outra medida adotada foi pôr o Estado como fiador em caso de quebra de alguma instituição bancária, pois, dessa forma, o Estado iria reembolsar os poupadores (ROMERO, 2006, p. 203).

Apesar de o déficit público ter sido reduzido, o governo não conseguiu reduzir a inflação, e isso já preocupava os militares que estavam no poder. Desde o golpe de 1976, o salário do trabalhador argentino perdeu 40% do seu poder aquisitivo, e os militares estavam dispostos a aceitar que a população pagasse pela crise e que fossem impostos sacrifícios à população (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 95 – 217). Porém, esse cenário social desfavorável poderia comprometer os planos políticos dos militares e dos seus sócios civis. No entanto, apesar de todo o custo social e das contestações internas, Martinez de Hoz conseguiu se estabilizar politicamente no seu cargo, e a proteção política dos militares apoiadores do projeto neoliberal seria a garantia de que o projeto seria implementado com maior facilidade.

A indústria passou a sofrer bastante com a concorrência estrangeira. Havia entre os apoiadores do plano econômico uma ideia de “estimular a eficiência” e beneficiar as empresas

“mais capazes” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 44 – 45). A partir dessas ideias, foram tomadas medidas que prejudicaram seriamente a indústria e ao país a longo prazo, pois foi decretada a eliminação de todo o conjunto de leis que protegiam o setor manufatureiro. Um país, quando quer proteger a sua indústria nacional, normalmente impõe taxas sobre os produtos estrangeiros manufaturados, pois, dessa forma, esses produtos estrangeiros ficam mais caros no mercado interno. O Ministério da Economia simplesmente eliminou muitas tarifas sobre os produtos importados de forma injusta, no qual houve também a valorização do peso argentino. Com o dólar barato e muitos produtos estrangeiros também baratos devido à eliminação de algumas taxas de importação desses produtos, muitas pessoas ficaram satisfeitas ao consumir produtos importados, mas, ao mesmo tempo, isso impôs uma concorrência muito dura para a indústria nacional (ROMERO, 2006, p. 203).

A partir dessa retirada do mecanismo de proteção, a indústria passou a enfrentar uma longa crise que persistiu durante todo o regime da Junta Militar (ROMERO, 2006, p. 205 – 206). Essas medidas geraram consequências duras para o país a longo prazo, pois muitos empresários se endividaram e houve também o aumento do desemprego nos anos seguintes. Romero (2006, p. 205 – 206) definiu bem esse período do final da década de 1970 como um período em que foi muito fácil conseguir produtos importados com preços muito baixos, além do fato de o dólar ter ficado em uma cotação baixa. Uma classe média ansiosa para mostrar um certo capital simbólico e alguns sinais de distinção não hesitou em aproveitar da oportunidade de consumir produtos estrangeiros.

Em relação ao setor agropecuário, o ministro da Economia manteve ótimas relações com os grandes produtores, e este setor era um dos mais importantes para o Ministério da Economia. Apesar de suas posições políticas sectárias, o regime não recusou um diálogo econômico com a URSS, na qual abria perspectivas de expansão comercial para o setor agropecuário também, que resultou na nova parceria comercial com a URSS. Nos anos seguintes, as vendas de produtos primários para a URSS não pararam de crescer e a URSS se tornou uma das maiores parceiras comerciais da Argentina (ROMERO, 2006, p. 206). Essa aproximação comercial não deixa de ser irônica, pois um regime fortemente anticomunista tem como maior parceiro comercial a maior potência comunista daquela época (ROMERO, 2006, p. 206).

A sobrevalorização do peso também prejudicou os produtores rurais, pois o dólar desvalorizado fez com que a margem de lucro de muitos produtores fosse reduzida. A queda dos lucros dos empresários rurais foi um dos motivos para que esse setor começasse a se afastar politicamente do regime, no qual o regime viu o seu apoio se enfraquecer neste setor (ROMERO, 2006, p. 206).

O governo também emitiu mais uma série de empréstimos, dessa vez com um grupo de bancos alemães, em um valor aproximado de 100 milhões de dólares. A política de empréstimos internacionais não cessava, e o Ministério da Economia via nessa política um meio de conseguir divisas estrangeiras, mas que teria consequências trágicas para o futuro (APÓS..., 1977, p. 24). As bases para a irreversibilidade do modelo neoliberal estavam sendo lançadas por meio dessa política de empréstimos Nessa ocasião, os bancos alemães dariam a sua contribuição ao realizarem mais uma rodada de empréstimos para o governo argentino.

Ainda em relação ao setor financeiro, Palermo e Novaro também fizeram as suas observações. Eles apontam que o setor financeiro era considerado pelos militares como um núcleo duro dos desenvolvimentistas, e que precisava ser desmontado (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 287). Desde meados dos anos 1930, o mercado financeiro argentino era bastante restrito aos capitais estrangeiros, além de operar com taxas negativas e de subsidiar o setor industrial (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 287). Conforme visto, havia uma certa hostilidade vinda do Ministério da Economia contra a indústria. Ademais, os créditos eram racionados e as prioridades eram determinadas pelo governo. A reforma financeira tratou de liberar as taxas de juros bancárias e uma eliminação dos capitais do exterior, ou seja, estava aberta a possibilidade também de muitos empresários realizarem mais empréstimos e, também, aumentava o poder político do setor bancário, pois futuramente qualquer plano econômico teria que ser do agrado deste setor (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 287).

A situação econômica não estava melhorando depois de um ano do regime, e a equipe ministerial econômica precisava apresentar bons resultados para satisfazer os militares, no qual tomou uma medida incomum para um liberal: intervenções. O Ministério da Economia interviu no Banco Central Argentino e decretou a interrupção da elevação da taxa de juros (ALTA..., 1977, p. 15). Uma taxa de juros excessivamente elevada abre a possibilidade para atrair maiores investimentos, mas, por outro lado, diminui o consumo no país, no qual a margem de lucro de muitos empresários cai e pode gerar desemprego.

O apoio que os empresários davam ao governo começava a dar sinais de desgaste, pois os industriais argentinos, a essa altura, já estavam preocupados pelo fato de que a inflação não havia sido controlada e muitas indústrias já estavam enfrentando dificuldades financeiras. Uma empresa que fabricava geladeiras, anunciou o fechamento da sua fábrica mais importante (JUNTA..., 1977, p. 10). Além disso, as medidas tomadas pelo Ministério da Economia soava como uma sabotagem à indústria, e até havia uma base ideológica para essa sabotagem dos liberais-conservadores à indústria. Muitos liberais argentinos viam a indústria como a fonte de toda a instabilidade política, devido ao fato de a indústria empregar muitos trabalhadores

sindicalizados, que tinham um alto poder de mobilização, e, por causa disso, muitos liberais, membros mais radicais da elite argentina, defendiam um enfraquecimento da indústria (VICENTE, 2013).

O plano econômico já estava sendo rejeitado pela população e os sinais de descontentamento se manifestaram através de greves e protestos de trabalhadores por aumento de salário e, também, por causa do custo de vida. Mesmo diante da repressão, os trabalhadores resolveram enfrentar o governo e organizaram algumas greves. Houve a greve dos trabalhadores do comércio de carnes, em Rosário, na qual eles exigiam um aumento nos seus salários (GREVE..., 1977, p. 11). Houve também a greve de ferroviários e metroviários, na qual eles conseguiram um aumento de salário (GREVE..., 1977, p. 11). Além disso, ocorreu também greves no setor têxtil, como também houve uma greve e uma paralização em uma fábrica da empresa Alpargatas, na qual foi cercada por um grupo de militares que intimidaram os trabalhadores a voltarem ao trabalho ou que saíssem da fábrica, como demonstra o jornal Folha de São Paulo:

> A exemplo dos trabalhadores estatais que recentemente realizaram greves para reivindicar melhores salários, cerca de dois mil funcionários de uma das principais empresas têxteis argentinas resolveram também paralisar suas atividades, até que consigam reajustes salariais. Enquanto isso, na cidade litorânea de Rosário, greves em outras empresas ligadas ao mercado da carne pareciam indicar que os trabalhadores do setor privado agirão como os funcionários estatais, que conseguiram aumentos de cerca de 40 por cento.
> Grupos militares cercaram anteontem à noite a fábrica Alpercatas (sic), situada em Florencia (sic) Varela, 30 quilômetros ao sul de Buenos Aires, e intimaram os operários a reiniciar as atividades ou abandonar a fábrica. Os grevistas preferiram deixar a fábrica, que até ontem continuava fortemente policiada. (GREVE..., 1977, p. 11)

Essas greves eram um sinal de que o país não estava bem, e que a situação econômica e social era totalmente diferente das versões otimistas das publicações oficiais do Ministério da Economia, na qual havia declarações de que o “problema da inflação foi resolvido”.

O governo pôde apresentar alguns resultados positivos, e um deles era a baixa taxa de desemprego, porém sob uma exigência dos militares. Houve uma taxa de crescimento na economia, além de um superávit econômico de 1,5 bilhão de dólares, mas a vida cotidiana da população continuava muito dura (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 186). Mesmo com alguns resultados positivos, a população estava sofrendo no seu cotidiano, e o plano econômico não estava atendendo às necessidades da população mais pobre, pelo contrário estava exigindo que a população pagasse pela crise através de uma injusta distribuição de renda. Além disso, essas greves são um indicativo de que a sociedade estava rejeitando, dentro das possibilidades, ao modelo neoliberal imposto pela Junta Militar.

O regime conseguiu alcançar uma das suas principais metas, que foi estabilizar a inflação, porém o Ministério da Economia acelerou, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 287 – 300), o seu projeto, e logo criou mecanismos que beneficiariam os bancos, com medidas que permitiriam os juros altos e sem um conjunto de regras. O ministro se esforçou para que os bancos fossem os grandes beneficiários do seu programa econômico, em que, consequentemente, o setor produtivo do país sofreria com o acesso a um crédito caro.

Em um situação adversa, a indústria argentina estava sofrendo com as tarifas alfandegárias baixas, e, para poder fazer concorrência aos produtos estrangeiros, ela teria que recorrer aos empréstimos bancários, e os empréstimos estavam caros. Portanto, a indústria estava começando a se enfraquecer diante da concorrência dos produtos estrangeiros, e sem condições de realizar investimentos que pudessem dar boas condições para enfrentar a concorrência estrangeira, a indústria teria muitas dificuldades em fazer concorrência aos estrangeiros como teria dificuldades em manter os empregos dos trabalhadores.

2.3 **O auge do regime e as primeiras fissuras políticas**

A Junta Militar caminhava para mais um ano de governo e teria também a responsabilidade em sediar e organizar a Copa do Mundo de futebol. Quando o general Videla, rodeado pelo almirante Massera e pelo brigadeiro Agosti, entregou a taça da Copa do Mundo para Daniel Passarella, o capitão da seleção argentina, aquele momento representou o auge do regime, pois o país ali estava exultante, em estado de grande felicidade pela conquista da seleção nacional, e o país somente queria comemorar (UM SONHO..., 1978, p. 24). No entanto, a realidade insistia em se impor, e o plano econômico continuava a impor uma dura condição para o país. Todo o capital político da Junta Militar, acumulado também com o triunfo da seleção argentina na Copa do Mundo, seria corroído por duas coisas: a continuação do plano econômico e a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 364).

Romero (2006, p. 200), por outro lado, aponta que a vitória na Copa do Mundo não significou necessariamente um grande entusiasmo e nem uma adesão explícita da sociedade ao regime, mas, não se podia negar, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 207 – 211), que o regime ganhava um consenso da sociedade.

A vitória na Copa do Mundo serviu de um alento psicológico, mas muitos enxergaram que os militares não perderiam a oportunidade em tirar proveito político do triunfo da seleção

nacional, e que, talvez, os militares “nunca mais sairiam do poder” e que as famílias dos desaparecidos “nunca seriam escutadas” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 211 – 216). Portanto, a via política estava fechada, e, até mesmo, alguns políticos tradicionais tinham cautela em fazer certas declarações (DEL PICCHIA, 1978a, p. 16), mas, para aqueles que tinham o privilégio de fazer qualquer declaração pública, o plano econômico neoliberal ainda era, no momento, o único ponto fraco para se criticar o governo.

Os primeiros efeitos da retirada das taxações dos produtos importados, em nome da “competitividade e eficiência”, que fez com que muitas pequenas e médias empresas encerrassem as suas atividades, já apareciam. (ARGENTINA, 1978a, p. 4 – 12). Mais medidas que prejudicaram a indústria seriam implementadas. Muitos industriais já estavam sentindo alguns efeitos negativos, como o caso da retirada de financiamentos do Estado às exportações industriais. Por causa disso, muitos industriais estavam reclamando da falta de apoio do governo às exportações industriais (DEL PICCHIA, 1978b, p. 8). A indústria nacional entrou numa crise que piorou ao longo da ditadura militar, na qual a produção industrial começou a cair e, de acordo com algumas fontes, o PIB industrial real se reduziu (CARLOS, 1978c, p. 6), em um claro sinal de recessão industrial (ARGENTINA..., 1978b, p. 27). Outro setor industrial a sofrer perdas foram os frigoríficos, um dos setores mais importantes do país, dado a importância cultural da carne para a alimentação dos argentinos (PALACIOS, 2011). O setor de frigoríficos foi obrigado a dar férias antecipadas aos seus funcionários, e essa medida, para uma indústria, é um sinal de crise (HOZ..., 1978, p. 10). O jornal Folha de São Paulo relatou também sobre a greve do setor de frigoríficos e a crise em outros setores industriais:

> O frigorífico “Swift”, da cidade de Rosario, a 300 quilômetros de Buenos Aires, concedeu férias antecipadas a seus 2.500 operários ante o encarecimento do gado, que lhes deixa pouca margem de lucros. A filial do mesmo frigorífico em La Plata havia adotado a mesma medida. Também se informou que a subsidiária da firma automobilística alemã “Mercedes Benz” poderia reduzir seu pessoal em 350 operários e empregados ante a recessão registrada no mercado. (HOZ..., 1978, p. 10)

Diante das medidas implementadas, muitos industriais se ressentiam com o governo e acusavam o governo de sabotagens contra a indústria e de querer “levar a Argentina ao passado” (CARLOS, 1978b, p. 8). A Folha de São Paulo aponta frequentemente para um conceito em que os opositores do plano econômico criaram para criticar o plano econômico, pois havia a impressão de que os liberais queriam criar a “Argentina pastoril” (CARLOS, 1978b, p. 8). Embora o regime contasse com um certo consenso social, ele trilhava um caminho perigoso, pois a confiança cega no plano econômico e as altas expectativas depositadas neste plano pelos militares e pelos liberais impediam que uma parcela dos militares vissem as fragilidades deste

plano (NOVARO; PALERMO, 2007). Embora houvesse uma desconfiança histórica dos liberais e de alguns militares em relação à indústria por motivos ideológicos (VICENTE, 2013), este setor dava a sua contribuição para o desenvolvimento do país, e a priorização do setor financeiro em detrimento da indústria nacional estava se revelando em algo imprudente, pois iria criar as condições para uma concentração de renda.

De acordo com a Folha de São Paulo, em dois anos do regime, a dívida externa do país cresceu em comparação com a do ano de 1976. A Argentina tinha uma dívida de 11 bilhões de dólares para pagar, e que deveria ser paga ainda em 1978. O governo não estava conseguindo ampliar os prazos de pagamentos da dívida com os diversos bancos internacionais (DEL PICCHIA, 1978b, p. 8).

A Junta Militar e o Ministério da Economia não divulgavam números oficiais do poder aquisitivo dos salários, mas, de acordo com a Folha de São Paulo, em consulta com uma fonte extraoficial, o salário na Argentina, no espaço de dois anos desde o início do golpe de 1976, perdeu de 40% a 50% do seu poder de compra (DEL PICCHIA, 1978b, p. 8), que é uma consequência das medidas de austeridade em relação aos salários.

Políticos de vários campos ideológicos e militares criticavam o plano econômico (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 229). Os políticos perceberam que o plano econômico era a única forma de atacar politicamente a Junta Militar. A Folha de São Paulo publicou as declarações de dois políticos que representavam duas das principais correntes políticas do país: o peronismo e o radicalismo. A Folha de São Paulo publicou a declaração de um respeitado político peronista, Angel Federico Robledo, no qual afirmou que:

> "De início, falou-se com entusiasmo e boa fé dos grandes projetos do novo regime. Hoje, entretanto, o governo já não tem apoio nenhum entre a população. Praticamente só se executa uma política econômica e o ônus dessa política quem paga são os trabalhadores, com a crescente perda do poder aquisitivo. Sobre os trabalhadores cai todo o peso da crise econômica, fruto de uma estrutura que não corresponde às necessidades do país e do povo. Noventa por cento dos argentinos estão contra o plano econômico em execução, inclusive os empresários, vítimas da alienação do patrimônio nacional. (DEL PICCHIA, 1978a, p. 16)

Robledo, um dos quadros do peronismo, confirmou o sentimento da população dias antes do golpe militar, na qual já se esperava por uma intervenção das forças armadas. Muitos peronistas, inclusive, acreditavam que poderia haver alguma boa vontade do novo governo militar, mas, conforme apontou Robledo, os militares logo decepcionaram muitas pessoas com a implementação deste plano econômico e as suas consequências.

Outra declaração política interessante publicada pela Folha de São Paulo foi a do líder da *Unión Cívica Radical* (UCR) (União Cívica Radical, em português), o experiente político

Ricardo Balbín. A UCR, durante dois anos, evitou fazer muitos comentários, pois havia o medo dos desaparecimentos também, mas, conforme declarou Balbín, “a UCR não queria atrapalhar o governo” (DEL PICCHIA, 1978a, p. 16). Mas Balbín, como um político experiente que era, também percebeu no plano econômico uma oportunidade para atacar politicamente o governo. Apesar de a UCR ser um partido de tendência conservadora e defender os interesses das elites, a situação social do país era ruim, e, portanto, o líder radical abandonou a cautela e começou a fazer os primeiros ataques públicos ao governo:

> “O radicalismo opina que a atual política econômica do governo não corresponde à realidade da Argentina. Sua filosofia está inspirada na consolidação dos grandes interesses econômicos à custa do sacrifício do povo, que já se torna insuportável. Esta talvez seja a primeira objeção do radicalismo ao governo. (DEL PICCHIA, 1978a, p. 16)

Apesar de os políticos terem percebido a fraqueza do governo no plano econômico, alguns militares estavam firmes no seu apoio ao plano econômico. Muitos militares acreditavam que o plano econômico era uma ferramenta fundamental para os seus projetos de “refundação”. Em uma declaração pública, um dos membros da Junta Militar, o brigadeiro Orlando Agosti, reforçou o seu apoio ao plano econômico (ADIADA..., 1978, p. 9). Outros militares, como o próprio general Videla, a essa altura, também declaravam apoio ao plano econômico do governo, bem como também o ministro do Interior e uma das principais figuras do governo, o general Albano Harguindeguy (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 296 – 297). Novaro e Palermo (2007, p. 295 – 297) apontam que um dos principais motivos para que Martinez de Hoz conseguisse permanecer como ministro foi a própria insistência e fé de Videla no programa econômico.

As diferenças de opiniões entre os militares, em que o plano econômico era alvo de discussões, era um indício de que as Forças Armadas não eram totalmente coesas, e que havia muitas ambições nos bastidores. Por exemplo, o general Videla foi reconduzido a um segundo mandato, mas o almirante Massera fez uma forte pressão política para que Videla renunciasse ao cargo de comandante do Exército, e exercesse somente o cargo de presidente. Massera justificava que o Processo não deveria ser “personalista”, no que, também, não deixava de ser um ataque político ao general Videla (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 300 – 301). O plano econômico preocupava também membros do alto escalão militar, como o almirante Lambruschini, que iria suceder Massera na Junta Militar, em que reclamou dos baixos salários (BISPOS..., 1978, p. 9). Outra figura importante do regime, o general Roberto Viola, considerado um dos mentores do regime, também teceu críticas públicas ao plano econômico,

em que ele expressou a sua preocupação com a situação econômica do país (HOZ..., 1978, p. 10).

Outra instituição importante a realizar críticas contra o plano econômico foi a Igreja Católica argentina, na voz de seus principais bispos. A Igreja argentina sempre foi conhecida por ser estreitamente alinhada aos setores mais conservadores da sociedade. Diferente da Igreja Católica brasileira dos anos 1970, que naquele período era bastante influenciada pelas ideias da Teologia da Libertação, na qual era muito frequente os clérigos brasileiros se posicionarem de forma crítica aos problemas sociais, o clero argentino era muito resistente à Teologia da Libertação, e, além disso, não havia posicionamentos dos padres argentinos em relação às questões sociais, apesar de haver poucas exceções (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 122 – 137). Por outro lado, a Igreja Católica argentina, naquele período, era uma voz muito influente na sociedade, e ver um setor tão influente na formação de opiniões da sociedade criticar a política econômica do governo, já era algo preocupante para o governo. Para os padrões do clero argentino, bastante conservador e que dava todo apoio ao regime, as críticas ao plano econômico por parte da Igreja se tornaram algo surpreendente e poderiam também ser consideradas como um ataque político. Dois bispos conhecidos pelo seu firme apoio ao regime, dom Bonamin e dom Plaza, teceram críticas ao plano econômico e à crise que o país vivia. Somente o plano econômico, em toda a sua ineficiência, possibilitou que um dos setores mais leais ao regime realizasse um ataque político ao governo ao criticar o plano econômico, que estava fracassando, pois a inflação insistia em aumentar (BISPOS..., 1978, p. 9).

Outra voz civil a se levantar foi o sindicalismo conciliador, e apesar de manterem a cautela e de evitarem a se indispor com o governo, os sindicalistas conciliadores tinham que se posicionar contra o plano econômico do governo, pois correria o risco de ter o seu capital político desgastado em uma possível abertura, além de caírem em descrédito perante a população. Já era mais um ano de governo, e os conciliadores também ressaltaram o fato de que o poder aquisitivo dos salários sofreu uma perda de quase 50% (SINDICATOS..., 1978, p. 9).

As declarações de reprovação ao plano econômico vieram de outras figuras políticas, como os ex-presidentes da República Arturo Illia e Arturo Frondizi, que também teceram as suas críticas ao plano econômico neoliberal de (CENTRAL..., 1978, p. 15). Além disso, outra organização de trabalhadores, nesse caso a Comissão Nacional do Trabalho (CNT) também se manifestou publicamente e apresentou críticas ao plano econômico. O jornal Folha de São Paulo publicou uma matéria na qual a CNT critica a política econômica do governo:

> Em uma nota emitida ontem, a CNT lançou um apelo “aos demais setores do movimento operário a fim de estabelecer as bases da união definitiva”, qualificando a

> atual política econômica oficial como "a expressão de um liberalismo que subjuga as liberdades políticas e sindicais para servir falsos princípios de liberdade econômica", ao salientar que a política do ministro Martinez de Hoz foi imposta em um contexto de congelamento das atividades políticas "criando riscos para os que a enfrentam e assegurando a estabilidade a seus executores". (CENTRAL..., 1978, p. 15)

Além disso, este sindicato também expressou as suas opiniões sobre a situação inflacionária:

> "A inflação não foi dominada e nem estabilizada e, além de ser a mais alta do mundo, não pode ser atribuída ao nível de remuneração dos trabalhadores", afirmou a nota, acrescentando que "o governo deve proceder sem demora à convocação de convenções coletivas de trabalho a fim de melhorar as remunerações e reconstruir os salários". (CENTRAL..., 1978, p. 15)

Mesmo diante de um cenário de desaparecimentos e medo, os trabalhadores manifestaram a sua insatisfação contra a política econômica do regime e o aumento do custo de vida. Conforme Romero (2006, p. 214 – 216) aponta, os sindicatos estavam enfraquecidos, mas não estavam mortos. Uma categoria muito importante na economia, a dos estivadores, importante por carregar as mercadorias agrícolas nos portos, entraram em greve. 10 mil estivadores e práticos de navios entraram em greve no porto de Buenos Aires e exigiam um aumento salarial de 100% nos seus salários (PROSSEGUE..., 1978, p. 18). A greve dos estivadores era o resultado das dificuldades que a população enfrentava no seu cotidiano, em que os salários não conseguiam garantir uma alimentação decente, e, conforme apontado acima, o poder aquisitivo dos salários caiu em quase 50%. Outra greve muito importante realizada foi a greve dos ferroviários. Os ferroviários exigiam um aumento de 100% nos seus salários, diante de uma situação em que o custo de vida estava aumentando e os salários estavam perdendo o seu valor (SOB..., 1978, p. 12). A constatação de que o país estava mal e de que os salários estavam baixos não era opinião somente dos trabalhadores, pois até mesmo o próprio almirante Lambruschini, conforme apontado acima, e sucessor de Massera na Junta Militar, criticou a situação social do país e os baixos salários dos trabalhadores.

O jornal Folha de São Paulo retratou da seguinte maneira os protestos da população:

> A greve portuária que imobilizou nas margens do rio da Prata mais de cem navios e que provoca prejuízos milionários há uma semana continuava ontem inalterada, disseram fontes sindicais.
> Cerca de dez mil estivadores e maquinistas de práticos exigem aumentos salariais de 100 por cento, assim como o pagamento em dobro dos horários noturnos e dos feriados, mas nenhuma desta (sic) exigências foram satisfeitas pelas autoridades. (PROSSEGUE..., 1978, p. 18)

As dificuldades enfrentadas pela população se acentuavam e o governo não dava sinais de que pretendia abandonar o plano econômico, pelo contrário, ele insistia em manter este plano

e via nessa polítca econômica uma forma de também agradar ao setor financeiro internacional. A equipe econômica do regime insistia na sua recusa em aumentar os salários, porém os preços continuavam subindo, pois a política de liberalização de preços estimulava aumentos (HOZ..., 1978, p. 10).

> O ministro de (sic) Economia da Argentina, José Martinez de Hoz disse que o governo não permitirá por enquanto uma liberdade salarial, nos momentos em que a grande maioria da massa trabalhadora enfrenta uma difícil situação devido à incontrolável inflação de mais de 100 por cento.
> Martinez de Hoz afirmou que a tendência oficial em matéria salarial é ir aumentando a chamada "flexibilização" que não se aplica na prática. Em contraste com a contenção salarial exercida pelo governo, a liberação de preços vem mantendo uma onda inflacionária praticamente insuportável. Ao mesmo tempo, a recessão teve como complemento o fechamento de fábricas, redução de pessoal e licenças prematuras. (HOZ..., 1978, p. 10)

Apesar de a inflação ter tido uma queda em relação ao índice de 1976 (CENTRAL..., 1978, p. 15), ela ainda continuava sendo um sério problema para o governo. Em 1978, a inflação estava na faixa dos 11,1% mensais, de acordo com De Riz e Torre (2018, p. 95 – 217). O governo tinha que controlar a inflação para que a situação social não se agravasse no país, e o Ministério da Economia adiou o aumento de tarifas que pretendia impor (DE RIZ; TORRE, 2018). O próprio ministro da Economia já estava sendo pressionado por Videla, e a situação econômica e social do país não melhorava. O custo de vida aumentou 11% em um mês somente e as projeções do governo para o controle da inflação eram pessimistas, pois havia a estimativa oficial de que a inflação chagasse a 60%, enquanto que as fontes não-oficiais estimavam que a inflação no ano de 1978 poderia chegar a 200% (CARLOS, 1978d, p. 26). Os alimentos, em relação ao início do regime, aumentaram 43% (ARGENTINA..., 1978b, p. 27). No final do ano, a inflação estava estimada em 100%, e a situação econômica e social piorava (HOZ..., 1978, p. 10). De acordo com estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com sede em Genebra, a Argentina, em 1978, tinha a inflação mais alta do mundo, na qual indicava 127% (DE FREITAS, 1978, p. 31).

No entanto, o aumento das taxas de serviços não foi evitável, e essa medida tornaria ainda mais duro o cotidiano da população, e o aumento foi imposto nas tarifas dos principais serviços, como eletricidade, transporte e combustível (CUSTO..., 1978, p. 31). A equipe ministerial não calculou o nível de insatisfação que essas medidas poderiam gerar na população, e, também, não quis tomar medidas intervencionistas para diminuir a inflação e conter a alta dos preços, pelo contrário, eles até autorizavam a alta de preços, mas, dessa vez, em serviços essenciais para a sobrevivência nas cidades. O jornalista da Folha de São Paulo, Galeno de Freitas, aponta o zelo da cúpula econômica do regime em obedecer as recomendações do FMI,

além de apontar também as medidas tipicamente neoliberais adotadas, como contenção de salários e corte nos gastos públicos, nas quais essas medidas minavam também o poder de compra da classe média (DE FREITAS, 1979, p. 31).

O regime permitia uma situação em que se criava condições para uma concentração de renda, na qual a alta dos preços combinada com os baixos salários empobreciam a população e enriquecia à uma minoria. O governo pretendia utilizar o plano econômico como uma ferramenta fundamental para "refundar" o país, mas esse plano estava cada vez mais fragilizado, pois causava divergências até mesmo entre os militares. O país estava empobrecendo, pois dados apontavam que o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu mais de 7% (ARGENTINA..., 1978b, p. 27), enquanto que os dados oficiais, no qual a própria equipe econômica admitia os resultados negativos, anunciavam que o PIB havia recuado em 4% no final da década de 1970 (PIB ARGENTINO..., 1979, p. 9).

O desemprego poderia, a médio prazo, se tornar uma preocupação para o governo, pois um grande número de empresas já estava adotando planos de redução de pessoal e planos para queima de estoque. Uma situação dessas, em outros governos que o país teve no passado, poderia levar à demissão do Ministro da Economia, mas Videla não quis demitir Martinez de Hoz, pois ele estava determinado a confiar no plano econômico (CRÍTICAS..., 1978, p. 7).

Ao mesmo tempo que os militares temiam um agravamento da situação social, em que poderia levar a um possível enfraquecimento político dos militares, os militares poderiam garantir a obediência e o silêncio da população com a repressão e o medo. A insatisfação estava se acumulando, e o plano econômico levaria a uma crise da qual a ditadura nunca iria conseguir se livrar.

O final da década de 1970 foi o período em que nos Estados Unidos governava o presidente Jimmy Carter. A relação de Carter com as ditaduras latino-americanas não era boa, pois ele deu início à uma política externa de defesa dos direitos humanos, e isso irritava bastante as ditaduras pela América Latina. As pressões diplomáticas do governo norte-americano sobre o governo argentino para apurar as violações de direitos humanos e o drama dos familiares dos desaparecidos, no qual ganhava notoriedade o movimento das Mães e Avós da Praça de Maio, trazia a tona a situação dos desaparecidos (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 379 – 390). A cada dia que passava, ficava cada vez mais difícil para o governo esconder sobre o destino dos desaparecidos.

Jimmy Carter estava seriamente comprometido na sua política externa de defesa dos direitos humanos, tanto que o governo norte-americano ordenou o bloqueio de créditos à Argentina em um banco norte-americano (CARLOS, 1978a, p. 8). Uma parte dos militares

argentinos, como o almirante Massera, iniciaram uma política de aproximação com os países comunistas do Leste Europeu, na qual ficou marcada pela visita de Massera à Romênia, em que o próprio Massera declarou que "é preciso buscar novos mercados à margem de ideologias" (CARLOS, 1978a, p. 8). Outro gesto bastante audacioso foi a disposição do general Videla em aceitar o convite oferecido pelo governo soviético para visitar a URSS, em uma tentativa do governo soviético de realizar acordos comerciais com a Argentina (CARLOS, 1978a, p. 8). De acordo com a Folha de São Paulo, o gesto de aproximação com a URSS, apesar das enormes diferenças ideológicas, foi interpretado, entre algumas fontes, como o jornal Clarin, como uma esperança para ajudar a indústria, pois o acordo previsto previa uma série de investimentos na indústria e a instalação de novas indústrias (CARLOS, 1978a, p. 8). Um exemplo da aproximação do governo argentino com a URSS foi o fato de que uma empresa estatal soviética foi convidada para colaborar em projetos de infraestrutura na Argentina (ARGENTINA, 1978b, p. 14 – 15). Além disso, a URSS se tornou uma das maiores compradoras da Argentina, pois a exportação de grãos argentinos aumentou bastante para a URSS. O comércio externo argentino, em que havia o predomínio de produtos primários, continuava a crescer devido à sua cada vez mais estreita relação com a URSS. Logo após o início do conflito em que a URSS se envolveu no Afeganistão, houve pressões por parte dos EUA para que a Argentina aderisse ao embargo econômico de cereais contra a URSS. Mas o regime argentino, apesar de ser anticomunista e de ter condenado diplomaticamente a operação soviética no Afeganistão, não queria comprometer seriamente um outro setor da sua economia, e, racionalmente, manteve o seu comércio de grãos com a União Soviética (ARGENTINA..., 1980, p. 7).

Diante das pressões diplomáticas, o governo decide convidar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que visitasse a Argentina e verificasse pessoalmente sobre a situação dos direitos humanos (ARGENTINA..., 1978a, p. 9). Os militares argentinos que ocuparam o poder, além de serem guerreiros profissionais treinados para situações de guerra (no caso da Argentina, uma guerra contra o seu próprio povo), eles se tornaram políticos. Com essa decisão de convidar a CIDH para conferir a situação dos direitos humanos, que realmente era uma situação delicada, eles acreditavam que poderiam aplacar a pressão do governo norte-americano, mas eles acreditavam também que não haveria grandes consequências políticas para eles mesmos (ARGENTINA..., 1978a, p. 9).

Mas o que os militares argentinos não esperavam era que a visita e os trabalhos de investigação da CIDH desencadearia uma crise da qual a Junta Militar jamais se recuperaria. A sociedade sabia dos desaparecimentos, mas as pessoas, seja por boa-fé ou má-fé, acreditavam que se muitos eram levados pela polícia "era porque tinha alguma culpa", mas o que o país não

sabia era da profundidade da repressão e que as vítimas não eram somente “as que fizeram alguma coisa” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 173 – 178). A partir da visita da CIDH começou-se a falar dos “excessos” da “guerra antisubversiva” (NOVARO; PALERMO, 2007, 371 – 373).

Se o plano econômico já era o ponto fraco do governo, as revelações da CIDH se tornariam o outro ponto fraco do regime, pois a sociedade não poderia assistir de forma fria às revelações sobre a profundidade da repressão. Porém, havia uma diferença entre o plano econômico e as revelações dos crimes da repressão entre os militares, pois enquanto o plano econômico causava fissuras profundas na unidade das Forças Armadas, na qual se incluía tentativas de assassinatos de membros da equipe econômica (CARLOS, 1978b, p. 9), o assunto dos direitos humanos causava repulsa entre os militares, e, além disso, este tema exercia um efeito aglutinador. A questão dos direitos humanos era o único assunto que unia os militares, pois na máquina repressiva da ditadura, sejam os moderados como os “linha-duras”, todos eram cúmplices e tiveram participação na repressão (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 363 – 420). O regime já estava se desgastando politicamente por causa do plano econômico, mas o desgaste iria se intensificar com a visita da CIDH.

A situação econômica continuava ruim, na qual a inflação persistia como um grande problema. O governo anunciou que a inflação havia atingido a marca de 170%. A inflação que atingia o país era considerada a maior do mundo, fato este admitido, até mesmo por jornais especializados em economia e alinhado aos liberais, como o Financial Times (INFLAÇÃO..., 1979, p. 11). O plano econômico neoliberal não conseguiu, em quase três anos de regime, resolver os principais problemas econômicos do país, pelo contrário, muitos problemas foram aprofundados, conforme apontado acima, como nas indústrias e nos salários da população. Diante deste cenário de inflação alta, o Minsitério da Economia se recusava a tomar medidas para proteger os trabalhadores assalariados e declarava que não pretendia conceder novos aumentos (CRÍTICAS..., 1979, p. 27), porém, diante da realidade e pressões políticas, o Ministério da Economia teve que conceder um aumento salarial (NA ARGENTINA..., 1979, p, 7).

Um membro da cúpula do regime, como o brigadeiro Orlando Agosti, começou a fazer críticas públicas ao plano econômico, e uma opinião desse valor, vinda de uma alta autoridade do regime, tinha um imenso significado político (AGOSTI..., 1979, p. 14). Outro militar, que também era conhecido por ser um crítico do plano econômico, o general Viola, também reforçou as suas criticas ao plano econômico, além de admitir que o país estava em recessão (VIOLA..., 1979, p. 11). Viola seria o sucessor de Videla na Presidência, e a sua fama como

duro crítico do plano econômico praticamente iria desestabilizar o seu governo. Além dos militares da ativa, militares da reserva que ocuparam a Presidência, como o general Roberto Levingston, também se somou à onda de críticas ao plano econômico e frisou a ineficiência do Ministério da Economia para resolver os problemas que o país enfrentava (EX-PRESIDENTE..., 1979, p. 9).

Os sindicalistas também intensificaram as suas críticas ao plano econômico, e, nesse caso, teve reação do governo. Desde o golpe militar de 1976, o principal agrupamento sindical argentino, a *Confederación General del Trabajo* (CGT), sofreu intervenção dos militares, e os sindicalistas que não foram presos e nem exilados formaram sindicatos clandestinos como a *Comissão dos 25* (GREVE..., 1979, p. 9), e o sindicalimo mais combativo tentou se reagrupar por meio dessa corrente. A *Comissão dos 25* também emitiu uma declaração que criticava duramente o plano econômico. Dessa vez, o governo reagiu contra os sindicalistas e ameaçou prende-los, e o governo cumpriu as suas ameaças mandando prender líderes sindicalistas (GREVE..., 1979, p. 9). Uma coisa é um militar de alto escalão poder criticar publicamente o governo, outra totalmente diferente era um sindicalista e cidadãos comuns criticarem a difícil realidade vivida por eles (GOVERNO..., 1979, p. 6).

Todos tinham motivos para se queixar do plano econômico. Desde os trabalhadores assalariados, que viam o seu poder de compra bastante reduzido, além do fato de que os seus salários não aumentavam, até aos empresários, que viam a sua margem de lucros cair devido ao fato de os trabalhadores não conseguirem comprar mais produtos (GOVERNO..., 1979, p. 6). No final do governo de Videla, a insatisfação entre os empresários diante do plano econômico estava aumentando, e alguns empresários começaram a formular uma aliança entre algumas correntes sindicais para combater o plano econômico (EMPRESÁRIOS..., 1979, p. 18). Além disso, as queixas dos empresários industriais aumentavam devido à recusa do ministro da Economia em restaurar as taxas alfandegárias, e essa situação de facilidade de acesso à produtos importados estava enfraquecendo cada vez mais a indústria (DE FREITAS, 1979, p. 27), no qual um exemplo da difícil situação da indústria foram as saídas de algumas montadoras, processo este que começou em 1978 com a saída da General Motors, e, no final de 1979, foi a vez da Citröen em abandonar o país (INTENSIFICA-SE..., 1980, p. 8).

O regime parecia insensível perante às dificuldades da população, pois havia uma clara recusa em aumentar os salários dos trabalhadores para que permitisse um maior consumo da população, e tentar tomar medidas para frear o aumento de preços. Se os militares tinham algum prestígio político por ter restaurado a “ordem”, o plano econômico estava minando este prestígio cada vez mais (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 311 – 313). Empresários,

sindicalistas, políticos, militares e até mesmo parte Igreja Católica, fiel aliada do regime, estavam descontentes com o plano econômico. Em três anos de regime, havia uma insatisfação generalizada, mas, apesar da rejeição generalizada da população, o general Videla insistia em manter o plano econômico, dando prova de que ele acreditava na missão do projeto neoliberal.

Os trabalhadores não sofreram passivamente, e também organizaram greves (CARLOS, 1979b, p. 14). Os trabalhadores da indústria, um dos mais prejudicados pelo plano econômico, aumentaram a sua ousadia contra o governo e organizaram a primeira greve geral contra o regime, na qual eles previam uma paralização de 24 horas nas cidades do entorno de Buenos Aires, enquanto que em outras cidades, a greve foi parcial. Além dos operários da indústria, aderiram à greve geral os trabalhadores ferroviários, em que, consequentemente, houve a paralização das principais linhas ferroviárias de Buenos Aires (GREVE..., 1979, p. 9). No final do governo de Videla, se pôde observar que todo o mecanismo de organização dos trabalhadores estava ressurgindo, embora ainda se devia manter a cautela. A *Comissão dos 25* queria reorganizar o sindicalismo, e os estragos do plano econômico neoliberal foi também uma boa oportunidade para que os sindicatos pudessem se reagrupar (NA ARGENTINA..., 1979, p. 7).

Conforme mencionado, em três anos de regime, o salário do trabalhador argentino não aumentava e perdeu bastante do seu poder de compra, e o ministro da Economia foi obrigado a decretar novos aumentos salariais para que a situação não piorasse totalmente, mas, mesmo com os aumentos salariais, havia muita queixa entre os trabalhadores pelo alto custo de vida. Foram decretados aumentos nas tarifas de serviços telefônicos, mas os principais aumentos foram decretados nos alimentos básicos da população, como o leite e o pão, além do aumento nos combustíveis, e, quando o preço dos combustíveis aumenta, geralmente aumentam os preços de quase todos os produtos, sejam alimentos ou manufaturados (NA ARGENTINA..., 1979, p. 7).

Um fenômeno presenciado pela economia foi a tentativa gradual de desvalorização do peso argentino. Foi implementada uma estratégia de manipulação do câmbio, na qual foi estipulada uma tabela de desvalorização mensal do peso, até que chegasse à zero. Essa tabela ficou popularmente conhecida como *"tablita"*, e essa medida beneficiou o capital financeiro. Mas a desvalorização do dólar também teve as suas consequências negativas, pois enquanto a indústria precisava ser protegida das mercadorias importadas, muitos empresários fizeram empréstimos em dólar, e, com a desvalorização do peso, a dívida de muitos empresários aumentou. O endividamento dos empresários fez com que, futuramente, o governo assumisse essas dívidas para que não houvesse falências em massa. A Argentina vivia a época do

fenômeno da *"plata dulce"* (dinheiro fácil), no qual havia uma facilidade para pedir empréstimos em dólar (ROMERO, 2006, p. 204). Palermo e Novaro apontam também sobre a política cambial, no qual se vivia um cenário de incertezas na economia. Havia uma disputa política interna em torno do plano econômico e os liberais estavam pressionados pela Junta Militar, por alguns militares e por vários segmentos da sociedade, portanto, eles precisavam reagir para não testar demais a paciência de Videla por eles, e, a partir daí, a política cambial, com a desvalorização gradativa do peso argentino, se tornou, conforme apontam Palermo e Novaro (2007, p. 348), como uma aposta alta do regime.

Os militares mencionavam frequentemente que o Processo de Reorganização Nacional devia "completar a sua missão" e "alcançar os seus objetivos", e conforme apontam Palermo e Novaro (2007, p. 67), o plano econômico era uma ferramenta fundamental para que os militares pudessem alcançar os seus objetivos, na qual eles acreditavam que criariam uma nova mentalidade nos argentinos através do plano econômico. O objetivo político da Junta Militar era instaurar uma democracia tutelada, na qual eles selecionariam os partidos alinhados com "a filosofia do Processo", e, obviamente, estariam excluídos os peronistas em uma provável abertura do regime (ARGENTINA, 2014c, p. 284 – 287). Os sindicatos estavam quase neutralizados e os partidos políticos estavam bastante enfraquecidos, e a Junta Militar gozava do prestígio de ter restaurado a ordem, mas o plano econômico gerava incertezas, pois, mesmo que um chefe de família tivesse uma sensação de segurança, ele estaria insatisfeito também pelo fato de não conseguir alimentar bem a sua família, pois o plano econômico estava afetando as famílias mais necessitadas, conforme apontaram até mesmo dois bispos católicos argentinos. Os estragos do plano econômico, mesmo diante da repressão severa, fez a sociedade reagir, e os operários não suportaram passivamente e organizaram greves. Os empresários também estavam insatisfeitos e articularam alianças com os sindicalistas para combater a política econômica neoliberal. Mas outro feito que pode ser creditado ao plano econômico foi a rearticulação dos partidos políticos, pois nos últimos meses do governo de Videla já se ensaiou uma união dos partidos políticos para contestar a ditadura militar, na qual o plano econômico foi o motivo perfeito para que esses partidos se rearticulassem e acionassem, mesmo sob cautela, uma tímida atividade política (PARTIDOS..., 1979, p. 13). Conforme apontaram Novaro e Palermo (2007, p. 254 – 286), se o Processo queria "refundar" o país instaurando uma democracia tutelada, o plano econômico estava atrapalhando seriamente os planos dos militares.

A postura do regime e dos seus aliados liberais era uma prova de que eles não se importavam com a qualidade de vida da população. Eles não queriam investir na população.

Tanto a repressão como a política de arrocho salarial eram dois fatores que sufocavam a vida cotidiana do cidadão. Muitos cidadãos percebiam que pessoas estavam desaparecendo, e, mesmo não sendo membros da sua família ou algum amigo, inevitavelmente as dúvidas e o medo iriam começar a aparecer. Como alcançar uma boa qualidade de vida com medo? O medo paralisa, e além da angústia de ver o seu salário perder valor, um cidadão comum, mesmo não sendo um possível "alvo", viveria atormentado pelas dúvidas, pelas histórias contadas pelos seus parentes, amigos e colegas de trabalho e pela incerteza da sua sobrevivência. O plano dos militares e dos seus aliados na elite liberal era um plano de poder, no qual eles perceberam que essa nova abordagem do capitalismo internacional, mesmo que essa abordagem de uma elite internacional fosse para maximizar os lucros dos estrangeiros por meio da exploração dos países periféricos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004), coincidia com os seus planos de poder e de neutralização dos interesses das classes populares.

A CIDH fez os seus preparativos para os seus trabalhos (COMISSÃO..., 1979, p. 19). Havia muitos sinais de insatisfação pelo plano econômico, pois o plano recebia ataques de todos os setores da sociedade, mas a questão dos direitos humanos também exerceria um outro efeito desestabilizador sobre o regime. Os trabalhos da CIDH compreendiam entrevistas com familiares dos desaparecidos, além de visitas às prisões do regime para verificar as condições dessas prisões (COMISSÃO..., 1979, p. 19). Os efeitos políticos dos trabalhos da CIDH seriam sentidos posteriormente, com a publicação do relatório da CIDH. A insatisfação com o plano econômico, junto com o relatório da CIDH, atrapalhariam seriamente os planos de "refundação" do regime.

2.4 **O aumento da crise econômica e o aprofundamento do desgaste do regime**

O fracasso do projeto econômico neoliberal conduziu o país à uma crise em que os futuros resposáveis pela condução econômica dedicaria a maior parte dos esforços para somente tentar amenizar os efeitos dela (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 468 – 509). O final do governo do general Videla ficou marcado não somente pela crise econômica, mas pelo desgaste político que o regime já estava sofrendo. Ademais, as especulações de quem iria substituir Videla na Presidência já apareciam, no qual o nome mais forte era o do general Roberto Viola, um dos ideólogos do regime (DE FREITAS, 1980, p. 16). Ao mesmo tempo que o mandato de Videla já estava no final, havia uma grande expectativa nos meios políticos e em vários segmentos da sociedade pelo fim do mandato, pois o fim do governo de Videla significaria uma

mudança no Ministério da Economia, na qual Martinez de Hoz seria substituído, conforme ele mesmo afirmou (MONTERAISMO..., 1980, p. 5).

Um dos motivos para o desgaste do regime, além da situação econômica, foram os trabalhos da CIDH e da elaboração do relatório final da CIDH. O plano econômico já gerava muitas insatisfações em todos os segmentos da sociedade, mas o relatório final da CIDH também se uniria à insatisfação da sociedade com a crise econômica e social que o país vivia.

Conforme mencionado anteriormente, o plano econômico podia causar fissuras nas Forças Armadas, mas o assunto dos direitos humanos causava repulsa nos militares, pois era um dos poucos assuntos que unia todos os setores das Forças Armadas. O relatório da CIDH ainda não havia sido publicado, e já causava irritação entre os militares, pois até mesmo o general Viola, considerado um dos moderados do regime e opositor do plano econômico, criticou duramente o relatório da CIDH (ROSSI, 1980b, p. 5). A CIDH liberou trechos do relatório dos seus trabalhos, e a repercussão nos meios militares foi de profunda irritação. Os militares insistiam no discurso de que o país "enfrentava uma guerra subversiva", e que poderia haver alguns "excessos", mas o relatório da CIDH atacava frontalmente o discurso oficial (ROSSI, 1980b, p. 5). De acordo com os delegados da comissão, uma grande maioria dos mortos, desaparecidos e presos políticos não pertenciam à nenhuma organização armada (ROSSI, 1980b, p. 5).

Os trabalhos da CIDH e o relatório final seriam como uma bomba-relógio para o governo, conforme apontaram Novaro e Palermo (2007, p. 363 – 420). A população queria acreditar no discurso oficial de que os que foram levados pela polícia ou os desaparecidos eram terroristas, mas o relatório da CIDH desmentia de forma avassaladora o governo, e provava ao país que a repressão não se deu somente sobre os grupos armados, mas que houve perseguição política. O combate à guerrilha e a imposição da ordem foi uma fachada perfeita, mas o objetivo real era a tentativa de tirar do cenário político, através da eliminação física, qualquer foco de contestação política. Portanto, o relatório da CIDH impôs um sério prejuízo político ao regime, em que, junto com o plano econômico, poderia lançar as Forças Armadas ao descrédito, pois a situação econômica e social do país não melhorava (ROSSI, 1980c, p. 8).

O cenário de crise da indústria também ganhou notoriedade com a visita do então presidente brasileiro João Figueiredo à Argentina, e as fissuras internas em relação ao regime se aprofundava. Um jornal da Marinha argentina, o *Convicción*, expunha um temor de uma excessiva aproximação com o Brasil, e esses temores não eram compartilhados somente pela Marinha, pois outros setores temiam uma excessiva aproximação com o Brasil (JORNAL..., 1980, p. 6). Com a crise da indústria e a entrada de muitos produtos brasileiros na Argentina

havia o temor de uma dependência da Argentina de produtos industrializados brasileiros, que resultaria, possivelmente, em uma dependência econômica da Argentina ao Brasil, pois, devido às medidas econômicas, os produtos brasileiros estavam baratos. Alguns iam além e classificavam o plano como um projeto para criar uma "Argentina pastoril", enquanto o Brasil seria o "campo industrial" (JORNAL..., 1980, p. 6). Portanto, todo o contexto da visita de João Figueiredo e a dependência excessiva da Argentina aos produtos manufaturados brasileiros também serviram como motivações políticas para atacar o plano econômico (MINISTRO..., 1980, p. 6).

Havia o relato da Folha de São Paulo de que a *Companhia Brasileira de Tratores* conseguiu um contrato para a exportação de mil unidades para a Argentina, enquanto a fábrica argentina *Deutz* estava fechando unidades e suspendendo atividades (JORNAL..., 1980, p. 6). O exemplo relatado da fábrica de tratores era uma parte dos temores de uma possível dependência econômica da Argentina com o Brasil, na qual era temida por parte da imprensa argentina (JORNAL..., 1980, p. 6).

As declarações dos críticos do programa econômico, nas quais frequentemente é mencionado o temor de uma "Argentina pastoril", tem as suas justificativas. E o próprio Martinez de Hoz corrobora os seus críticos ao fazer declarações como essa sobre a indústria:

> E que José Alfredo Martinez de Hoz, o ministro da Economia e fiel discípulo do ultra liberalismo da escola de Chicago, seguiu à risca o conselho de seu mestre Milton Friedman: "É absurdo que a Argentina se dedique à atividades nas quais têm desvantagens comparativas. Pode produzir bens agropecuários relativamente baratos e são estes bens que deveria produzir. Os bens industriais, que só pode produzir a preços altos, deveria importa-los." (ESPECULAÇÃO..., 1980, p. 5)

Essa política de abertura às importações estava destruindo algumas indústrias, na qual, de acordo com algumas estimativas, houve um total 1.400 falências registradas no final do governo de Videla (POLÍTICA..., 1980, p. 8), e as indústrias mais prejudicadas foram a do setor têxtil, que é conhecida por empregar muitos funcionários (INTENSIFICA-SE..., 1980, p. 8). As queixas diante da decadência da indústria, principalmente diante da decadência do setor têxtil, um dos mais prejudicados pela política neoliberal (ROMERO, 2006, p. 206), têm as suas justificativas, pois os argentinos tinham muita facilidade para comprar camisas brasileiras da *Hering*, além das facilidades para adquirir calças norte-americanas e casacos de pele franceses (ESPECULAÇÃO..., 1980, p. 5).

Com as dificuldades enfrentadas pela indústria, na qual, ao mesmo tempo, havia uma situação de dólar baixo, o país estava importando carros. Essa situação de importação de carros era desnecessária, pois a Argentina tinha um parque industrial capaz de produzir carros, mas as

dificuldades enfrentadas pela indústria de automóveis pôs o país nesta delicada situação. Havia o relato de uma montadora norte-americana, a Chrisler, que suspendeu as suas atividades por 25 dias (INTENSIFICA-SE..., 1980, p. 8). Esse fenômeno da importação de carros era mais uma sinal da crise na indústria nacional, e algumas montadoras, para tentar sobreviver, resolveram fazer fusões, como foi o caso relatado da Fiat e da Peugeot (INTENSIFICA-SE..., 1980, p. 8).

Outro setor industrial que foi seriamente prejudicado pelas medidas liberais do regime foi a indústria de eletrônicos. A Argentina tinha um ótimo parque industrial para a produção de aparelhos eletrônicos, como rádios, televisores e outros aparelhos (ROMERO, 2006, p. 206 – 207). Mas a falta de proteção à indústria, tornava a produção mais cara do que a importação, e muitas empresas, principalmente do ramo eletrônico, perceberam que compensava mais importar do que produzir (SCHVARZER, 1996, p. 293). Um exemplo que confirmava os temores dos críticos em torno de uma "Argentina pastoril" e o Brasil como um "campo industrial" era o relato do jornal Folha de São Paulo, no qual relatava o fato de muitos viajantes argentinos comprarem grandes quantidades de aparelhos de televisão à cores. Na cidade fronteiriça brasileira de Foz do Iguaçu havia muitos argentinos que aproveitaram a baixa taxação sobre os eletrônicos brasileiros para comprá-los em grandes quantidades, pois um aparelho de televisão à cores na Argentina era muito caro para muitas pessoas (BORIN, 1980, p. 15). Mas o consumo de aparelhos eletrônicos já estava bastante excessivo, e o Ministério da Economia emitiu novas taxações para os produtos estrangeiros através de uma medida (CAEM..., 1980, p. 35.), que, por outro lado, estimulou o contrabando de aparelhos de televisão para a Argentina.

De acordo com uma reportagem da Folha de São Paulo, a política econômica obrigou a indústria argentina a ser competitiva com o aumento das importações, pois no último ano do governo de Videla, as importações de produtos manufaturados na Argentina aumentaram em 73% (CARLOS, 1980a, p. 9). A indústria siderúrgica também foi afetada, pois a estatal *Fabricaciones Militares*, que é uma estatal que produz materiais bélicos e se manteve sob o controle dos militares por insistência dos próprios militares, depende da indústria siderúrgica, e, de acordo com o general diretor da estatal, a crise também abalou a indústria siderúrgica (CARLOS, 1980a, p. 9).

Conforme aponta Romero (2006, p. 205 – 207), a indústria, diante da sua crise, perdeu muita mão-de-obra, mas o desemprego era baixo. Os trabalhadores que eram demitidos na indústria eram realocados para outras ocupações no setor de serviços e para as pequenas e

médias indústrias. Houve casos de trabalhadores trocando o seu emprego na indústria por atividades autônomas (ROMERO, 2006, p. 207).

Nos últimos meses do governo de Videla, a repressão havia diminuído de intensidade, além do fato de a insatisfação ao modelo neoliberal ser generalizada. Ricardo Balbín, o cauteloso líder da UCR, aumentou o tom político das suas críticas ao plano econômico do regime, na qual ele declarou que a política econômica do governo prejudica seriamente a democracia (JUSTIÇA..., 1980, p. 8). A política econômica estava recebendo queixas de aliados tradicionais do regime, como os empresários agropecuários, pois a Folha de São Paulo publicou uma reportagem, na qual relatava que a taxa de juros paga pelos produtores rurais era de quase 70% ao ano (ROSSI, 1980b, p. 5). Isso fazia todo o sentido, pois o plano neoliberal pretendia beneficiar o setor bancário, na qual haveria uma facilidade de empréstimos e juros altos (ROSSI, 1980b, p. 5). Além disso, houve mais declarações de militares do alto escalão, como o membro da Junta Militar almirante Lambruschini, que já defendia um "intervencionismo do Estado para concertar os excessos de liberdade econômica" (GOVERNO..., 1980b, p. 12).

As queixas dos empresários rurais, que eram os aliados mais fieis do regime, são um indicativo de que os militares optaram por uma política econômica que desagradou a todos (ROMERO, 2006, p. 206). A insistência do governo em manter uma política econômica impopular, dentro da crença de formar um novo país, estava afastando até mesmo os aliados mais valiosos do regime. O regime precisava de sustentação política vinda dos civis, e, aos poucos, o apoio político dos civis foi retirado, pois a política econômica, além de ter sido introduzida para dificultar futuras medidas reversíveis, afetava o cotidiano da população, e afetou inclusive aos empresários. A insatisfação no setor agrário se intensificou de tal forma, que os líderes empresariais do setor agropecuário estavam considerando uma paralisação de atividades no campo, em protesto à política econômica (ROSSI, 1980d, p. 12).

A cúpula econômica do regime conseguiu irritar até mesmo os seus apoiadores liberais mais fiéis. Os liberais-conservadores, como o ex-ministro da Economia Álvaro Alsogaray, que no começo do regime deu firme apoio ao regime e ao plano econômico, além de conclamar o país a apoiar "com todas as forças" o plano econômico (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 86), começou a fazer duras críticas ao plano econômico, no qual ele declara que os erros cometidos na condução da economia iriam dar as condições políticas para a volta do "dirigismo", em uma clara alusão aos peronistas (POLÍTICA..., 1980, p. 8). Além disso, até mesmo o renomado escritor Jorge Luís Borges, defensor do regime, começou a fazer leves críticas ao governo (ROSSI, 1980d, p. 12).

A situação dos trabalhadores e dos empresários industriais era tão delicada nos últimos meses do governo de Videla, que um não tinha como ajudar o outro. Os trabalhadores metalúrgicos recorreram aos meios que estavam ao seu alcance, mesmo diante dos limites de uma ditadura violenta, e fizeram diversas greves nas cidades ao redor de Buenos Aires. Os trabalhadores reivindicavam aumentos de salários, no entanto, devido à dificuldade enfrentada pela indústria, os próprios empresários não tinham condições de dar aumentos salariais (METALÚRGICOS..., 1980, p. 7).

Conforme visto, o general Viola era o nome mais cotado para suceder a Videla, e apesar das críticas de Viola ao plano econômico, Viola não dava indícios de que iria romper com o modelo neoliberal, porque ele declarou que deveria se manter a "filosofia" econômica do regime (CARLOS, 1980b, p. 10), mas havia fortes indícios de que Viola demitiria Martinez de Hoz, pois ninguém dava mais apoio à política econômica dos militares, nem mesmo a Igreja Católica (CARLOS, 1980b, p. 10). Mas havia também um homem forte do regime que não desistiu das suas ambições: o almirante Massera. O ex-comandante da Marinha queria marcar posição política e também tinha esperanças de chegar à Presidência, a ponto de fazer declarações fortes, como a rotulação do plano de "entreguista", o que não deixava de ser verdadeiro (CARLOS, 1980b, p. 10).

Antes de deixar o governo, tanto Videla como a sua equipe de neoliberais no Ministério da Economia cumpriram com o seu objetivo de abertura da economia argentina, e retiraram os últimos entraves para uma economia liberalizada por meio da Lei de Investimentos Estrangeiros, que foi uma medida que abria ainda mais a economia para investidores estrangeiros. Essa medida permitia que multinacionais estrangeiras adquirissem ações de empresas argentinas no mercado de ações da Argentina, e sem regulação e fiscalização do governo (GOVERNO..., 1980a, p. 10). Por outro lado, essa medida poderia representar um risco para o setor produtivo, pois permitia a transferência de importantes empresas do país para estrangeiros, ou seja, permitia uma desnacionalização das empresas. Colocar setores importantes da produção sob o controle de estrangeiros pode significar uma certa vulnerabilidade para um determinado país. Essa medida também significava uma permissão para que essas empresas comprassem ações de estatais. Essa nova lei também concedia benefícios fiscais para investidores estrangeiros, além de facilitar o acesso aos mercado de créditos na Argentina, em um claro favorecimento ao setor bancário (GOVERNO..., 1980a, p. 10).

A própria implementação do projeto neoliberal estava inserido dentro de um grande projeto global de implementação do neoliberalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Os liberais-

conservadores, que eram os membros mais ideologizados da elite argentina, e uma parte dos militares estavam comprometidos a defenderem essas forças poderosas do mundo capitalista, e a implementação do neoliberalismo na Argentina era um passo para a defesa dos interesses políticos e econômicos dessas forças poderosas do capitalismo internacional na Argentina e na América Latina. O próprio enfraquecimento das indústrias e, conforme citado acima, a permissão para as empresas estrangeiras adquirirem empresas argentinas e terem acesso a empréstimos no país eram medidas que faziam parte desse processo de implementação do modelo neoliberal, além de garantir o papel da Argentina de submissão, econômica e política, perante os atores do capitalismo internacional. Além disso, essas medidas significavam o enfraquecimento do país, que, consequentemente, levaria a um abalo na qualidade de vida da população. Porém, com a repressão para coagir qualquer contestação, a ditadura militar poderia dar curso ao seu projeto de implementação do modelo neoliberal, ao mesmo tempo que os liberais argentinos cumpriam com os seus compromissos perante a elite do capitalismo global.

Em relação ao setor bancário, depois de todo um conjunto de medidas que beneficiaram este setor, houve os primeiros indícios de uma possível crise, na qual foi necessária uma atuação do governo. Dessa vez, o governo realizou uma intervenção em dois bancos argentinos, os bancos *Los Andes* e *Internacional*. Houve uma corrida às agências desses bancos por parte dos depositários, por temor de uma possível falência (GOVERNO..., 1980b, p. 12). Outro grande banco privado argentino que entrou em processo de falência foi o *Banco de Intercambio Regional* (BIR), considerado o maior banco privado argentino (ESPECULAÇÃO..., 1980, p. 5).

Uma taxa de juros elevada desestimula os empresários a fazerem maiores investimentos, pois uma taxa de juros alta estimula a especulação, e muitas pessoas e empresas preferiam aumentar os seus depósitos para obter lucros através dos juros altos (ROMERO, 2006, p. 204). Com o dólar baixo, muitas empresas realizaram altos empréstimos em dólar, e, para pagá-los, recorriam a novos empréstimos. Com esse sistema de empréstimos, o setor financeiro obteve grandes benefícios com o plano econômico, pois os juros altos também encareciam os empréstimos (ROMERO, 2006, p. 204 – 206). A festa dos empréstimos em dólar traria consequências terríveis para muitos empresários que se endividaram em dólar, pois no governo de Viola, a política cambial mudaria. Romero (2006, p. 204 – 206) aponta que a atividade financeira, ao mesmo tempo que era muito lucrativa para os banqueiros, estava submetida a alguns riscos, pois com a concessão de muitos empréstimos e com as dificuldades em cobrar um alto número de devedores, os bancos se esforçavam para captar mais depósitos e, com isso, a taxa de juros aumentava ainda mais, numa tentativa de atrair mais correntistas.

Conforme apontado anteriormente, a *tablita* foi uma política de manipulação cambiária, na qual o governo tentou desvalorizar gradativamente o peso argentino. Mas a moeda argentina ainda estava valorizada frente ao dólar, e a política da *tablita* já estava gerando duras consequências, pois era relatado a saída de muitas divisas do país (ROMERO, 2006, p. 204 – 205).

No final do mandato de Videla, a política econômica, na qual os militares puseram altas expectativas políticas, já mostrava que havia fracassado, pois a realidade insistia em se impor. O cotidiano da população continuava muito duro, pois além de lidar com os baixos salários e com a perspectiva de desemprego, pois muitas empresas estavam fechando, a população tinha que lidar com o alto custo de vida. Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) apontavam que o custo de vida em Buenos Aires era 40% maior do que de Nova York (ESPECULAÇÃO..., 1980, p. 5). A inflação continuava alta, acima da faixa dos 100%, e o custo de vida aumentou ainda mais nos primeiros meses do ano de 1980, no qual chegou a um aumento de 26,4% (ESPECULAÇÃO..., 1980, p. 5) Outros organismos internacionais, como o FMI também apontavam que a inflação argentina era considerada a maior do mundo, em que o índice da inflação marcava 127%. E o FMI é um órgão que está longe de ter simpatias por medidas intervencionistas. Além disso, segundo dados oficiais, o custo de vida, somente no mês de maio de 1980, aumentou ainda mais e chegou à uma alta de 5,8% (EM INFLAÇÃO..., 1980, p. 6). E o custo de vida continuou a aumentar pelo resto do ano, no qual o aumento de preços para o mês de outubro marcava 7,4% (PERONISTAS..., 1980, p. 6). Portanto, pode-se apontar que, politicamente, o plano econômico do regime fracassou e aprofundou a crise econômica. Os benefícios dados ao setor financeiro foram muitos, mas, por outro lado, foi imposto uma redução na renda da população mais pobre, além de ter aprofundado a crise no setor industrial. Se o plano econômico recebeu expectativas dos militares para tentar resolver os problemas do país, então eles foram muito mal-sucedidos, e o preço pago para sustentar este plano econômico foi muito alto. O ponto em que o plano econômico relamente foi eficiente foi na defesa das forças do capitalismo mundial, no qual ele conseguiu criar as condições para uma maximização de lucros para o setor financeiro.

O próprio Banco Central Argentino divulgou dados nada animadores do segundo trimestre, em que o PIB industrial apresentou uma queda na cifra de 6% e o PIB argentino apresentou uma retração na cifra dos 3%. Além disso, o setor agropecuário apresentou também uma queda no seu PIB, no qual apontava para uma retração de 9,8% (ROSSI, 1980d, p. 12). Esses dados são a própria admissão indireta do governo de que o programa econômico da Junta Militar foi um fracasso, pois, ao invés de desenvolver o país, o projeto somente sabotou a

economia com uma política monetária de valorização do peso argentino e de abertura de importações.

Ao observar a instauração do plano econômico desde a sua implementação até o final do governo de Videla, pode-se chegar à conclusão de que foi instaurado claramente um projeto de desindustrialização do país, pois alegava-se que a abertura do mercado argentino das importações "estimularia a eficiência", mas o que aconteceu foi ajudar a enfraquecer seriamente a indústria. O projeto econômico, que recebeu altas expectativas políticas dos militares, na verdade resultou em um fracasso econômico que comprometeu um importante setor da economia nacional. Além disso, o regime já sofria um considerável desgste político, e o debate em torno do plano econômico seria uma pauta importante que abalaria até mesmo o futuro governo do general Viola, pois o debate sobre um possível rompimento ou aprofundamento do modelo neoliberal levaria à disputas políticas intensas dentro das Forças Armadas (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 468 – 509).

A Argentina, um país que outrora era muito próspero e com uma qualidade de vida superior em relação aos países latino-americanos, experimentou um empobrecimento e um rápido declínio em um curto espaço de tempo. O plano econômico deixava uma economia bastante fragilizada, além de ter beneficiado bastante o setor bancário. O plano econômico foi não somente econômico, mas também teve a sua face política, pois a série de empréstimos internacionais solicitados aos bancos internacionais e ao próprio FMI, além de aumentar bastante o endividamento da Argentina, colocou o país em condições bastante delicadas para negociar os pagamentos dessas dívidas com a banca internacional, pois lançou as condições para uma possível irreversibilidade do modelo neoliberal.

A ditadura militar, por causa do seu plano econômico, praticamente enfraqueceu o apoio político da classe empresarial ao regime, tanto os do setor rural como de outros setores. A insatisfação dos empresários chegou a um nível tão alto, que eles resolveram se reunir para realizar uma série de debates para propor novas medidas econômicas que se afastassem do plano econômico (VIOLA..., 1980a, p. 5). O general Viola, já confirmado como sucessor de Videla, nem assumiu o governo ainda e já era alvo de pressões de setores da sociedade para que implementasse mudanças radicais no rumo da política econômica, mas o próprio Viola não estava disposto a romper com o modelo neoliberal, e prometeu somente algumas mudanças na política cambiária (VIOLA..., 1980a, p. 5).

O governo de Videla deixava o país mergulhado em crise econômica, na qual alguns analistas apontavam que era a mais grave crise da história argentina, até aquele momento (ROSSI, 1981c, p. 6). O general Roberto Viola já havia sido oficializado pela Junta Militar para

assumir a Presidência (VIOLA..., 1980b, p. 8). A eleição de Viola, de acordo com diversas fontes, não foi totalmente tranquila e houve muitas divergências, principalmente vindas da Marinha. Portanto, Viola tinha um enorme desafio, que era tentar salvar a economia do país, mesmo mantendo o fracassado programa neoliberal, e com divergências internas que abalariam seriamente o seu governo.

2.5 **O modelo neoliberal e os serviços públicos**

O programa econômico da ditadura militar, conforme apontado anteriormente, afetou as empresas nacionais, principalmente a indústria, como afetou, também, os salários dos trabalhadores. Mas o modelo neoliberal da Junta Militar afetou também o cotidiano da população no seu cotidiano e na sua qualidade de vida.

Os neoliberais se opõem à ideia de que o Estado possa exercer o papel de ser um provedor do bem-estar da população (HARVEY, 2005, p. 86 – 87). A oferta de serviços públicos abala diretamente o cotidiano principalmente da população mais pobre, pois certos serviços, como a saúde pública e a educação pública, são essenciais respectivamente para a saúde de uma pessoa e para a instrução de uma criança e de um jovem. Ao enfraquecer a oferta de serviços públicos ou obrigar a população a pagar por estes serviços, o governo impõe certas dificuldades na qualidade de vida da população, retira possibilidades de ascensão social, além de impor gastos financeiros que podem levar famílias à enfrentar certas dificuldades.

Portanto, os argentinos tiveram que suportar a angústia de não poder comprar tudo aquilo que era necessário para a sua alimentação devido à liberalização de preços, e, também, tiveram que encarar a deterioração da qualidade de vida, devido ao enfraquecimento dos serviços públicos. O neoliberalismo penetrou até mesmo na rotina do cidadão comum. Portanto, a ditadura militar estava adotando medidas que abalavam muitas famílias, pois algumas tinham que enfrentar a dura realidade do desaparecimento de algum familiar, e, mesmo aquelas famílias que não tinham familiares desaparecidos, tinham que suportar as consequências do programa econômico no seu cotidiano.

2.5.1 Educação Pública

O projeto neoliberal também adotou medidas que abalaram a educação pública. Com a implementação de todo um projeto de inspiração neoliberal, os serviços públicos organizados pelo governo nacional passaram a ser organizados sob o chamado "princípio de subsidiariedade", conforme apontado brevemente acima.

Com a ditadura militar, a educação pública também foi organizada sob esta nova filosofia neoliberal, na qual o governo nacional se livrou de alguns de seus compromissos em relação à educação pública. Antes do golpe militar de 1976, a educação primária pública era organizada pelo governo nacional, na qual, consequentemente, o governo nacional se responsabilizava em aplicar uma série de investimentos para a manutenção da educação primária.

Com a ideia de "subsidiariedade", o governo nacional determinou que a organização da educação pública seria realizada através dos governos provinciais (PINEAU, 2014). Isso significava que os governos provinciais, sejam eles com mais recursos ou menos recursos, ficariam com a responsabilidade de organizar e oferecer a educação pública primária para os argentinos. Pablo Pineau (2014) aponta que havia alguns impostos que eram direcionados ao financiamento da educação pública, e até mesmo estes impostos foram extintos, dentro de um cenário de redução do investimento na educação pública.

Essa medida significava que o regime militar, seguindo os seus princípios neoliberais e utilizando da ideia do "princípio de subsidiariedade", estava renunciando ao seu dever, que era do governo nacional, de prover e organizar a instrução pública da população. Conforme explicado acima, o princípio de subsidiariedade era, na prática, uma ferramenta ideológica, na qual o governo, ao utilizar os ideais neoliberais, renunciava ao compromisso de prover o bem-estar da população.

Porém, essa medida trouxe consequências para algumas províncias. Conforme apontado brevemente acima, as províncias que tinham mais recursos podiam assumir essa responsabilidade na organização da educação pública (PINEAU, 2014). No entanto, as províncias com menos recursos tiveram dificuldades em organizar e oferecer uma educação pública primária, pois o governo nacional não repassava os recursos necessários para as províncias mais pobres poderem organizar a educação pública, e isso teve consequências na qualidade do ensino nas províncias mais pobres, na qual piorou, além de também ter tido consequências nos salários dos docentes (PINEAU, 2014).

Além da educação pública primária, a ditadura militar também impôs medidas que afetaram o Ensino Superior. Conforme aponta Guadalupe Seía (2020), no final do governo do general Jorge Rafael Videla, foi determinada a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, na qual, oficialmente, começou a ser cobrada em 1981, já no governo do general Roberto Viola.

Essas medidas do regime militar na educação pública foram instituídas por meio de leis. A lei que determinava a transferência da obrigação de prover a educação primária para as províncias foram as leis 21.809 e 21.810. Já a lei que tratou sobre a cobrança de mensalidades para as universidades foi a lei 22.207. A lei 21.809 era a lei que determinava a transferência da obrigação de organizar e oferecer o serviço de educação primaria para as províncias (ARGENTINA, 1978d), enquanto que a lei 21.810 tinha um caráter mais local, pois essa lei, especificamente, também transferia a prerrogativa de prover a educação primária para alguns territórios, como a Terra do Fogo, e para a cidade de Buenos Aires (ARGENTINA, 1978e). Conforme, aponta Pineau (2014), nessa lei não havia uma menção específica sobre uma possível ajuda do governo nacional às províncias, o que havia, no máximo, eram menções bastante vagas sobre uma possível ajuda do governo nacional, na qual as províncias teriam que prestar contas também (ARGENTINA, 1978d). Já a lei 22.207 detalhava todas as medidas do governo nacional para as universidades, na qual, uma delas, incluía a cobrança das discutíveis tarifas para os cursos universitários (ARGENTINA, 1980a,).

Abaixo, um dos artigos da Lei 21.810:

> ARTÍCULO 1. – Facúltase al Poder Ejecutivo Nacional a transferir a las Provincias en las condiciones prescriptas en la presente ley todas las escuelas de enseñanza pré-primaria y primaria, supervisiones y juntas de clasificación dependientes del Consejo Nacional de Educación existentes en jurisdicción de aquéllas, com excepción de las que se determine mediante decreto del Poder Ejecutivo.[7] (ARGENTINA, 1978d)

O artigo acima foi o artigo principal da Lei 21.809, no qual logo determinava a transferência da organização de todo o ensino básico do governo nacional para os governos provinciais.

Em relação às universidades públicas, Seía (2018, p. 165 – 200) explica também que as universidades públicas durante a ditadura militar eram vistas como um local hostil e que, por isso, sofreram todo um conjunto de intimidações por parte da Junta Militar, no qual havia uma

[7] O trecho correspondente na tradução é: ARTIGO 1.º – Compete ao Poder Executivo Nacional transferir para as Províncias, nas condições previstas nesta lei, todas as escolas pré-primárias e primárias, supervisões e juntas de classificação dependentes do Conselho Nacional de Educação existentes na sua jurisdição, com exceção daquelas determinadas por decreto do Poder Executivo.

estrita vigilância sobre a universidade, cujo objetivo era a de reprimir opiniões contrárias ao regime. As universidades públicas também foram alvo da repressão da ditadura militar, pois houve casos de estudantes desaparecidos. Além disso, o governo também impôs restrições ao ingresso nas universidades, na qual a oferta de vagas foi diminuída (SEÍA, 2018, p. 165 – 200).

Todas essas medidas estavam dentro do quadro apontado por Seía, na qual o governo militar introduziu uma profunda revisão da Reforma Universitária, ocorrida no começo do século XX, no qual o objetivo do governo era a de criar um modelo de universidade diferente ao proposto pela Reforma Universitária. O modelo de universidade proposto pela ditadura militar era a de uma universidade excludente e submissa, na qual havia uma forte intervenção do governo e supressão de qualquer atividade política (SEÍA, 2018, p. 193 – 200). Além disso, a ditadura militar também dificultou o acesso ao Ensino Superior à população, pois a redução do número de vagas e a introdução de tarifas nas universidades dificultavam o acesso à educação para a população mais pobre. O governo também determinou a forma como se daria o acesso às universidades, na qual seria por meio de exames que selecionariam os estudantes (SEÍA, 2018, p. 193 – 200). Muitos estudantes mais pobres estavam em uma situação de desvantagem em relação aos que tinham maiores condições financeiras que, consequentemente, tinham maiores possibilidades de se prepararem para os exames, pois o enfraquecimento da qualidade da educação, conforme mencionava Pineau (2014), obrigava os estudantes a procurarem por conteúdos e conhecimentos que não tiveram na escola pagando por aulas particulares ou procurando por cursos que auxiliavam na preparação dos exames de ingresso nas universidades.

Além de todas essas medidas que pretendiam enfraquecer as universidades, o Ministério da Economia diminuiu bastante as verbas para as universidades públicas, no qual dificultou o funcionamento das universidades e se refletiu na oferta de vagas (SEÍA, 2020). O argumento utilizado para defender uma cobrança de tarifas nas universidades públicas era o de que serviria para compensar o corte massivo de verbas do Ministério da Economia, porém a cobrança de mensalidades afetava diretamente o estudante, que tinha que gastar uma quantia de dinheiro por um serviço que, há pouco tempo atrás, era um direito dele receber de forma gratuita (SEÍA, 2020).

A cobrança de tarifas nas universidades para que os estudantes pudessem seguir estudando gerou indignação por parte dos estudantes. Havia uma perspectiva de que a evasão estudantil pudesse aumentar por causa da cobrança das tarifas, pois toda uma rotina de estudos demandam recursos para se manter, porém, com a cobrança dessas tarifas, a situação poderia se agravar principalmente para os alunos com menores condições financeiras (SEÍA, 2020).

Já no ano de 1980, a repressão da ditadura militar começou a se arrefecer, e o governo do general Viola, diante da sua política de aproximação e diálogo, abrandou ainda mais a repressão, embora ainda estivesse presente. Com o abrandamento da máquina repressora, Seía (2020) aponta também que o movimento estudantil deu início à uma agenda política de combate à cobrança de tarifas imposta pela ditadura militar. Durante o governo de Viola, os estudantes, mesmo diante dos limites impostos pelo regime, começaram a reorganizar o movimento estudantil, no qual as manifestações eram limitadas somente no ambiente interno (SEÍA, 2018, p. 165 – 200). Porém, somente no final da ditadura militar, no momento em que os militares estavam em total descrédito devido à derrota na Guerra das Malvinas, houve uma reação mais intensa do movimento estudantil contra a cobrança das tarifas nas universidades (SEÍA, 2018, p. 165 – 200). A revogação da Lei 22.207, que era a lei que determinava a cobrança de tarifa nos cursos universitários, somente ocorreu depois da ditadura militar, já no ano de 1984, no governo democrático de Raúl Alfonsín (SEÍA, 2020).

Portanto, dentro do pensamento do projeto neoliberal imposto pela Junta Militar, o chamado princípio de subsidiariedade foi a base ideológica para a organização da educação pública. Primeiro, tanto na educação básica como na oferta do ensino superior, o governo nacional reduziu drasticamente os investimentos na área da educação. O princípio de subsidiariedade foi uma ferramenta do governo nacional para renunciar a um compromisso assumido pelo governo nacional com a população, que era a de prover a instrução e a educação dos jovens argentinos.

O plano neoliberal afetou a qualidade da educação pública, pois com uma lógica de "diminuição do Estado", assumida pelos neoliberais, e continuada pelos seus sucessores, o regime introduziu uma política de enfraquecimento da educação pública, na qual, para os mais jovens, seria uma educação básica de baixa qualidade que comprometia a formação intelectual e cultural dos jovens argentinos. Além disso, na educação superior, o governo da ditadura militar não somente adotou uma política de enfraquecimento das universidades, mas, também, dificultou o acesso à educação superior à população através da sua política de redução da oferta no número de vagas nas universidades e com a imposição das tarifas nos cursos universitários nas instituições públicas. O neoliberalismo não somente ajudou a destruir economicamente a Argentina com a sua política de liberalizações que deram as condições para o enfraquecimento da indústria nacional, mas restringiu e dificultou o acesso à educação para a parcela mais pobre da população.

Pineau (2014) comenta acerca do caráter discriminatório do sistema educacional instaurado pela ditadura militar, no qual este sistema, ao enfraquecer a educação primária,

retirava as possibilidades dos mais pobres de ingressarem em uma carreira universitária. Além disso, a queda na qualidade do ensino também restringia aos mais pobres uma possiblidade de ascensão social através da educação. A política econômica do regime permitiu a retirada de oportunidades para muitos jovens, no qual a educação deixava de ser um direito adquirido para, na prática, se tornar um privilégio (SEÍA, 2020).

2.5.2 Saúde Pública

A saúde pública foi outro setor que sofreu as consequências das medidas implementadas pelo plano neoliberal. As medidas adotadas pelo regime em relação a este setor também tiveram como inspiração o chamado princípio de subsidiariedade, que foi uma das ferramentas ideológicas, conforme apontado, da política neoliberal para a administração do serviço público.

Antes do Golpe Militar de 1976, o sistema de saúde público era administrado pelo governo nacional. Mario Rovere (2004) aponta para o fato de a Argentina ser um país fortemente unitário politicamente e financeiramente, no qual as decisões políticas tomadas na capital Buenos Aires refletiam nas províncias, além de que as províncias dependiam do fato de o governo nacional prover os serviços públicos.

Durante o primeiro governo peronista havia uma política de investimentos em saúde pública, na qual o governo nacional organizava e oferecia os serviços de saúde pública em todo o país. Mesmo com a autodenominada Revolução Libertadora, o sistema de saúde ficou durante muito tempo sob a administração do governo nacional (ROVERE, 2004).

A lei de Obras Sociais permitiu que as centrais sindicais oferecessem serviços de saúde, e isso significou um certo poder para os sindicatos no começo da década de 1970 (ROVERE, 2004). O último governo peronista, em relação à saúde pública, esboçou um projeto para criar um sistema de saúde unificado sob a administração do governo nacional. Este projeto ficou conhecido como *Sistema Nacional Integrado de Salud* (SNIS), no qual havia muitas imperfeições, porém, apesar das falhas, foi uma tentativa de encontrar um meio para aperfeiçoar o sistema de saúde pública (ROVERE, 2004).

O SNIS foi implementado durante o governo peronista de Isabel Perón, que foi marcado pela forte tensão política. Apesar da debilidade política em que se envolveu o governo, houve uma tentativa por parte da sociedade de organizar uma saúde pública baseado na justiça social, na qual somente o Estado nacional seria a instituição com força suficiente para levar um serviço de saúde pública aos cidadãos de todas as províncias. Este sistema durou pouco tempo, pois

devido à implementação da ditadura militar e à adoção das medidas liberalizantes, o sistema chegou ao fim. A implementação do SNIS se deu através da Lei 20.748, na qual determinava a tarefa do Estado em planificar e centralizar os serviços de saúde (ARGENTINA, 1974)

Porém, logo após o Golpe Militar de 1976, toda a organização do Estado e de toda a estrutura de assistência social foram impactados pela nova filosofia econômica e política do regime militar, na qual uma economia baseada nos princípios neoliberais também influenciaria a organização da saúde pública. Um determinado setor do serviço público, como o da saúde, requer uma grande soma de investimentos do governo para poder funcionar com maior eficiência, mas, logo após a implementação das politicas neoliberais, por meio do princípio de subsidiariedade, o Ministério da Economia adotou uma política de contenção de gastos no setor público, e a saúde pública também foi vítima dessa política neoliberal de corte de gastos.

Por meio da lei 21.902, o regime militar determinou a extinção do Sistema Nacional Integrado de Salud (SNIS). Com essa medida, a Junta Militar desmantelava uma das tentativas que a sociedade formulou para melhor prover a saúde pública para os seus cidadãos (ARGENTINA, 1978f). Conforme aponta Mario Rovere (2004), o governo nacional também transferiu a obrigação de organizar e prover os serviços de saúde pública para os governos provinciais, na qual essa medida estava inserida dentro do princípio de subsidiariedade. A lei 21.902 oficializou o fim do SNIS, e um trecho dela pode ser visto abaixo:

> ARTICULO 1° - Deróganse las Leyes N° 20.748 y N° 20.749, de creación del Sistema Nacional Integrado de Salud y de la Carrera Sanitaria Nacional, respectivamente.
> ARTÍCULO 2° - Tranfierénse al Ministerio de Bienstar Social – Secretaria de Estado de Salud Pública –, los bienes, créditos derechos y obligaciones no transferidos con anterioridad en virtud de los convenios por los que se desvincularon del régimen de la Ley N° 20.748, las provincias del Chaco, Formosa, San Luís y La Rioja, que fueron aprovados respectivamente por las Leyes N° 21.548, N° 21.549, N° 21.706 y N° 21.707.[8] (ARGENTINA, 1978f)

O regime militar também criou diversas leis para coagir os sindicatos, que também ofereciam serviços de saúde. Os sindicatos eram vistos como uma organização inimiga dos militares e fonte de contestação que precisava ser combatida. No entanto, o governo queria manter os sindicatos sob o seu controle, no qual havia a linha sindical conciliadora. Porém, o governo também adotou medidas em que restringia o papel dos sindicatos, pois o governo procurava diminuir a influência e a força política dos sindicatos (ROVERE, 2004). E uma das

[8] O trecho correspondente na tradução é: "ARTIGO 1º - Revoga as Leis nº 20.748 e nº 20.749, que criam o Sistema Nacional Integrado de Saúde e a Carreira Nacional de Saúde, respectivamente. ARTIGO 2° - Transfere-se ao Ministério de Bem-estar Social – Secretaria de Estado de Saúde Pública –, os bens, créditos, direitos e obrigações não transferidos anteriormente em virtude dos convênios pelos quais se desvincularam do regime da Lei N° 20.748, as províncias do Chaco, Formosa, San Luís e La Rioja, que foram aprovados respectivamente pelas Leis N° 21.548, N° 21.549, N° 21.706 e N° 21.707."

atribuições dos sindicatos era a de fornecer serviços de saúde para os seus filiados. Portanto, o regime também criou os meios legais em que limitariam as funções dos sindicatos de fornecerem serviços de saúde para os seus filiados, como foi a lei 22.269 (ARGENTINA, 1980b).

As atas oficiais da Junta Militar também registraram a intenção de limitar a função dos sindicatos em oferecer assistência social, na qual os serviços médicos foram proibidos, e, em troca, o governo permitiu somente a promoção de outros serviços (ARGENTINA, 2014d, p. 86 – 114). Portanto, essa medida foi uma tentativa, ao mesmo tempo, de enfraquecer qualquer programa público de assistência social junto com a tentativa de enfraquecer os sindicatos.

Como na educação pública, o governo nacional, então representado pela Junta Militar, também renegou um compromisso histórico assumido pelo governo nacional em prover a saúde pública da população. O princípio de subsidiariedade foi uma forma de o regime se livrar de um compromisso histórico com a população. Uma saúde pública de má qualidade pode levar à consequências terríveis para a população, na qual pode abalar duramente a qualidade de vida e tornar a vida muito dura em um país. Além disso, uma saúde pública de má qualidade pode levar a sofrimentos que poderiam ser evitados, tanto físicos como psicológicos, na qual bastava ao Estado cumprir com o seu compromisso assumido com a população. Em um país fortemente unitário como a Argentina, sempre houve resistências à ideia de transferir a responsabilidade por organizar e oferecer os serviços públicos, devido à fragilidade econômica de algumas províncias (ROVERE, 2004).

Ao desmontar um programa de saúde pública, a ditadura reafirmava o seu caráter neoliberal, na qual um dos seus objetivos era reduzir o chamado “papel do Estado”, e isso é a característica principal do neoliberalismo (HARVEY, 2005, p. 31 – 32). O investimento em saúde pública significa também o investimento no seu cidadão, na qual esses investimentos se refletem na qualidade de vida e no desenvolvimento humano de um país, e uma política pública que negligencia a organização da saúde pode levar à consequências terríveis para um povo.

2.5.3 Previdência Social

O regime militar também formulou planos para a Previdência Social. Antes das medidas implementadas pela ditadura militar, o sistema previdenciário atendia a população através de um projeto criado pelo Estado durante o governo peronista, conforme aponta Sara Lídia Smoisman (2005). Conforme aponta também Smoisman, antes da implementação de um

programa previdenciário na década de 1940, a previdência social era algo que somente algumas categorias profissionais se beneficiavam, como os funcionários públicos (SMOISMAN, 2005). Ou seja, a ideia de um sistema previdenciário público e para todos os trabalhadores ainda não havia sido idealizado. A partir do primeiro governo peronista é que se lançaram as primeiras bases de um sistema previdenciário público (SMOISMAN, 2005).

Após a queda do governo peronista em 1955, os governos seguintes tentaram encontrar algumas soluções para a questão da previdência social. Apesar de algumas divergências ideológicas, os governos que sucederam o peronismo introduziram algumas medidas em que tentavam fortalecer e eliminar algumas imperfeições que afetavam o sistema previdenciário argentino. Durante o último governo de Perón, foi implementada uma uniformização das contribuições para a previdência social, na qual determinou que os empresários deveriam contribuir com uma porcentagem determinada pelo governo (SMOISMAN, 2005). Porém, o governo peronista não conseguiu evitar algumas imperfeições no sistema previdenciário, no qual havia o problema da concessão precoce da aposentadoria para trabalhadores muito jovens (SMOISMAN, 2005).

A Previdência Social, que foi uma conquista de toda a população, também sofreu ataques durante a ditadura militar, o que contribuiu para o enfraquecimento dessa conquista da população. Maria Florencia Osuna (2011) expõe todo um plano organizado e baseado ideologicamente por alguns pensadores neoliberais para a Previdência Social e como que o regime militar, através do seu ministro da Economia, mas com forte respaldo político do então presidente, o general Jorge Rafael Videla, implementou medidas que afetaram a Previdência Social.

Um programa de Previdência Social pública é, na prática, um pacto entre gerações baseado em um princípio de solidariedade, conforme até mesmo aponta Smoisman (2005). O objetivo é que as gerações mais jovens consintam que o Estado forneça um amparo financeiro aos trabalhadores idosos, através dos seus impostos, para que os idosos possam ter a possibilidade de encerrar a sua carreira profissional com um amparo financeiro (SMOISMAN, 2005). As gerações mais jovens também serão beneficiadas por este pacto no futuro quando chegar o momento de poder reivindicar este direito. Este pacto entre gerações é mediado pelo Estado, no qual o trabalhador, para ter direito a este amparo, deve cumprir com alguns deveres, que é o de trabalhar durante um determinado período.

Porém, todo este pacto social sofreu ataques durante o regime militar através de pensadores neoliberais, no qual resultaram em algumas medidas que enfraqueceram o programa de Previdência Social argentino. Osuna (2011) aponta para todo um contexto da trajetória de

implementação da política econômica, em que o ano de 1978 foi um ano importante pelo fato de Martinez de Hoz ter conseguido se estabilizar no seu cargo devido à sua estabilização política alcançada nos dois primeiros anos de sua passagem pelo Ministério. Portanto, de acordo com Osuna (2011), em 1978 se teve início à medidas mais profundas na área de assistência social.

Osuna (2011) também aponta que durante a política econômica havia duas correntes de pensamento entre os liberais, na qual havia a chamada "direita liberal tradicional" e os "tecnocratas". Os "tradicionais" defendiam que, para se resolver os problemas relacionados à inflação, se deveria impor um corte de gastos públicos e também recorrer à recessão. Já os chamados "tecnocratas", defendiam uma maior abertura da economia e também eram contra os planos de industrialização por substituição de importações. O apoio político de Videla à sua equipe econômica era forte, ao mesmo tempo que avançava a corrente "tecnocrata" no Ministério da Economia (OSUNA, 2011).

Portanto, foram os chamados "tecnocratas" que elaboraram planos com toda uma base ideológica para implementar na previdência social, no qual um deles é Roque Fernández, citado por Osuna (2011). O grupo "tecnocrata", conforme apontado por Osuna (2011), defendia que o Estado argentino deveria renunciar aos seus compromissos de provedor de bem-estar da população, ou seja, deveria se esforçar menos em prover serviços como saúde, educação e previdência social, e se concentrar somente na aplicação das leis, defesa e relações exteriores. Osuna (2011) aponta que Fernández elaborou uma série de críticas à natureza do sistema da previdência social, em que ele alegava que este sistema era baseado em um princípio de "solidariedade" que "prejudicava" as gerações mais jovens, de acordo com os argumentos dele. As críticas de Fernández também apontavam para uma possível impossibilidade da solidariedade social, pelo fato desse sentimento ser "utópico" (OSUNA, 2011).

As críticas de Fernández se dirigiam também à forma como funcionava o sistema de previdência social argentino, no qual havia uma obrigação para que os empresários contribuíssem para o sistema previdenciário. Além disso, Fernández também criticava o fato de o Estado ser o responsável por organizar o sistema previdenciário, pois ele acreditava que o monopólio do Estado tirava oportunidades das empresas privadas de aproveitarem deste mercado (OSUNA, 2011), e esse pensamento estava inserido dentro de uma lógica de um plano para o favorecimento do setor financeiro, pois o setor financeiro também poderia obter bons lucros com a previdência privada.

As críticas de Fernández estavam inseridas dentro de uma filosofia neoliberal que priorizava somente o indivíduo, e não o coletivo, a sociedade. Portanto, um sistema de proteção social e financeiro do Estado baseado em um princípio de solidariedade iria ser um alvo fácil

de ataques de liberais como Roque Fernández (OSUNA, 2011). Os “tecnocratas”, já adeptos das novas ideias liberais oriundas da Universidade de Chicago, não admitiam certos laços de solidariedade social, nos quais alguns indivíduos ajudariam uma outra parcela fragilizada da sociedade, nesse caso os trabalhadores idosos (OSUNA, 2011). Portanto, neste caso, também, a razão destes ataques era o fato de um indivíduo ser obrigado pelo Estado a ajudar manter um programa social baseado em um pacto de solidariedade, no qual ele não gozaria daquele direito naquele momento. Mas algo que os liberais não destacavam era o fato de que a juventude não é eterna, e que aquele indivíduo, que se sentia frustrado pelo fato de ser obrigado a financiar um programa social que ele não se beneficiaria naquele momento, poderia, no futuro, reivindicar os benefícios daquele programa (OSUNA, 2011).

O Ministério da Economia apresentou dois projetos de reforma da previdência social, na qual um consistia na eliminação da contribuição dos trabalhadores ao sistema previdenciário e o outro consistia na eliminação da contribuição dos empresários ao sistema previdenciário (OSUNA, 2011). O projeto para a eliminação da contribuição por parte dos trabalhadores não recebeu apoio político e não foi aprovado pelo governo, mas o projeto para a eliminação da contribuição por parte dos empresários para a previdência social foi aprovado (OSUNA, 2011).

O projeto consistia em eliminar a contribuição que os empresários realizavam com uma porcentagem determinada ao sistema de previdência social. No lugar da contribuição dos empresários, o financiamento do sistema previdenciário viria a partir de alguns impostos cobrados pelo governo (OSUNA, 2011). De acordo com Osuna (2011), este foi um projeto que gerou resistências em diversos setores da sociedade, no qual se incluía, até mesmo, alguns militares. A resistência ao projeto do Ministério da Economia gerou um impasse político, e a solução somente viria pela via política, e, neste caso, a única autoridade que poderia dar um forte respaldo político à essa iniciativa era o presidente da República, o general Videla, na qual aprovou a implementação dessa reforma no sistema previdenciário (OSUNA, 2011).

Porém, conforme aponta Osuna, havia a possibilidade de, através desse mecanismo de arrecadação, haver uma falta de recursos para o sistema previdenciário. Ficou determinado que, no texto da lei, fosse incluído um mecanismo de reposição, no qual o Banco Central iria repor o que faltava através da emissão de moedas (OSUNA, 2011).

Essa reforma no sistema de previdência social foi implementada através da lei 22.293, de 1980, na qual um trecho dessa lei aponta:

> ARTÍCULO 1° - Suprímense las contribuciones a cargo de los empleadores, estabelecidas por el artículo 8° de la Ley N° 18.037 (t. o. 1976), correspondiente a las remuneraciones que se devenguen a partir del 1° de octubre de 1980.

> ARTICULO 2º – La fuente de financiación que se suprime por el artículo anterior quedasustituida por otra, equivalente al ciento treinta y nueve con 09/100 por ciento (139,09 %) de lorecaudado por la Dirección Nacional de Recaudación Previsional en cada mes, incluida lavariación de libramientos impagos correspondientes a aportes personales jubilatorios a cargode la Tesorería, y con exclusión de lo ingresado en concepto de aportes de los trabajadoresautónomos, de los aportes previstos por el artículo 8º, inciso d) de la Ley número 19.032, y delas transferencias establecidas por el Acta aprobada por Decreto 338/74, ratificado por Ley Nº21.451.[9] (ARGENTINA, 1980c)

A lei 22.293 era a ferramenta legal do regime para introduzir as suas novas medidas no sistema previdenciário. Nessa lei também se registrava, além da eliminação da contribuição dos empresários para o sistema previdenciário, as novas fontes para o financiamento, além da nova obrigação do Banco Central em repor o sistema previdenciário, caso seja necessário (ARGENTINA, 1980c).

Porém, Novaro e Palermo (2007, p. 361 – 362) apontam para o fato de que essa medida de eliminação da contribuição dos empresários ao sistema previdenciário tinha por objetivo em tentar amenizar a situação difícil em que muitos empresários enfrentavam, em que o endividamento era uma das principais causas. A eliminação da contribuição patronal ao sistema previdenciário também tinha um propósito político com o objetivo de tentar manter o apoio dos empresários, no qual, ao mesmo tempo, o governo desmontava uma das ferramentas de manutenção de bem-estar da população. Novaro e Palermo (2007, p. 361 – 362) também apontam para os danos que essa medida causou, pois o sistema previdenciário argentino jamais se recuperaria.

Ao decidir pela aprovação dessa nova medida, Videla assumia também a responsabilidade política pela medida implementada, como, também, dava o endosso político ao projeto, pois a sua decisão em dar respaldo a um projeto liberalizante em favor do seu ministro da Economia deu fim a um impasse político. Videla também demonstrava que o plano econômico neoliberal dependia da vontade política dos militares para ser implementado.

---

[9] O trecho correspondente na tradução é: "ARTIGO 1º - Suprimir as contribuições dos empregadores, estabelecidas pelo artigo 8º da Lei nº 18.037 (t. o. 1976), correspondentes às remunerações apuradas a partir de 1º de outubro de 1980. ARTIGO 2° - A fonte de financiamento que se suprime pelo artigo anterior é substituída por outra, equivalente a cento e trinta e nove com 09/100 por cento (139,09%) do valor arrecadado pela Dirección Nacional de Recaudación Previsional em cada mês, incluindo a variação dos bônus não pagos correspondentes às contribuições pessoais de aposentadoria a cargo do Tesouro, e excluindo o valor pago a título de contribuições dos trabalhadores autônomos, as contribuições previstas no artigo 8º, alínea d) da Lei nº 19.032, e das transferências estabelecidas pela Ata aprovada pelo Decreto 338/74, ratificado pela Lei nº 21.451."

2.6 **A exploração dos recursos naturais durante a ditadura militar**

As novas medidas na exploração de recursos naturais visavam principalmente a exploração de petróleo na Argentina. Antes da ditadura militar, a exploração de petróleo era feita pela empresa estatal YPF, na qual a mesma detinha o monopólio da exploração de petróleo.

Eduardo Basualdo e Mariano Barrera (2015) expõem sobre o projeto do governo militar para a exploração de petróleo, na qual, de acordo com eles, houve uma transferência de renda de um setor do Estado para os entes privados. Basualdo e Barrera (2015) apontam que o programa de privatizações da ditadura militar não foi executado de forma plena, porém eles executaram um programa de privatizações de uma parte das operações das empresas estatais, e este projeto ficou conhecido como "privatização periférica". A YPF, empresa estatal petrolífera argentina, também foi incluída neste programa de privatizações periféricas, no qual o governo não privatizou a empresa, mas vendeu parte de suas operações, e, neste caso, seria a exploração das jazidas de petróleo em território argentino (BASUALDO; BARRERA, 2015).

Os autores também comentam sobre a implementação da lei 21.778, que legitimava o programa da ditadura militar de abertura da exploração de petróleo, que antes era uma responsabilidade do Estado através da YPF, para o capital privado. Esta lei permitiu contratos com muitas vantagens para empresas argentinas e estrangeiras, pois oferecia poucos riscos, além de permitir o uso de toda uma estrutura e de quadros de funcionários que a YPF foi obrigada a dispensar devido ao corte de investimentos. Essas empresas somente arremataram o direito de explorar essas áreas que estavam em pleno processo de operação, na qual iria substituir a YPF na exploração do petróleo (BASUALDO; BARRERA, 2015). O governo, por meio desta lei, praticamente quebrou o monopólio da empresa estatal YPF na exploração de petróleo nas bacias petrolíferas argentinas. Essa lei também permitia que as empresas estatais contratassem outras empresas para auxiliar na exploração de recursos naturais. Essas empresas contratadas tinham os seus direitos, mas também tinham os seus deveres, e entre os deveres dessas empresas estava a obrigação de custear todos os gastos referentes à exploração de determinados recursos (ARGENTINA, 1978c).

O governo não retirou as empresas estatais do mercado, mas permitiu que elas tivessem concorrentes no mercado. Essa medida do governo pode ser vista também como uma medida inspirada pelo chamado princípio de subsidiariedade, na qual o governo renunciava à sua obrigação de proteger recursos energéticos importantes através das estatais, e permitia que empresas privadas tivessem uma boa oportunidade de obter bons lucros. Basualdo e Barrera (2015) apontam que, devido aos baixos riscos e às boas condições encontradas pelos

investidores privados, os investidores puderam operar as suas atividades com ótimas perspectivas de lucro, pois, devido ao aumento do preço do petróleo, as perspectivas de lucro das empresas aumentavam bastante.

Além das medidas tomadas em relação à exploração dos recursos naturais, o Ministério da Economia também adotou um plano de contingenciamento de recursos para as empresas estatais. Conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 299), o Ministério da Economia reduziu em grande número as verbas destinadas para o funcionamento da estatal petrolífera YPF. Essa redução foi tão intensa que a empresa ficou sem recursos para conseguir manter o funcionamento das suas atividades, na qual obrigou a YPF a recorrer a numerosos empréstimos em dólar no estrangeiro que resultaram no seu endividamento (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 299). Basualdo e Barrera (2015) comentam também sobre a redução de investimentos para a YPF. A diminuição de recursos deixou a YPF em uma situação em que dificultou as suas operações, na qual os autores também acrescentam o fato de o maior crescimento do endividamento da YPF ter se dado durante a ditadura militar. A difícil situação em que se encontrou a YPF obrigou a empresa a reduzir o seu quadro de funcionários (BASUALDO; BARRERA, 2015).

Portanto, o regime visava não somente a entregar um setor estratégico de qualquer país, que é a exploração de recursos naturais, para empresas privadas por meios legais, como, também, deixou muitas empresas estatais em uma situação bastante delicada com a redução de verbas em que, praticamente, obrigou elas a se retirarem do mercado. Embora o governo militar e o seu ministro neoliberal não estavam dispostos a aprofundar um plano de privatizações, eles enfraqueceram muitas empresas estatais. Neste caso, quem iria substituir o papel do Estado na exploração dos recursos naturais seriam as empresas privadas.

2.7 **A privatização limitada: as “privatizações periféricas”**

A Junta Militar, ao implementar o plano econômico neoliberal, adotou toda uma mentalidade liberal na administração pública, na qual o Estado reduziu os seus investimentos em diversos serviços públicos. Além disso, o governo da Junta Militar também elaborou planos para as empresas públicas do país, nos quais, também neste caso, houve certas limitações às políticas adotadas.

A política econômica do regime pretendia impor um programa de privatizações, conforme apontado acima, no qual o governo resolveu somente se livrar de algumas empresas

estatais que estavam falidas e outras que não davam certos lucros para o Estado. Em relação ao programa de privatizações, não foi aplicado um programa de privatizações pleno, mas foi elaborado um projeto em que as empresas vendiam parte das suas operações e propriedades, e esse projeto ficou conhecido como “privatizações periféricas” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 296 – 299).

As privatizações periféricas consistiam em um plano, em que o governo não se desfazia das empresas estatais, mas, por outro lado, o governo enfraquecia estas empresas, através deste projeto. Este projeto consistia em um plano do governo militar para que as empresas estatais vendessem parte das suas operações ou vendessem parte das suas propriedades e ferramentas (NOVARO; PALERMO, p. 296 – 299).

Houve casos conhecidos durante a ditadura militar em que este projeto de privatizações periféricas foi implementado. Houve o caso da YPF, que, conforme apontado acima, passou por um programa de privatização periférica, na qual incluía a venda de uma parte das operações desta empresa.

Os militares argentinos, conforme mencionado, não quiseram aplicar uma política de privatizações plena, além do fato de manterem o controle sobre algumas estatais, como foi o caso da empresa estatal que produzia armamentos, a *Fabricaciones Militares*, que durante o regime ficou sob a direção de militares (CARLOS, 1978b). Apesar da insistência em manter o controle da *Fabricaciones Militares*, a Junta Militar não era, de maneira nenhuma, estatista, pelo contrário, conforme publicado em seus documentos oficiais, o objetivo do governo era o de enfraquecer o papel do Estado na economia. (ARGENTINA, 2014c, p. 60 – 63).

A implementeção do projeto neoliberal do regime e dos seus sócios civis levou a toda uma série de consequências para a população. Este projeto não era somente um conjunto de ideias, mas era fortemente baseado ideologicamente, além de ser um plano de retomada do poder das classes conservadoras. No entanto, a retomada passava também por um castigo sobre a população, pois o projeto econômico do regime deliberadamente tinha planos para não somente se consolidar, mas a sua consolidação dependia da imposição de toda uma série de represálias sobre a população.

3 **O PROJETO NEOLIBERAL E OS SEUS OBJETIVOS POLÍTICOS**

O regime militar decidiu implementar um modelo econômico que começava a entrar em vigor em alguns países. O neoliberalismo foi um modelo econômico adotado primeiramente no Chile, depois no Uruguai, Argentina, Inglaterra, entre outros países. Portanto, essa vertente radical do liberalismo econômico não era um fenômeno isolado somente a uns poucos países, e logo se tornou uma tendência em vários países do mundo capitalista.

Além das medidas econômicas do regime militar, o neoliberalismo, conforme aponta David Harvey, precisa de uma cobertura repressora para que possa conter qualquer foco contestador às medidas impopulares adotadas por um governo neoliberal (HARVEY, 2005, p. 87 – 88), e tanto a Argentina como o Chile eram duas ditaduras que usaram sem nenhum temor toda a estrutura repressiva para silenciar a população.

O plano econômico neoliberal da ditadura militar também foi marcado por medidas que afetaram o cotidiano da população em vários campos. Além disso, os neoliberais defendem uma maior desregulamentação do mercado, na qual seria reduzido todo um conjunto de regras destinado aos empresários fornecedores de um determinado serviço, em que deixaria a população vulnerável aos abusos de empresários inescrupulosos (HARVEY, 2005, p. 85 – 87).

3.1 **O nascimento do neoliberalismo e a sua adesão na década de 1970**

O neoliberalismo surgiu dentro de um contexto de Guerra Fria, no qual uma parte dos países do mundo passaram a ter questionamentos sobre a política de promoção de bem-estar social (HOBSBAWM, 2015, p. 253 – 281). As principais economias do mundo capitalista, logo após à Segunda Guerra Mundial, estavam céticas em relação às antigas medidas liberais que levaram à Crise de 1929, e decidiram que o Estado deveria ter um papel mais ativo na economia. O mundo capitalista também estava numa disputa política muito acirrada contra a União Soviética (URSS), na qual eles precisavam mostrar aos seus povos as benesses do sistema capitalista e sufocar, através dessas benesses, qualquer contestação ao sistema capitalista (HOBSBAWM, 2015, p. 253 – 281).

Mas esses novos liberais discordavam da forma que os Estados nacionais estavam tentando sustentar o sistema capitalista, pois, de acordo com eles, o Estado não tinha a obrigação de promover o bem-estar social, e, alguns destes liberais mais radicais, afirmavam que políticas de promoção de bem-estar social eram semelhantes ao comunismo e seriam prejudiciais ao

capitalismo (DOS SANTOS, 1999). Esses novos liberais defendiam também que as suas novas ideias deveriam ser utilizadas para combater o comunismo e fortalecer o sistema capitalista. Os adeptos desse liberalismo reformado, conhecidos de forma mais crítica como *neoliberais*, defendiam também um enfraquecimento do Estado no cuidado da população. Mas as suas ideias foram além, pois eles defendiam que uma das poucas relações em que o Estado deveria manter com os seus cidadãos é através do uso de todo o seu sistema de segurança para manter a obediência da população (HARVEY, 2005, p. 87 – 88). Os neoliberais também defendiam um menor intervencionismo possível na economia, na qual se criaria toda uma condição para que as pequenas e grandes empresas impusessem as suas condições para a oferta de seus serviços e produtos, além de criar um ambiente no qual a ganância e a especulação com a vida privada das pessoas seriam discutidas (DOS SANTOS, 1999).

Os países do sistema capitalista, principalmente os países da Europa Ocidental elaboraram uma política de promoção da qualidade de vida dos seus cidadãos, no qual ficou conhecido como *welfare state* (Estado de bem-estar). O sistema de *welfare state* seria um esforço dos Estados nacionais em promover o bem-estar da população, no qual o Estado realizaría uma série de investimentos em diversos serviços públicos, como saúde e educação (HOBSBAWM, 2015, p. 253 – 281).

Todo o sistema capitalista começou a dar sinais de crise a partir da década de 1970. O próprio sistema capitalista entrou em uma crise cuja origem era geopolítica também, na qual os maiores produtores de petróleo do mundo, que, no caso, são os países árabes membros da OPEP, resolveram impor um grande aumento no preço do petróleo vendido às potências do Ocidente, devido ao apoio dos países ocidentais a Israel (LEMOS; PACHECO, 2017). A chamada *Crise do Petróleo* levou à uma situação na qual os governos do mundo inteiro tiveram dificuldades em sustentar o sistema de bem-estar social. E a partir da eclosão da crise petrolífera, na década de 1970, os neoliberais intensificaram os seus ataques ao sistema de Estado de bem-estar social, e alguns políticos do mundo capitalista ocidental passaram também a questionar esse sistema de promoção do bem-estar da população pelo Estado (HOBSBAWM, 2015, p. 393 – 420).

Portanto, o que antes eram um grupo de intelectuais liberais radicais que eram marginalizados, após a Crise do Petróleo tiveram a oportunidade para realizar a sua ofensiva no debate político (ANDERSON, 1995). O neoliberalismo passou a receber uma maior consideração do capital financeiro internacional depois de uma crise econômica que teve origem em um conflito geopolítico, que foi a Guerra do Yom Kippur. O que era para ser somente mais uma guerra regional teve consequências duras para as economias do Ocidente.

Politicmanete, a Guerra do Yom Kippur não era somente mais um conflito regional, embora envolvesse diretamente os atores políticos do Oriente Médio, mas era uma guerra em que havia um jogo de alianças que envolvia as potências ocidentais. Os EUA apoiavam firmemente Israel, mas os países árabes não aceitaram a forma como o Estado judeu foi instalado na Palestina, e o conflito foi um resultado não somente de uma insatisfação, mas de um compromisso dos povos árabes em tentar por fim à algo que eles consideravam inaceitável, que era a instauração do Estado israelense pela forma que foi imposto (LEMOS; PACHECO, 2017). No entanto, além de Israel, os EUA trataram de firmar alianças com grandes produtores de petróleo entre os países muçulmanos, nos quais os maiores eram o reino da Arábia Saudita e o Irã monárquico do xá Reza Phalevi, que, junto com outros Estados árabes, formaram também a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (LEMOS; PACHECO, 2017).

No entanto, as sólidas alianças dos EUA com os grandes produtores de petróleo da região não foram o suficiente para evitar uma crise econômica de grandes proporções. O conflito estourou e surpreendeu Israel, pois foi um conflito iniciado em um feriado judaico, e o firme apoio dos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur resultou em ressentimentos perante os grandes produtores árabes (LEMOS; PACHECO, 2017). Conforme apontam João Lemos e Cristina Pacheco (2017), os grandes produtores do Oriente Médio perceberam no petróleo, devido à sua importância energética e econômica, uma arma de poder que poderia ser empregada quando fosse conveniente, e, em retaliação ao apoio dado a Israel durante o conflito, a OPEP impôs um embargo de petróleo contra os países ocidentais (LEMOS; PACHECO, 2017).

A partir dessa medida, teve-se início à Crise do Petróleo, que foi uma crise séria nos países ocidentais, que iria também abalar os países da América Latina, que foi resultado de um embargo de petróleo imposto pela OPEP às potências ocidentais devido às suas escolhas geopolíticas (LEMOS; PACHECO, 2017). Esse embargo levou à uma diminuição no consumo dos produtos derivados do petróleo, como a gasolina, no qual foi muito comum cenas de longas filas nos postos de gasolina dos EUA (LEMOS; PACHECO, 2017). Essa crise, que resultou de um confronto geopolítico delicado no Oriente Médio, iria levar à uma crise do modelo de bem-estar social não somente na Europa, mas, também, às políticas de investimentos do Estado na América Latina. Dentro deste cenário de caos geopolítico e econômico, os neoliberais prepararam a sua ofensiva poítica, e as suas ideias passaram a ser consideradas pelo capital internacional como um meio de garantir o seu poder e de radicalizar o seu domínio político (LEMOS; PACHECO, 2017).

Porém, é importante destacar também que a ofensiva neoliberal na década de 1970 foi permitida não somente por uma repentina mudança de mentalidade das potencias ocidentais, pois o neoliberalismo representou também uma oportunidade para as potências ocidentais manterem o seu domínio político sobre o Sul Global, mas o neoliberalismo se tornaria também mais uma ferramenta de dominação do imperialismo do Ocidente (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Através da imposição de acordos injustos, da concentração de renda, do enfraquecimento do Estado e do fortalecimento do Estado para repressão, as potências ocidentais lançaram as condições para que as suas instituições financeiras adquirissem cada vez mais lucros nos países periféricos, além de permitir toda uma série de relações por meio de acordos discutíveis, nos quais as elites locais são cooptadas para defenderem os interesses das grandes potências ocidentais (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Tudo o que foi apontado acima começou a ser implementado na década de 1970 na América Latina, dentro de um contexto de Guerra Fria. Os EUA, a principal potência do Ocidente, precisava assegurar a sua dominação política na região também. O neoliberalismo começou a ser considerado, também, como uma ferramenta de poder não somente para as eleites nacionais dos países latino-americanos, mas passou a ser visto como uma necessidade para as elites ocidentais (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

O neoliberalismo, com todas as suas consequências, se tornou uma ferramenta das potências ocidentais que limitaria o desenvolvimento dos países periféricos, nos quais esses países somente continuariam sendo fornecedores de mão-de-obra barata (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Ou seja, conforme apontam Gérard Duménil e Dominique Lévy (2004), o neoliberalismo se tornou mais uma fase do imperialismo ocidental, em que as potencias imperialistas viram no neoliberalismo uma maneira de captar o máximo possível de recursos e lucros dos países periféricos. E essa lógica de acumulação é a que começou a ser implementada na década de 1970 com o intuito de beneficiar o setor financeiro por meio das altas taxas de juros (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

O próprio neoliberalismo, conforme apontam Perry Anderson (1995) e David Harvey (2005), é um sistema violento e impopular, no qual exige sacrifícios da maior parte da população, além dela ser obrigada a abdicar de uma qualidade de vida, que é um direito dela. Obviamente, quando a população perceber que a sua qualidade de vida piorou, sinais de descontentamento podem surgir no meio da população, e é por isso que os neoliberais defendem que toda a estrutura repressora do Estado seja utilizada para exigir a obediência da população (ANDERSON, 1995, p. 9 – 23). Por isso, também, que o neoliberalismo precisava também de um Estado extremamente forte para exigir a obediência da população, na qual ele não hesitaria

em utilizar os meios mais cruéis de intimidação e violência para sufocar qualquer descontentamento. Os neoliberais encontraram o primeiro governo nacional que estava disposto a aplicar na sua plenitude as suas ideias, e que também estava disposto a reprimir com toda a crueldade qualquer contestação aos efeitos dessas ideias: o Chile da ditadura militar de Augusto Pinochet.

A ditadura militar implementada pelo general Augusto Pinochet estava disposta a adotar em toda a plenitude as ideias dos economistas liberais chilenos formados pela Escola de Economia da Universidade de Chicago (WINN, 2009). A ditadura de Pinochet não somente adotou os ideais do neoliberalismo para o seu projeto econômico, como seguiu plenamente o objetivo político de disciplinamento da população por meio do neoliberalismo (ANGELL, 2002).

Nos primeiros anos da ditadura militar chilena, Pinochet e os militares golpistas tentaram implementar as velhas medidas econômicas conservadoras, porém, devido ao fracasso econômico, eles resolveram aplicar o plano neoliberal dos *Chicago boys*, que foi o apelido em que a equipe econômica de jovens economistas chilenos formados na Universidade de Chicago ficou conhecido (WINN, 2009). O objetivo principal dos militares golpistas era a de desfazer todas as medidas adotadas pelo governo popular de Salvador Allende, e o governo de Allende criou mecanismos que permitiam uma grande participação popular nas tomadas de decisões econômicas. Portanto, o regime logo tratou de afastar as camadas populares de qualquer influência nas tomadas de decisões na economia, e, para isso, os militares elaboraram um programa de devoluções dos meios de produção para os seus antigos proprietários, como as fazendas e as fabricas que eram administradas por associações de trabalhadores (WINN, 2009).

Essas medidas visavam não apenas a desfazer uma medida de um governo considerado inimigo, mas Pinochet e a direita viram na propriedade uma forma de garantir o controle das decisões econômicas, e isso era considerado uma forma de poder (WINN, 2009). O regime, tal como na Argentina, defendia uma “refundação” do Chile, no qual eles pretendiam inaugurar uma nova era no país, na qual não haveria uma volta nem ao modelo de Allende e nem às tentativas anteriores de promoção de justiça social (WINN, 2009). Para esse fim, Pinochet aceitou a implementação de um projeto neoliberal no Chile, no qual esse projeto foi ainda mais radical acerca das noções de propriedade, no qual o governo resolveu privatizar até mesmo empresas estatais, como os serviços de saúde e de educação (WINN, 2009).

A repressão exercia, por um lado, um papel intimidador, mas, por outro lado, o temor do desemprego, no qual poderia resultar em uma situação de desamparo e dificuldades, exercia um papel de intimidação psicológica, dentro de um cenário em que, na prática, Pinochet

conseguiu calar qualquer forma de contestação social ao projeto das elites de acumular mais riquezas ao adotar medidas extremamente impopulares (DOS SANTOS, 1999). Mas não bastava somente a devolução das empresas, para o regime, deveria haver um “disciplinamento” da população, e esse “disciplinamento” passava pelo controle sobre a população. Nas grandes fábricas, havia casos de administrações autoritárias, nas quais era muito comum soldados armados vigiarem os trabalhadores durante o expediente (WINN, 2009).

A vida cotidiana durante o regime ficou muito difícil para os trabalahadores. O regime autorizou uma política de arrocho salarial sobre os trabalhadores, na qual se autorizou medidas de liberalização de preços, um corte de 50% nos salários além de um congelamento nos salários (WINN, 2009). Essa política salarial foi semelhante à adotada na Argentina, no entanto ela se manifestou mais duramente no Chile. Além dessas medidas, o regime tratou de impor uma desarticulação dos sindicatos, seja por meio da repressão ou pela cooptação, e, com essa medida, o regime conseguia atingir uma outra meta de desmobilização popular, além de uma série de leis trabalhistas que dificultariam as negociações com os patrões (WINN, 2009).

Em relação ao modelo neoliberal chileno, Theotonio dos Santos (1999) aponta que o Chile foi uma “oportunidade excepcional” para a implementação do neoliberalismo em sua plenitude. Dos Santos (1999) também aponta para o fato de que a implementação do plano econômico ter contado com a supervisão pessoal do então professor da Universidade de Chicago, Milton Friedman. Diferentemente da Argentina, o modelo neoliberal chileno utilizou do desemprego como forma de pressão social sobre os trabalhadores (WINN, 2009). Nos primeiros anos do regime, os militares golpistas e a direita civil tinham a intenção de realizar uma vingança social contra os trabalhadores, e esse plano de vingança se manifestou por meio do aumento do desemprego, dos assassinatos generalizados dos camponeses das cooperativas rurais e dos trabalhadores urbanos que mais se destacavam nos movimentos sindicais (WINN, 2009).

Apesar da disposição de Pinochet e dos militares golpistas em aplicar um modelo neoliberal profundo, os militares impuseram alguns limites a esse modelo. O limite foi justamente em um ponto sobre a propriedade, pois ao mesmo tempo que o regime tinha uma certa hostilidade pelo estatismo, o regime manteve o controle da empresa estatal que explorava o cobre, a Codelco. Essa empresa era responsável pela exploração das minas de cobre chilenas, que eram imensas, e a exploração de cobre era responsável por dois terços das exportações do Chile (WINN, 2009). O regime chileno resolveu privatizar as estatais e via no plano econômico uma forma de criar um novo país, no entanto os militares eram os que tinham o controle político do país e eles viram no setor de extração de cobre algo muito importante para ser colocado em

mãos privadas e a estatal de extração de cobre e as minas de cobre chilenas foram os únicos setores que não foram privatizados no Chile (WINN, 2009).

Os militares quiseram controlar a principal fonte de riqueza do país, além de garantir que 10% dos lucros da Codelco fossem alocados para as Forças Armadas (WINN, 2009). Essa atitude dos militares chilenos significou o único limite ao programa neoliberal, no qual, nesse ponto, eles utilizaram o seu poder político para manterem o controle de um importante setor da economia nacional. As privatizações serviriam para garantir um disciplinamento da população e um meio de isolar politicamente as classes populares, no entanto, em relação à principal fonte de riqueza do país, os militares fizeram valer o seu poder político e se recusaram a devolver as minas de cobre aos seus antigos proprietários, em um gesto de imposição política até mesmo às elites proprietárias, na qual os militares quiseram cobrar o seu preço pelo golpe contra o governo popular de Allende.

Outra ideia apontada por Theotonio dos Santos (1999) é o fato de o modelo neoliberal chileno ter levado a economia do país à uma crise, na qual resultou no enfraquecimento da sua indústria, além do fato de o desemprego ter tido um aumento no Chile. A crise na indústria chilena vinha do fato de que o regime logo tratou de reduzir as tarifas de importação, criando um cenário para uma concorrência desleal (WINN, 2009). Mesmo que a economia chilena tenha se recuperado no começo da década de 1980, o Chile não voltou a apresentar os indicadores positivos de antes do golpe militar de 1973 (DOS SANTOS, 1999).

Não foram somente o Chile e a Argentina que iniciaram as suas experiências neoliberais na América Latina durante a década de 1970, o Uruguai foi também um outro país a introduzir medidas neoliberais. O Uruguai, como muitos de outros países latino-americanos também vivenciou uma ditadura militar de regime de segurança nacional, na qual o país também foi afetado pelas pressões políticas dos EUA durante a Guerra Fria (FINCH, 2018, p. 243 – 244).

Em relação aos outros países da América Latina da década de 1970 que sofreram com ditaduras militares com governos altamente personalistas de generais dos exércitos latino-americanos, o Uruguai foi um curioso caso de regime militar, cujo governo era representado publicamente por um civil (FINCH, 2018, p. 245). A ditadura militar no Uruguai começou no ano de 1973, mas, conforme aponta Henry Finch (2018, p. 243), os militares uruguaios não tinham uma forte tradição de atuação política e nem de intervencionismo político.

Os militares uruguaios preferiram manter um civil na Presidência da República, porém a administração do país ficou entre os militares, na qual eles aproveitaram da sua estrutura para cuidar dos assuntos de Estado, além de determinar ao presidente da República as decisões que

deveriam ser tomadas. Ao presidente civil cabia somente a elaboração da política econômica (FINCH, 2018, p. 244 – 245).

O golpe militar no Uruguai ocorreu durante a presidência de Juan María Bordaberry (FINCH, 2018, p. 244). Ou seja, Bordaberry teria os seus poderes limitados pelos militares, e a ele e a outros civis cabia somente a implementação da política econômica, conforme apontado acima. Bordaberry foi o responsável, portanto, por introduzir uma política econômica neoliberal no Uruguai.

A política econômica de Bordaberry consistiu, no início, em aplicar uma política semelhante a que seria implementada na Argentina posteriormente, na qual Bordaberry implementou uma política de liberalização de preços, que resultou na depreciação dos salários dos trabalhadores (FINCH, 2018, p. 245 – 246). Porém, conforme aponta Finch (2018, p. 245 – 248), o projeto econômico neoliberal de Bordaberry teve certas limitações, no qual o governo foi obrigado a implementar um certo intervencionismo. O governo implementou subsídios às exportações agrícolas, para que a economia não sofresse consequências negativas. O autoritarismo do governo, que resultou na desarticulação das organizações sindicais, deixou os trabalhadores assalariados em uma posição de fragilidade diante dos empresários, além de dar as condições para uma estagnação dos salários durante o regime.

Com a redução dos salários, conforme aponta Finch (2018, p. 245 – 248), o consumo interno se reduziu, e esse fenômeno prejudicou também a pequena indústria uruguaia. Além disso, a ditadura civil-militar uruguaia também introduziu a redução para níveis quase mínimos dos impostos de importação, que também prejudicaria a indústria uruguaia. Outra medida da ditadura civil-militar do Uruguai foi em permitir, durante um período, que a sua moeda nacional, o peso uruguaio, se mantivesse valorizada em relação ao dólar. Essa medida permitiu que muitos empresários realizassem empréstimos no exterior. O governo tinha uma política de valorização do peso, mas, logo depois, implementou medidas de desvalorização do peso uruguaio, nas quais prejudicariam os empresários que realizaram empréstimos no exterior (FINCH, 2018, p. 245 – 248).

A experiência neoliberal uruguaia, na qual pode se juntar com a experiência neoliberal chilena, portanto, reforça a ideia de que o neoliberalismo na América Latina já estava em processo de implementação. Além disso, cabe destacar que o neoliberalismo, portanto, já era uma tendência crescente no início da década de 1970 na região, e Henry Finch (2018) mencionou com maior atenção experiência neoliberal uruguaia.

Junto com a Argentina, Chile e o Uruguai, a Inglaterra também foi um outro país que começou a implementar o seu modelo econômico neoliberal. Com a Crise do Petróleo iniciada

na década de 1970, o governo inglês não estava conseguindo sustentar todo o seu programa de assistência social à população (HARVEY, 2005, p. 65 – 73). Os políticos que insistiam em reformar o sistema de bem-estar social sofreram desgaste, e os políticos mais ligados à direita iniciaram debates em que questionavam as políticas de bem-estar, e essa ofensiva política possibilitou a eles voltarem ao poder (HARVEY, 2005, p. 65 – 73).

Margareth Thatcher foi a líder dos conservadores que chegaram ao poder na Inglaterra. Thatcher, logo quando chegou ao poder, tratou de implementar uma série de medidas econômicas em que questionava o papel do Estado em promover o bem-estar da população. Ela também argumentava que o Estado era muito grande e que seria necessário ao governo renunciar a certos compromissos com a população para que o seu projeto econômico tivesse êxito (ANDERSON, 1995).

As medidas neoliberais do governo logo não demorariam a gerar contestações dentro da Inglaterra, pois eram medidas impopulares e que afetavam a qualidade de vida dos cidadãos, em que a primeira-ministra pretendia desmontar toda uma estrutura mantida pelo Estado que fornecia todo um conjunto de serviços que estavam inseridos no projeto de Estado de bem-estar social. O governo de Thatcher ficou marcado pela confrontação do governo contra os sindicalistas, que protestavam contra as medidas adotadas pelo governo, em que o governo esteve disposto a enfrentar os trabalhadores (HOBSBAWM, 2015, p. 253 – 281).

O historiador Eric Hobsbawm (2015, p. 253 – 281) aponta que Margareth Thatcher implementou um programa neoliberal mais puro, dentre aqueles que estavam sendo implementados. Em outras palavras, o governo de Thatcher pretendia ser um governo que impôs um duro confronto contra as classes populares (HARVEY, 2005, p. 65 – 73). Embora Thatcher tenha feito uma política de desmantelamento dos serviços públicos, ela não teve força política suficiente para aprofundar o seu projeto. Ao permitir o capital estrangeiro na Inglaterra e criar mecanismos que permitiam o aumento do desemprego, Thatcher deixou descontente as classes populares. Ela também se dispôs a assumir um enorme risco político ao enfrentar a greve dos mineiros, na qual durou um ano e chegou a um ponto em que os mineiros não conseguiriam continuar com a greve (HARVEY, 2005, p. 65 – 73). Portanto, a confrontação de Thatcher contra a classe trabalhadora era a de tentar desmantelar qualquer estrutura política dos trabalhadores, e eliminar possíveis entraves ao seu projeto de neoliberalismo (HARVEY, 2005, p. 65 – 73).

Ao observar os casos da Argentina, Chile, Uruguai e Inglaterra, pode se chegar à conclusão de que o neoliberalismo, para ser implementado, precisa da vontade política por parte da elite política. A elite política pode ter noção dos sacrifícios que podem ser impostos à

população, mas, conforme apontam friamente os neoliberais, não é responsabilidade do Estado em promover o bem-estar da população. Porém, as medidas neoliberais podem impor um custo político para essa elite política, em que, somente por meio de uma ditadura, que não tenha receio de usar os meios mais duros de repressão, é que essa elite política pode se manter no poder e calar as vozes contestadoras.

O neoliberalismo foi, portanto, uma resposta das elites governantes ao sistema de bem-estar social, que entrou em crise com a Crise do Petróleo na década de 1970. A década de 1970 presenciou a disposição política das elites políticas em adotar as propostas do neoliberalismo, como também uma disposição em pôr fim a todo um sistema de promoção do bem-estar social dos cidadãos. O neoliberalismo também representou uma oportunidade para essas elites políticas adquirirem uma maior confiança das elites econômicas ao permitir condições em que essas elites econômicas pudessem adquirir maiores lucros através da retirada de alguns direitos conquistados pelos cidadãos.

As experiências citadas acima foram implementadas na década de 1970, porém o neoliberalismo se consolidou totalmente a partir da década de 1980 com o que ficou conhecido como Consenso de Wahington (BRESSER-PEREIRA, 1991). O Consenso de Washington significou a adoção de todo um conjunto de medidas elaboradas pelas instituições financeiras, nas quais elas acreditavam que eram as medidas necessárias para resolver a crise da dívida dos países latino-americanos (BRESSER-PEREIRA, 1991). Essas medidas formaram todo o receituário neoliberal implementado posteriormente, além do fato de o governo dos EUA e os seus entes governamentais se empenharem em toda uma série de pressões políticas e diplomáticas sobre os governos latino-americanos para que eles implementassem esse conjunto de medidas elaboradas pelas instituições financeiras (BRESSER-PERERIA, 1991). O final da década de 1980, portanto, representou a consolidação do neoliberalismo como modelo econômico, além, também, da consolidação da fase neoliberal do imperialismo dos EUA, conforme expõem Duménil e Lévy (2004).

Para auxiliar os EUA nessa tarefa de pressão política foi fundamental também o empenho das instituições bancárias. Essa tarefa foi facilitada diante de um quadro de fragilidade econômica dos países latino-americanos, em que a dívida externa e o aumento da inflação eram os maiores problemas destes países (BRESSER-PEREIRA, 1991). O endividamento deixava estes países em uma posição política muito frágil para negociações, e a finança internacional participou deste esforço de poder em parceria com o governo norte-americano para consolidar o neoliberalismo na região. Impor o neoliberalismo significaria também impor uma relação de

dominação ainda mais radical que permitiria captar ainda mais os recursos dos países latino-americanos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Portanto, o Consenso de Washington foi uma estratégia política para intensificar o seu domínio na América Latina, na qual incluía também a cooptação das elites latino-americanas de cada país. Porém, o custo social seria muito alto, e é aí que o neoliberalismo aciona uma das suas mais terríveis caracteríscas que é a repressão de qualquer insatisfação social. Conforme aponta Luíz Carlos Bresser-Pereira (1991), o consenso interno pode vir por meio de uma forte repressão ou por meio do debate, no entanto, as fragilidades do neoliberalismo fazem com que as autoridades dos EUA sempre apontem para uma suposta falta de empenho dos governos em implementar o receituário neoliberal (BRESSER-PEREIRA, 1991).

No caso da Argentina, a implementação das políticas neoliberais foi um resultado da disposição política de uma elite militar em implementar um modelo econômico que já estava sendo implementado em um outro país, o Chile, e que já estava sendo cogitado em outras partes do mundo como uma reação contra as políticas de bem-estar social, além de oferecer altas perspectivas de lucro com a exploração dos trabalhadores. No caso argentino, o modelo neoliberal também teve motivações políticas, pois o objetivo final era o de desarticular as organizações políticas que representavam as classes populares (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 57 – 67).

3.2 **A natureza violenta do neoliberalismo**

Além de um conjunto de medidas que permitem lucros maiores para grandes empresas, o neoliberalismo é um projeto de poder, em que uma pequena parcela da população, representada por uma elite governante e econômica, pretende controlar e submeter a maioria da população com todo um mecanismo legal, político e financeiro proposto pelo neoliberalismo.

A teoria neoliberal não é somente uma ideia econômica, ela foi concebida para ser uma ideia política. Os seus criadores elaboraram as suas propostas com o intuito de combater o comunismo e, também, combater o movimento organizado de trabalhadores, por isso que eles defendem que haja uma taxa alta de desemprego (ANDERSON, 1995). Com o desemprego alto, os empresários têm maior facilidade de negociar com os trabalhadores, pois o empresário, em uma negociação e no cotidiano do trabalho, pode lembrar a todo instante da situação do país, em que o número de desempregados é alto e o fato de que muitos querem a vaga do seu

funcionário ou candidato à vaga. O trabalhador, diante dessa situação e diante das pressões pessoais, na maioria das vezes, não tem opções e cede nas negociações com o seu patrão, e, às vezes, é obrigado a aceitar reduções de salário e aceitar um emprego com um salário bem abaixo do que é justo para as suas funções.

Essa situação de alto desemprego e baixo salário tira o poder dos sindicatos, pois os sindicatos, diante de uma situação em que os trabalhadores estão em uma situação vulnerável, perdem o seu poder de negociação diante dos empresários (HARVEY, 2005, p. 86). Essa é a verdadeira intenção dos teóricos neoliberais, enfraquecer todo o movimento organizado de trabalhadores impondo uma pressão que inviabilize qualquer mobilização, seja por aumento de salários ou por melhorias no trabalho. Os neoliberais sabem que as suas medidas vão gerar descontentamento, porém, caso os trabalhadores resolvam contestar ativamente a política econômica do governo ou a situação social que eles enfrentam, os neoliberais defendem que, nesse ponto, o Estado deve ser forte para atuar na repressão dos trabalhadores, e é nesse aspecto que os neoliberais defendem a força do Estado na segurança pública (HARVEY, 2005, p. 87).

Os sequestros se tornaram a marca da ditadura militar argentina, nos quais os militares utilizaram esse método em massa. Além da tortura imposta à vítima, era imposta também uma tortura psicológica à família do sequestrado e aos conhecidos dele. Ou seja, toda a sociedade era torturada, pois foi instaurado um império do medo, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 138 – 144). Esse medo era suficiente para paralisar a população e implementar, sem grandes obstáculos, o projeto neoliberal.

Como que medidas tão impopulares, como corte de gastos em serviços públicos, reduções de salários, desemprego alto, elevação do custo de vida, entre outras, foram aceitas repentinamente pela população? Nas ditaduras militares da América Latina da década de 1970, a intimidação generalizada sobre a sociedade e o clima de medo calaram qualquer contestação social, e o neoliberalismo pôde ser imposto livremente graças à ajuda da repressão do Estado. Outro fato a ser destacado também era que as ditaduras latino-americanas, sob inspiração da Doutrina de Segurança Nacional, também trataram de alterar a legislação no tocante aos direitos dos trabalhadores, e as proibições de greves e a intimidação sobre os sindicatos foram fundamentais para enfraquecer qualquer resistência da população diante do programa neoliberal, além de contribuírem para a implementação do neoliberalismo durante a década de 1970 (COMBLIN, 1980, p. 179 – 201).

Outra crítica de David Harvey (2005, p. 23 – 29) contra o neoliberalismo é pelo fato de que o neoliberalismo dá as condições para o aumento da concentração de renda. Harvey explica que devido à crise do Estado de bem-estar social durante a década de 1970, as elites no Ocidente

estavam temerosas da perda do seu poder político e da sua participação na riqueza nacional. Para Harvey (2005, p. 72), o que se verificou foi um aumento da concentração de renda para uma pequena elite que foi beneficiada pelas reduções de impostos decretadas pelos governos neoliberais e também pelas desregulamentações no mercado impostas por esses governos.

Essa breve recordação sobre a natureza do neoliberalismo é necessária para se ter uma noção dos verdadeiros objetivos dessa filosofia econômica. O disciplinamento da população através do projeto neoliberal precisava da cobertura da repressão, pois somente haveria um movimento de trabalhadores desmantelado através da intimidação. Desse processo, iria resultar em um silenciamento da sociedade, na qual se teria um caminho livre para a imposição de medidas injustas, que iria resultar numa deterioração da qualidade de vida.

A repressão das ditaduras latino-americanas tinha uma base ideológica, na qual, em pleno contexto da Guerra Fria, se inspiraram na chamada Doutrina de Segurança Nacional para governar os seus países. Embora as Forças Armadas argentinas tivessem um outro tipo de formação, na qual era baseada no Nacionalismo Católico, o regime da Junta Militar era muito semelhante, na sua maneira de agir, com as ditaduras de exércitos inspirados pela Doutrina de Segurança Nacional (COMBLIN, 1980, p. 187 – 197). Enquanto que a repressão exercia uma tortura física, o neoliberalismo tratava de alterar o cotidiano da população e uma certa tortura psicológica, na qual um direcionamento de comportamento, que tinha a pretensão de refletir no caráter da população, era uma das metas desse projeto.

3.3 **O modelo neoliberal argentino e suas características**

Conforme apontado anteriormente, o neoliberalismo carrega consigo um conjunto de características, e uma delas é a diminuição dos investimentos públicos em diversos setores de serviços. O modelo econômico aplicado na Argentina após o Golpe Militar de 1976 pode ser apontado como neoliberal sem nenhum exagero, pois, além da própria situação política internacional, o modelo econômico do regime impôs medidas típicas da nova corrente econômica do liberalismo.

Em um discurso de despedida publicado na revista oficial do Ministério da Economia, o próprio ministro Martinez de Hoz expõe um balanço dos feitos da sua administração à frente do Ministério da Economia (ARGENTINA, 1981, p. 3 -15). Nesse longo discurso, ele faz uma descrição na qual é possível perceber todas as características do pensamento neoliberal na sua administração. No entanto, o ministro omite as consequências negativas das medidas adotadas

durante a sua passagem pelo governo, na qual os seus sucessores somente trabalhariam para tentar amenizar as consequências da crise iniciada no final da sua passagem pelo Ministério da Economia.

Em seu discurso, ele também apontou que um dos objetivos da sua administração era a de refletir sobre o chamado "redimensionamento do Estado", um eufemismo utilizado por ele, que, na prática, significava um plano para diminuir investimentos do Estado em serviços públicos e a adoção de medidas liberalizantes, ou seja, dentro do jargão neoliberal significava o conhecido "diminuir o tamanho do Estado" (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Este plano foi marcado por alguns eixos de ação, nos quais são interessantes destacar três: "a redução e a racionalização do gasto público", "o programa de privatizações e enfraquecimento de empresas estatais" e "o reordenamento do investimento público" (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). A linguagem política de Martinez de Hoz geralmente é marcada pelos seus inúmeros eufemismos, na qual ele sempre encontrava um termo para suavizar as suas medidas, entre as quais havia o termo "subsidiariedade", que geralmente se referia a uma redução dos gastos do Estado em uma determinada empresa pública. Havia também a expressão "privatização periférica", que se referia à privatização de bens ou de parte de uma empresa pública.

Em relação às empresas estatais, ele declarou que pôs em prática um plano de "reorganização" dos serviços públicos do Estado (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Mas esse processo de "reorganização" na verdade significava uma série de medidas adotadas pelo ministro com o intuito de enfraquecer o serviço público. Entre as medidas adotadas pelo Ministério da Economia em relação às empresas estatais estavam a demissão de funcionários públicos, a diminuição de investimentos em determinadas empresas estatais, além da privatização de outras empresas (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15).

Um bom exemplo a ser citado sobre as medidas implementadas em relação às empresas estatais foi o da empresa estatal de serviços ferroviários *Ferrocarriles del Estado*. Nessa empresa, o Ministério da Economia executou um plano de redução dessa empresa, no qual houve a demissão de um número significativo de funcionários, além do fechamento de muitas estações e da diminuição da operação desta empresa (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). O setor de transporte, para qualquer país, tem uma importância muito grande até mesmo para a segurança daquele país, pois implica no abastecimento de cidades, transporte de contingentes, entre outras atribuições. E enfraquecer e diminuir a operação de uma empresa que fornece o serviço ferroviário para todo o território não é algo recomendável para um país que preze pela sua segurança e bem – estar.

O regime não executou um plano radical de privatizações, porém, no lugar disso, foi implementado o que se denominou de “privatizações periféricas”, que era uma espécie de privatização incompleta (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 296 – 299). As chamadas “privatizações periféricas”, conforme o próprio ministro explica na entrevista, era um plano no qual as empresas estatais, que “não conseguisse compradores interessados”, operasse os seus serviços em parceria com empresas privadas (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Ou seja, a empresa pertenceria ao Estado, mas parte das operações dessa empresa seriam privatizadas, na qual toda estrutura dessa empresa, como máquinas e outras ferramentas, seriam utilizados por entes privados.

Outro princípio muito importante para a política econômica do regime foi algo que era comumente apresentado sob o nome de “princípio de subsidiariedade”. Conforme mencionado brevemente nos exemplos acima sobre os serviços públicos, o princípio de subsidiariedade era uma política dentro do plano econômico, no qual o Estado Nacional se livra de alguns compromissos em relação aos serviços públicos (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Essa ideia foi uma boa ferramenta política que o regime encontrou para se livrar de responsabilidades que o Estado Nacional tinha perante a população, na qual ele enviava essas responsabilidades para os governos provinciais e municipais (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15).

Outro ponto exposto no discurso foi o projeto para a “liberalização e abertura da economia”. Esta parte do modelo neoliberal foi a parte que mais fielmente seguia os ideais neoliberais. Na verdade, “liberalização” e “abertura” da economia significavam retirar o controle e fiscalização do Estado sobre diversos setores da economia, na qual deixava também a população vulnerável diante de abusos do mercado. No discurso, o ministro declarava que o projeto de liberalização consistiu em retirar inúmeras regras que ordenavam a relação dos empresários com os consumidores. Uma das mais conhecidas medidas liberalizantes foi a liberalização de preços adotada no começo do regime, conforme apontado anteriormente, que levou à uma deterioração dos salários (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Além disso, a liberalização consistia também na retirada, por parte do Estado Nacional, de um conjunto de regras e de regulações que evitavam que os cidadãos comuns sofressem com a ganancia excessiva dos empresários.

Outra vertente desse projeto de liberalização era a retirada das regras que limitavam determinadas importações, além das taxas alfandegárias de importações, conforme foi mencionado anteriormente (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Para os neoliberais, “abrir” a economia era permitir que produtos estrangeiros tivessem uma maior facilidade de acesso no mercado interno, em detrimento da indústria nacional. Essa política de “abertura” da economia

era também acompanhada de um eufemismo no discurso político em que se apresentava a "necessidade de estimular a eficiência", e, para isso, era necessário facilitar a entrada de produtos estrangeiros, na qual o regime alegava que melhoraria a indústria (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Mas o que aconteceu foi o contrário das expectativas, pois essa política de abertura dos mercados obrigou aos industriais argentinos a recorrerem a empréstimos para melhorarem a sua produção, e os empréstimos eram caros devido aos juros altos, e, por causa disso, muitos empresários industriais foram à falência.

Um ponto interessante a notar neste discurso é sobre a política salarial. Martinez de Hoz dedicou poucas palavras a explicar a política salarial do regime, porém este tema é de grande importância, pois foi um dos pontos mais polêmicos da política econômica do regime, e que, aos poucos, minou o capital político dos militares (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). No discurso, o ministro tenta dar uma impressão otimista, na qual a política salarial teria sido necessária. Embora ele admita levemente que a sua própria política salarial tenha tido alguns efeitos negativos, ele afirma que era necessária para melhorar a economia do país (ARGENTINA, 1981, p. 3 – 15). Na verdade, os trabalhadores argentinos enfrentaram sérias dificuldades devido à política salarial do regime, pois, com a liberalização de preços autorizada pelo ministro, os salários não aumentaram junto com os preços, pois o regime raramente permitiu aumentos nos salários (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 75 – 86). O salário do trabalhador argentino diante dos preços altos perdeu bastante valor de compra, e este fato gerou muitas dificuldades para as famílias argentinas, além de ter gerado muita insatisfação também. O aumento do custo de vida daria a base política para que os sindicatos se reorganizassem, ou seja, se a repressão pretendia destruir um meio de mobilização política das classes populares, o próprio modelo neoliberal do regime, com todas as suas fragilidades, no final, ofereceu a oportunidade política para que os sindicatos se reerguessem (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 312 – 313).

3.4 **As visões políticas dos liberais-conservadores argentinos sobre a indústria e o país**

A indústria argentina conseguiu conquistar o seu espaço na contribuição da economia nacional através de um programa de investimentos do Estado junto com o capital da elite agrária argentina. A indústria também conseguiu atrair investimentos estrangeiros, nos quais contribuíram para a abertura de importantes plantas industriais na Argentina (SCHVARZER, 1986, p. 187 – 220).

Os pesquisadores da CEPAL defendiam também a ideia de que o desenvolvimento dos países latino-americanos passava pela disposição política dos governos nacionais em realizar medidas intervencionistas, mas, principalmente, em impulsionar o desenvolvimento por meio de investimentos na indústria de substituição de importações (PREBISCH, 2000). A Argentina durante muitos anos seguiu esse caminho para impulsionar a sua indústria, no qual o Estado foi um importante impulsionador para o desenvolvimento econômico argentino.

Durante o primeiro governo do general Juan Domingo Perón, criou-se um estilo de governo e de fazer política, que era baseado na mobilização das classes trabalhadoras e dos sindicatos para que eles dessem suporte político ao governo, e dessa forma nascia o peronismo. Mas um dos métodos do movimento peronista foi o fortalecimento dos sindicatos. Uma ferramenta aproveitada pelos peronistas para submeter os sindicatos politicamente à liderança peronista foi a CGT (Confederação Geral do Trabalho). A CGT, na qual reunia diversos grupos sindicais em torno de uma central unificada, se tornou um excelente meio para que Perón pudesse reunir o movimento sindical e conseguir submete-los à sua autoridade política (DI TELLA, 2017, p. 288 – 301).

Os sindicatos de trabalhadores cresceram em diversos setores da economia nacional, mas na indústria eles encontraram também um grande espaço de mobilização e força. Para uma parcela dos conservadores argentinos, a indústria nacional era vista como um espaço que dava força política ao sindicalismo, e os sindicatos eram uma ferramenta de pressão política dos peronistas e das classes populares, nos quais serviam para contestar frontalmente os interesses políticos das elites nacionais.

Mas a ditadura inaugurada pelos militares em 1976 tinha aliados influentes dentro da sociedade civil, e, conforme aponta Martín Vicente (2011), esses aliados se agrupariam dentro da corrente política liberal-conservadora. Esses liberais-conservadores ficariam conhecidos por defenderem não somente a redução do papel do Estado nas suas funções de provedor de assistência social, mas, também, como implementador de medidas econômicas liberais, em que o Estado diminuiria o seu protagonismo perante a sociedade.

Além disso, conforme apontam de Liz e Torre (2018, p. 153 – 181), os liberais-conservadores argentinos tinham uma tendência a apelar para o autoritarismo para poder aplicar a sua agenda política. Por exemplo, antes do golpe de 1976, esses mesmos liberais-conservadores defendiam que somente um governo forte o suficiente deveria ser imposto para isolar por meio da violência as classes populares e aplicar a sua política econômica (DE RIZ; TORRE, 2018, p. 153 – 181). Isso demonstra a necessidade que o neoliberalismo tem do autoritarismo. Além disso, de forma explícita, conforme aponta Santiago Gerchunoff (2020, p.

207 – 239), os liberais-conservadores defendiam um projeto econômico disciplinador para a Argentina.

Mas os planos e declarações dos liberais-conservadores, como eles eram chamados, não eram meros recursos de retórica, eles tinham a intenção de aplica-los, e, para eles, a ditadura militar era um oportunidade perfeita. Os liberais-conservadores, além disso, tinham ligações com proeminentes pensadores neoliberais como Friedrich Hayek, pois destacados pensadores argentinos como Ricardo Zinn e Benega Lynch fizeram parte, a convite de Hayek, da Sociedade do Monte Pélerin (GERCHUNOFF, 2020, p. 207 – 239). As ideias desses liberais-conservadores coincidiam com as ideias desses proeminentes pensadores neoliberais. Portanto, não é nenhum exagero dizer que o plano econômico da ditadura militar de 1976, que teve contribuição dos liberais, era um plano econômico neoliberal e de caráter disciplinador, ou seja, eles queriam moldar a população através do seu plano econômico.

Além disso, o objetivo dos liberais-conservadores, conforme aponta Gerchunoff (2020) era o de adentrar no debate político para radicalizar os conservadores acerca do papel do Estado (GERCHUNOFF, 2020, p. 207 – 239). Ou seja, como intelectuais, os liberais-conservadores queriam realizar uma ofensiva intelectual e retórica para cooptar os conservadores. No cenário externo, os neoliberais eram isolados do debate político devido aos traumas da Crise de 1929 e ao keynesianismo implementado após a guerra, e as ideias do liberalismo econômico estavam em descrédito (HOBSBAWM, 2015, p. 253 – 281). No cenário interno, o peronismo serviu para isolar os liberais-conservadores do debate político, e até mesmo os conservadores não aderiram com tanta intensidade aos ideais desse grupo intelectual. Porém, durante a presidência de Isabel Perón, período o qual o país enfrentava uma crise econômica, as ideias dos liberais-conservadores começaram a ganhar força no debate político (GERCHUNOFF, 2020, p. 207 – 239).

Para a implementação de um projeto neoliberal, os liberais precisavam de um governo forte o suficiente para que pudesse dar apoio às suas ideias, e o governo militar inaugurado em 1976 foi uma oportunidade perfeita. Santiago Gerchunoff (2020, p. 207 – 239) é outro autor que aponta para o fato de que uma ditadura militar conservadora era desejada por esses liberais-conservadores para que eles tentassem cooptar os seus líderes e implementar o seu projeto econômico e de poder. Isso também é um prova de que o neoliberalismo não leva em consideração a opinião popular, pelo contrário, existe uma certa repulsa dos intelectuais liberais em relação à uma vontade da maioria da população, pois eles sabem que as ideias deles são impopulares.

Portanto, o objetivo político, à médio e longo prazo, desses intelectuais liberais-conservadores era o de isolar as massas populares do debate político, seja peronista ou não peronista. E como se isolava uma grande parcela da população? Primeiro, o que foi fundamental para afastar a população de qualquer debate político foi a repressão da ditadura militar, que intimidou fortemente a população, além de criminalizar qualquer pessoa que oferecesse qualquer oposição ao regime. Mas, também, o que os liberais-conservadores tinham em mente para isolar a população era a implementação do modelo econômico neoliberal. Os liberais-conservadores argentinos, nos quais muitos se agrupavam em torno de um grupo de discussões conhecido como *Grupo de Azcuenaga*, contribuíram para a implementação do modelo neoliberal da ditadura militar, pois o próprio ministro Martinez de Hoz, que era membro da elite argentina, integrou esses círculos de intelectuais liberais-conservadores (VICENTE, 2011), e esse modelo econômico serviu para impor duros sacrifícios à população. Eles sabiam que uma política econômica, que iria impor duras consequências à uma boa parcela da população, iria desviar o foco de grande parte dela de qualquer assunto político, além do fato de a repressão ter agido com pleno vigor.

Os liberais-conservadores precisavam de alguém nas classes conservadoras, como os militares, que estivesse com disposição política para implementar o seu modelo econômico. Eles viram nos militares mais conservadores a oportunidade para implementar o modelo econômico neoliberal, no qual eles conseguiram cooptar o general Jorge Rafael Videla, um dos líderes do golpe militar de 1976, pois o próprio Videla passou a ter uma confiança cega no projeto neoliberal (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 294 – 295). Além da disposição política desse grupo, o neoliberalismo já era um plano das potências ocidentais, no qual os liberais-conservadores conseguiram que os militares se associassem a este projeto de implementação do neoliberalismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Em relação à indústria nacional, os liberais-conservadores eram críticos da estrutura industrial da Argentina e do modelo de industrialização por substituição de importações (GERCHUNOFF, 2020, p. 207 – 239). Os pensadores liberais-conservadores eram totalmente opostos ao que a CEPAL defendia para alcançar o desenvolvimento, e eles fizeram da indústria nacional o seu alvo de críticas para apontar sobre um suposto ciclo de “decadência” que o país vivia, conforme comenta Gerchunoff (2020, p. 207 – 239). Os próprios liberais-conservadores eram contra à adoção de um processo de industrialização nacional, ao mesmo tempo que eles defendiam a ideia de que a Argentina deveria se voltar para um modelo agropecuário que seria a sua “tradição” e “vocação” (GERCHUNOFF, 2020).

O objetivo dos liberais-conservadores era o de fazer uma disputa pela hegemonia da narrativa, na qual os pensadores não seriam somente meros pensadores, mas agiriam como políticos no debate interno (GERCHUNOFF, 2020). A questão da indústria nacional também foi utilizada para pautar os debates políticos. Eles tentaram reunir uma série de argumentos para atacar a ideia de uma Argentina industrializada e o modelo industrial argentino. O fato era que o processo industrial argentino necessitou da ajuda e apoio do Estado para que fosse impulsionado, no qual uma parcela da riqueza arrecadada precisou ser direcionada para a criação de toda uma estrutura que pudesse comportar as futuras instalações industriais (GERCHUNOFF, 2020). No entanto, os liberais-conservadores criticavam a excessiva presença do Estado no setor industrial. Esses pensadores eram pessoas bastante zelosas ideologicamente, nos quais eram bastante apegados à ideia de diminuição do papel do Estado na economia, e a ideia de que o Estado pudesse exercer um papel impulsionador e ativo no processo de industrialização incomodava a eles, além deles argumentarem que a presença do Estado criaria empresários "incompetentes" e "dependentes" do Estado (GERCHUNOFF, 2020).

Mas o fator principal que fazia com que esses pensadores se voltassem contra a indústria, conforme mencionado, era o fator político e ideológico. Para eles a indústria nacional proporcionou também as bases e condições para a formação de um sindicato forte, ou seja, de toda uma ferramenta de pressão política que iria exercer forte pressão sobre as classes conservadoras. E isso dá um forte indício de como os liberais-conservadores, como um grupo que teve influência na formulação do projeto econômico da ditadura militar, tinham uma certa oposição à indústria nacional, na qual essa oposição se refletiu na implementação do projeto econômico (SCHORR, 2012, p. 31 – 56).

Somado com todo um compromisso ideológico dos liberais-conservadores, outro fator que levou eles a assumirem o compromisso de auxiliarem os militares na implementação de um programa neoliberal foi também as suas ligações com os principais ideólogos do neoliberalismo e as suas ligações com as elites econômicas do Ocidente (VICENTE, 2011). Devido a todo o contexto geopolítico que levou à Crise do Petróleo em 1973, as elites capitalistas ocidentais resolveram intensificar o seu projeto de maximização de lucros, e o neoliberalismo foi a ferramenta política escolhida para essa tarefa (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). Os liberais-conservadores realmente tinham as suas desconfianças em relação à indústria e tinham toda uma série de opiniões sobre a forma como o Estado deveria ser administrado, porém, nesse período da década de 1970, o uso do neoliberalismo como mais uma ferramenta do imperialismo estava ganhando adeptos entre as elites ocidentais. Para executarem este projeto

de implementação do neoliberalismo, as potências ocidentais precisavam da colaboração das elites dos países periféricos, e eles encontraram na Argentina membros da elite local e intelectuais não somente comprometidos ideologicamente, mas comprometidos politicamente com este projeto de implementação do neoliberalismo e de beneficiamento do setor financeiro.

Os exemplos apontados acima acerca do pensamento dos liberais-conservadores foram necessários para se ter uma compreensão acerca do projeto econômico adotado durante a ditadura militar inaugurada em 1976. O projeto econômico de envergadura neoliberal, que não era nenhuma novidade naqueles tempos, foi implementado por esses mesmos liberais ideologicamente zelosos. A formulação do projeto econômico da ditadura militar não foi iniciativa de uma única pessoa, pois os liberais-conservadores, dentre os quais se destaca o intelectual Ricardo Zinn, pessoa da qual Martinez de Hoz era próxima, ajudaram na formulação do política econômica adotada pelo regime, não apenas por zelo ideológico, mas para defender os interesses da elite argentina e para a implementação desse novo projeto do imperialismo ocidental. Conforme foi apontado no capítulo anterior, o projeto econômico da ditadura militar atacou diretamente a indústria nacional. Pelo pensamento desses liberais-conservadores, pelas propostas que esse projeto econômico apresentava e pela forma com que foi implementado é possível perceber que o objetivo dos neoliberais no Ministério da Economia durante a ditadura militar era o de enfraquecer a indústria nacional, na qual não demorou muito para que os críticos internos ao projeto econômico logo o denominasse de “projeto Argentina pastoril” (CARLOS, 1978a, p. 8).

3.5 **A diminuição do Estado e o cotidiano da população**

Os neoliberais defendem que para haver uma verdadeira liberdade das atividades do mercado é necessário que o Estado não interfira nas atividades dos atores econômicos (HARVEY, 2005). Ou seja, para os liberais adeptos dessa nova corrente do liberalismo, é necessário que o Estado não imponha regras na relação entre empresas e consumidores, além de não impor determinadas regras que poderiam limitar as atividades das empresas, que, na verdade, impediriam os abusos dessas empresas perante os seus clientes e à sociedade.

Durante a ditadura militar instalada em 1976, o programa econômico do regime tinha exatamente este objetivo, o afrouxamento da fiscalização do Estado. As medidas implementadas levaram à consequências devastadoras para a economia do país. Os sucessores de Martinez de Hoz somente lutaram para tentar amenizar as suas consequências negativas,

embora eles não quisessem romper com esse programa econômico (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 508).

Uma das primeiras medidas adotadas pela equipe econômica do regime, na qual foi uma das principais medidas do regime, foi a do afrouxamento da fiscalização do Estado nas atividades econômicas. Esse projeto de afrouxamento de fiscalização do Estado tinha uma inspiração ideológica, mas, conforme mencionado anteriormente, este projeto tinha um objetivo político por parte de uma elite liberal, na qual buscava estabilizar a sua posição dentro do regime (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 75 – 86).

A implementação desse projeto de afrouxamento do papel mediador do Estado entre empresas e clientes foi feita através de uma das primeiras medidas da administração da equipe econômica do regime, o congelamento dos salários e a liberalização de preços. Conforme mencionado antes, o regime apoiou um projeto em que impedia o aumento do salário dos trabalhadores, enquanto, ao mesmo tempo, permitia uma liberalização nos preços das mercadorias. Ou seja, com essa decisão, a equipe econômica do regime fez com que o Estado renunciasse à qualquer pretensão de exercer qualquer tipo atividade que pudesse mediar a relação das empresas com os cidadãos.

A renúncia do Estado como mediador da relação entre empresas e cidadãos dava as condições ideais para que surgisse abusos por parte das empresas perante os seus clientes, e foi isso que aconteceu durante a ditadura militar. A decisão do Ministério da Economia de permitir uma liberalização dos preços levou a um aumento generalizado dos preços das mercadorias, conforme apontado no segundo capítulo, enquanto que os salários dos trabalhadores estavam congelados. Essa decisão, consequentemente, levou a um aumento do custo de vida quase insuportável, na qual uma nação com uma forte classe média e bem alimentada se viu diante de um grande desafio em tentar manter o seu padrão de vida. Essa situação de liberalização de preços, na qual as empresas estavam autorizadas a cobrar o preço que considerasse justo para os seus padrões aos seus clientes, misturada com um salário mínimo baixo, deixava o cidadão comum argentino desprotegido diante dos abusos do mercado, em que o Estado, através do Ministério da Economia, não estaria disposto a defende-lo diante dos abusos do mercado. O regime conseguiu, por um lado, controlar a inflação nos primeiros anos do regime, mas a sua política salarial levaria à uma queda na qualidade de vida da população.

Conforme também demonstrado nos exemplos acima, foi elaborada toda uma mentalidade administrativa neoliberal em relação à oferta de serviços públicos, que era um compromisso do governo nacional com a população, o regime estava disposto a abandonar o papel do Estado de provedor de bem-estar da população, que também era um projeto dele. O

plano econômico do regime retirava direitos adquiridos pela população, no qual o direito à uma qualidade de vida decente foi negado à população. Todo o empenho do Estado em proteger a população e desenvolver o país através da oferta da qualidade vida foi abandonado pelo regime militar em lugar de uma mentalidade individualista de maximização de lucros.

As famílias argentinas também tinham que enfrentar o sério desafio de encarar a alta dos preços nos serviços essenciais oferecidos à população, como transporte e energia. O trabalhador assalariado argentino tinha, portanto, o desafio em alimentar decentemente a sua família e, ao mesmo tempo, conseguir cobrir com os custos de serviços essenciais para a manutenção de um lar, como energia elétrica. De acordo com um exemplo mencionado anteriormente, o salário de somente uma pessoa não era o suficiente para cobrir as despesas de uma família comum, e essa situação levou algumas pessoas a procurarem por dois empregos (APÓS..., 1976, p. 16).

A deterioração do setor industrial abalou a oferta de trabalho, na qual permitiu o deslocamento de muitos trabalhadores do setor industrial para outros setores. O desemprego, que era baixo durante os primeiros anos do regime, passou a se tornar uma preocupação nos anos seguintes, devido à crise em que muitas empresas sentiram (ROSSI, 1981a, p. 10).

Para defender a política alfandegária implementada, os militares e os seus apoiadores utilizavam como argumento, a necessidade de “estimular a eficiência da indústria”, na qual se retirou qualquer tipo de controle do Estado à taxação de produtos estrangeiros. A renúncia do controle do Estado às importações praticamente significou o abandono do Estado argentino em promover e apoiar a industrialização. Essa política de liberalização do comércio fazia jus a todo um pensamento liberal, na qual eles defendiam um afastamento do Estado das atividades econômicas, mas essa política alfandegária liberal foi irresponsável. Os liberais não tinham somente um certo zelo ideológico ao implementar a sua política de diminuição de tarifas alfandegárias, eles tinham também um objetivo político, no qual muitos intelectuais liberais argentinos viam com desconfiança a indústria. (VICENTE, 2013).

3.6 **O modelo neoliberal da Junta Militar como ferramenta de disciplinamento**

O modelo neoliberal adotado pelo regime não foi somente mais um modelo econômico com ideias sobre como deveria ser a organização das finanças do país. O modelo neoliberal foi além das suas funções técnicas, pois foi um modelo social e político. Dentre os objetivos sociais

do plano econômico da ditadura militar estava o de impor uma certa disciplina social à maioria da população através das medidas adotadas.

Primeiramente, é necessário compreender que o neoliberalismo não é somente uma corrente econômica, mas, conforme aponta Braulio Rojas (2013), é uma corrente de pensamento altamente ideologizada. Ou seja, o neoliberalismo não somente têm objetivos econômicos a alcançar, mas é uma corrente de pensamento que tem objetivos políticos e sociais, na qual, na maior parte das vezes, se transforma em uma luta dos ricos contra os pobres.

Rojas (2013) aponta também para o fato de que o neoliberalismo, quando adotado em uma sociedade, exerce uma espécie de "totalitarismo econômico", em que lança as condições para a criação de uma competição generalizada, na qual não existiria "amigos", pois todos seriam concorrentes um do outro. Rojas (2013) aponta também para uma espécie "darwinismo social" dentro das sociedades neoliberais, pois o neoliberalismo necessita não somente da força do Estado para a repressão, mas lança também as condições para um clima de competição na qual obriga uma pessoa a superar a outra de qualquer maneira, dentro de uma lógica de "superação do mais apto" do darwinismo social. Rojas aponta para essa característica perversa do neoliberalismo através deste trecho:

> Esto refleja la potencia política del neoliberalismo, y su complicidad con las políticas de represión y desaparición. Desaparición de formas sociales que no logran engarzar con los nuevos modos de producción de realidad. Desaparición de sujetos políticos arrasados por las tácticas represivas en las sociedades en donde se han implantado reformas económicas por la vía de la fuerza. Desaparición de personas. Desde esta perspectiva, el neoliberalismo transforma radicalmente la vida social apelando a una matriz teórica asentada en un "darwinismo social"...[10] (ROJAS, 2013)

Portanto, a relação de força do governo com a sociedade através do modelo neoliberal foi através das implementações das medidas econômicas adotadas pelo governo, nas quais tiveram sérios impactos sociais. Conforme mencionado, uma das primeiras medidas do Ministério da Economia foi em relação à política salarial e a recusa em aumentar os salários dos trabalhadores, além de permitir também uma liberalização de preços que afetou seriamente o poder de compra dos trabalhadores (HOZ..., 1978, p. 10). Essa medida deixou a população bastante descontente, pois pode ser considerada uma medida agressiva contra a população, no qual a indiferença do regime diante das dificuldades da população era uma manifestação da

[10] O trecho correspondente na tradução é: Isso reflete o poder político do neoliberalismo e sua cumplicidade com as políticas de repressão e desaparecimento. Desaparecimento de formas sociais que não conseguem se conectar com os novos modos de produção da realidade. Desaparecimento de sujeitos políticos devastados por táticas repressivas em sociedades onde as reformas econômicas foram implementadas pela força. Desaparecimento de pessoas. Nessa perspectiva, o neoliberalismo transforma radicalmente a vida social ao apelar para uma matriz teórica baseada em um "darwinismo social"...

hostilidade dos militares e dos seus aliados liberais diante das classes populares. A política de arrocho salarial, somada às liberalizações de preços e à repressão política tinham o objetivo de deixar o trabalhador vulnerável politicamente, pois sob essas condições era muito difícil ele se organizar politicamente para tentar defender os seus interesses.

Diversos autores apontam para a ideia de que o projeto econômico da ditadura militar foi utilizado como uma ferramenta de disciplinamento social. Seja para criticar ou para defender, esses autores indicavam que os militares, em aliança com os seus aliados civis, utilizaram o programa econômico para submeter a população.

Adolfo Canitrot (1981), que era um economista argentino, é um desses autores que apontam para o fato de o plano econômico ter sido utilizado como uma ferramenta de disciplinamento social. Mas deve-se observar as ideias de Canitrot com muita atenção, pois a obra de Canitrot defendia o modelo neoliberal e a ideia de disciplinamento social. Para Canitrot (1981), o clima de ingovernabilidade que o país viveu nos anos anteriores ao golpe militar de 1976 justificava o fato de os militares terem dado o golpe de Estado. Curioso notar também que Canitrot também utiliza a mesma linguagem médica que os militares frequentemente utilizavam nos seus discursos políticos, pois termos como “diagnosticar” são frequentes em algumas de suas obras (CANITROT, 1981).

O trecho abaixo da obra de Canitrot é um exemplo de como o autor aponta para o objetivo social e político do modelo neoliberal do regime:

> El objetivo de las Fuerzas Armadas fue el disciplinamiento social. Disciplinamiento aplicable al conjunto de las relaciones sociales pero con un significado especifico en lo que se refiere a la clase trabajadora: su reubicación, política e institucional, en la posición subordinada que le es inherente en lo económico. En términos institucionales este objetivo disciplinario requiere el debilitamiento de las organizaciones corporativas y políticas representativas de esa clase. No sólo mediante la regulación jurídica de sus capacidades y actividades, sino también por la vía de una reforma económica que suprima las condiciones funcionales que tienden a alentar su desarrollo.[11] (CANITROT, 1981)

Canitrot (1981) tentou justificar o golpe militar e utilizou o termo “disciplinamento” de forma sincera, sem nenhum tom de crítica, mas para defender o programa econômico do regime. Canitrot (1981) afirmava que o plano econômico do regime era necessário para poder, em

[11] O trecho correspondente na tradução é: O objetivo das Forças Armadas era a disciplina social. Disciplina aplicável a todas as relações sociais, mas com um significado específico em relação à classe trabalhadora: sua recolocação, política e institucional, na posição subalterna que lhe é inerente na esfera econômica. Em termos institucionais, esse objetivo disciplinar exige o enfraquecimento das organizações empresariais e políticas representativas dessa classe. Não só através da regulamentação legal das suas capacidades e atividades, mas também através de uma reforma económica que suprima as condições funcionais que tendam a favorecer o seu desenvolvimento.

termos eufemísticos, “disciplinar” os trabalhadores argentinos dentro de uma ordem social, pois, de acordo com ele, a organização dos trabalhadores argentinos causava uma forte pressão política sobre os empresários e o governo. Além disso, Canitrot (1981) também aponta que a política econômica deveria servir para “debilitar” qualquer forma de organização laboral. Mas o que Canitrot não mencionava era o fato de que as organizações sindicais, após o golpe, já estavam isoladas politicamente e debilitadas devido à repressão, e o plano econômico não teria força nenhuma se não fosse devido a atuação das forças repressoras. Portanto, o plano econômico serviu de complemento à repressão ao retirar direitos e deixar os trabalhadores em uma situação vulnerável politicamente.

Abaixo é um outro trecho de Canitrot, no qual ele expõe os objetivos políticos do plano econômico e o que se esperava do plano econômico:

> El plan económico se elaboró atendiendo a ese proyecto político. Su noción constitutiva es considerar el sistema económico de libre mercado como condición necesaria para la existencia de una sociedad disciplinada - aunque no repressiva -. La concepción generadora de esta idea es la representación ideal del mercado como lugar de convergencia y compatibilización global de innumerables decisiones individuales.[12] (CANITROT, 1981)

Canitrot (1981) acreditava também que uma sociedade de “livre mercado” daria as condições para a implementação de uma sociedade “disciplinada”. Mas a um liberal que defende uma sociedade “disciplinada” valeria a pena perguntar, o que seria uma sociedade “disciplinada”? O que seria “ordem” para um liberal? Ao admitir os objetivos de disciplinamento da política econômica da Junta Militar, Canitrot (1981) reconhecia a ofensiva do neoliberalismo sobre as classes populares, além do fato de que “disciplinamento”, para os pensadores liberais, era a ideia de os mais poderosos terem liberdade de obterem maior renda às custas dos mais pobres, na qual o governo não deveria atender às demandas dos mais pobres. Ou seja, a ideia de Canitrot praticamente apontava que o neoliberalismo teve sucesso em conseguir a submissão das classes populares.

Outro ponto abordado por Canitrot é sobre o papel exercido pelo plano neoliberal sobre a indústria nacional. Canitrot (1981) abordou também sobre o fato de a abertura econômica ter exercido um papel disciplinador inclusive na indústria nacional. Ele também defende que a abertura econômica implementada logo após o golpe de 1976 foi uma maneira de permitir uma

---

[12] O trecho correspondente na tradução é: O plano econômico foi elaborado em resposta a esse projeto político. Sua noção constitutiva é considerar o sistema econômico de livre mercado como condição necessária para a existência de uma sociedade disciplinada - embora não repressiva. A concepção geradora dessa ideia é a representação ideal do mercado como lugar de convergência e compatibilidade global de inúmeras decisões individuais.

maior “eficiência”. Para Canitrot (1981), a liberação de tarifas alfandegárias também seria um meio de enfraquecer a indústria nacional, na qual, a partir dessas medidas, iria obrigar os empresários a depender menos do Estado. Além disso, a ideia de enfraquecimento da indústria nacional direcionaria também a um enfraquecimento de qualquer organização operária (CANITROT, 1981). Ou seja, mais uma vez, Canitrot apontava para um outro objetivo do enfraquecimento da indústria, no qual estava ligada também a um apego ideológico de uma lógica de diminuição do Estado e de favorecimento do capital financeiro.

Canitrot aponta qual era o propósito do programa neoliberal em relação à indústria nacional e às organizações operárias:

> La pecularidad de este procedimiento es que para disciplinar a la clase obrera es necesario previamente disciplinar a la classe empresaria. Esto no fue percebido sino tardiamente por los empresarios porque, en un principio, el gobierno se atuvo a las medidas represivas clásicas en estos casos de congelar salarios, prohibir protestas e intervenir las organizaciones sindicales. Sólo luego se comprendió que la prosecución del objetivo de disciplinamiento significaba uma revolución completa del modo de funcionamiento de la economía argentina. Con la aprtura del mercado interno se proyectaba la desaparición del convenio colectivo de trabajo y del poder sindical, pero junto con ellos, também, del sistema de privilégios del cual las empresas habíanse beneficiado em nombre de la industrialización.[13] (CANITROT, 1981)

Canitrot também tendia a superestimar demais o papel do plano neoliberal, embora, por um tempo, o modelo neoliberal tivesse um certo sucesso em desmantelar qualquer forma de organização das classes populares. No seu artigo, Canitrot omitia o papel da repressão militar sobre a população. As ideias de Canitrot expostas no seu artigo refletem muito bem o autoritarismo das classes conservadoras, que se recusavam a escutar e atender as demandas das classes populares, no qual os conservadores, sob a liderança de um grupo social poderoso como os militares, recorreram a meios terroristas para isolar as classes populares e avançar com os seus objetivos políticos, em que, nesse caso, o plano econômico teria também um papel fundamental. Em outra obra sua, *Orden Social y Monetarismo*, Canitrot (1983) menciona brevemente o papel dos militares na repressão às classes populares, mas, nesse caso, ele utiliza o argumento de “restauração da ordem”, no qual os militares alcançaram o seu objetivo de silenciamento da população.

---

[13] O trecho correspondente na tradução é: A peculiaridade desse procedimento é que para disciplinar a classe trabalhadora é necessário disciplinar previamente a classe empresarial. Isso só foi percebido tardiamente pelos patrões porque, inicialmente, o governo se ateve às clássicas medidas repressivas nesses casos de congelamento de salários, proibição de protestos e intervenção em organizações sindicais. Só depois se compreendeu que a busca do objetivo disciplinador significava uma revolução completa no modo de funcionamento da economia argentina. Com a abertura do mercado interno, projetava-se o desaparecimento do acordo coletivo de trabalho e do poder sindical, mas com eles, também, o sistema de privilégios do qual as empresas haviam se beneficiado em nome da industrialização.

Os pensadores liberais sempre reivindicavam uma narrativa de defesa da democracia liberal, mas, na verdade, o neoliberalismo não é democrático. Os próprios liberais-conservadores argentinos, que tinham ligações com os fundadores da corrente neoliberal como von Mises e Hayek, conforme mencionado acima, ansiavam por um governo autoritário para poder implementar a sua agenda política (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 50). O próprio Canitrot (1983) reforça a ideia de disciplinamento do plano neoliberal ao apontar o espírito autoritário dos liberais argentinos.

Já Santiago Gerchunoff aponta sobre as trajetórias políticas e acadêmicas dos principais pensadores do liberalismo conservador na Argentina e as suas ligações na política e na academia. Ele mencionava também as ligações de Ricardo Zinn com Martinez de Hoz. (GERCHUNOFF, 2020).

Embora o objetivo principal do artigo de Gerchunoff fosse o de apontar as trajetórias acadêmicas e políticas dos principais quadros do liberalismo argentino, ele também aponta para um dos objetivos, talvez o principal, do modelo neoliberal: o disciplinamento social. Os intelectuais liberais-conservadores apontados por Gerchunoff eram pensadores afeitos ao autoritarismo, e o próprio Adolfo Canitrot (1981) reconhecia também que os liberais-conservadores argentinos eram autoritários. Gerchunoff (2020) também aponta para a ideia de que a ditadura instaurada pela Junta Militar foi uma oportunidade para os liberais-conservadores poderem implementar o seu projeto autoritário de neoliberalismo, tanto no campo econômico como no campo social.

Ou seja, os liberais-conservadores tinham um objetivo político que, conforme aponta Gerchunoff (2020), vinha desde antes do golpe militar de 1976, no qual eles disputavam a hegemonia da narrativa dentro debate político. Havia, portanto, um desejo de tentar cooptar as classes conservadoras para um liberalismo mais radical, além de explorar o sentimento autoritário dos conservadores.

Outro autor argentino que também aponta para a ideia de disciplinamento do modelo neoliberal da Junta Militar foi Martín Schorr (2012). Em seu artigo, Schorr (2012) também aponta para esse objetivo de disciplinamento da política econômica e a sua necessidade da repressão. Schorr (2012) comenta também para as características do sindicalismo argentino, no qual o seu poder de mobilização incomodava os conservadores, e eles viam a necessidade de destruir os sindicatos.

Mas Schorr (2012) aponta diretamente também para o lado mais dramático desse disciplinamento do plano econômco, na qual ele menciona que esse plano precisava da repressão para que ele fosse implementado. Ou seja, o projeto de disciplinamento das classes

populares também envolveu não somente o Ministério da Economia e seus tecnocratas, mas o projeto neoliberal precisava dos torturadores, do Campo de Mayo[14] e da ESMA[15] para que, juntos, pudessem disciplinar a população (SCHORR, 2012), no qual Martín Schorr apontou neste trecho:

> El proyecto refundacional de la dictadura militar que vino a concretar esta transformación radical de la economía y la sociedad argentinas, la "restauración ortodoxa" de la que habla Ferrer (1989, apud Schorr 2012), fue impuesta mediante el disciplinamiento represivo de los sectores populares. La expresión más acabada del mismo son los 30 000 desaparecidos, la proliferación de campos de concentración, la complicidad empresarial en la represión em los lugares de trabajo (Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma, Mercedes Benz), la intervención de los sindicatos, el cercenamiento de conquistas laborales de larga data y la participación de importantes funcionários de muchas de las empresas de mayor envergadura del país en âmbitos estratégicos del aparato estatal (como el propio ministro de Economía, entre muchos otros cuadros orgánicos).[16] (SCHORR, 2012)

O objetivo disciplinador do projeto neoliberal da ditadura militar, de acordo com Schorr (2012), envolvia a indústria nacional. Schorr também foi um outro autor que também identificou os objetivos políticos dos liberais-conservadores em relação à indústria, que era visto com muita desconfiança por esse grupo. Schorr (2012) menciona também os mecanismos adotados pelo governo e pela equipe econômica para a indústria, na qual foi obrigada a competir com produtos importados, que, teoricamente, eram considerados de boa qualidade.

Mas, conforme apontado acima, Schorr (2012) também aponta a lógica política das medidas econômicas adotadas durante a ditadura militar, no qual a destruição da indústria nacional era um projeto político dos liberais-conservadores. Schorr (2012) aponta que esse objetivo envolvia gerar, de forma proposital, uma crise na indústria, para que postos de trabalho fossem fechados e que fosse criado também todo um ambiente de pressão sobre os empresários da indústria, que também eram vistos com muita desconfiança por esse grupo dos liberais-conservadores. Esse projeto de gerar crise na indústria nacional também fazia parte de um plano

---

[14] Quartel do Exército onde servia também como prisão e centro de tortura (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 154).

[15] Sigla que significa *Escuela de Mecánica de la Armada*. Era um quartel da Marinha argentina onde servia também como prisão e centro de torturas (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 154).

[16] O trecho correspondente na tradução é: O projeto refundador da ditadura militar que veio a materializar essa transformação radical da economia e da sociedade argentina, a "restauração ortodoxa" de que fala Ferrer (1989, apud Schorr 2012), se impôs por meio do disciplinamento repressivo dos setores populares. A expressão mais completa disso são os 30.000 desaparecidos, a proliferação dos campos de concentração, a cumplicidade empresarial na repressão no local de trabalho (Acindar, Astarsa, Dálmine Siderca, Ford, Ledesma, Mercedes Benz), a intervenção dos sindicatos, o cerceamento da conquistas trabalhistas de longa data e a participação de importantes dirigentes de muitas das maiores empresas do país em áreas estratégicas do aparelho de Estado (como o próprio Ministro da Economia, entre tantos outros quadros orgânicos).

de retaliação às classes populares, que envolveu também a política de contração salarial (SCHORR, 2012).

Mas Schorr (2012) não somente aponta para a ideia de disciplinamento, mas, também, defende que o modelo neoliberal tinha o objetivo político de “refundar” a sociedade argentina. Ideia que também é mencionada por Novaro e Palermo (2007), na qual é frequentemente citada no livro dos autores, sobre os objetivos de refundação do país através da política econômica.

Luís Alberto Romero (2006) foi outro autor a mencionar sobre o disciplinamento do projeto econômico neoliberal. Romero (2006), em seu livro, se concentrou mais em uma breve descrição do modelo neoliberal argentino, mas ele também expôs sobre as razões desse modelo ter sido criado e quais eram os seus objetivos. Romero (2006, p. 203) aponta que o endividamento e a concentração de renda foram os mecanismos ideais para que o projeto econômico neoliberal iniciasse uma política de disciplinamento.

Romero (2006, p. 196 – 205) apontou para as medidas mais duras do projeto neoliberal, como a política salarial, conforme apontado anteriormente, além das intervenções nos sindicatos. Romero (2006, p. 196 – 201), em seu livro, descrevia a ditadura militar e o seu projeto neoliberal de forma bastante enfática, na qual ele não hesitava em utilizar termos duros para descrever este período, como o termo “genocídio”, o que não deixa de ser verdade.

No entanto, além das razões ideológicas apontadas acima, a implementação de um programa neoliberal fazia parte de um novo modelo de acumulação do capital internacional. As ideias de Dumnénil e Lévy (2004), mencionadas acima, apontam para esse novo objetivo de acumulação em que priorizava o capital financeiro internacional. O neoliberalismo, com as suas altas taxas de juros, precisava de todo um suporte político para poder implementar uma maximização de lucros, e o enfraquecimento das indústrias foi uma consequência desse plano de priorização do setor financeiro (DUMÉNIL; LÉVY, 2004). No entanto, não se pode excluir também o sentido político em uma escala internacional, conforme apontado acima, na qual o neoliberalismo estava sendo considerado pelas potências ocidentais como uma ferramenta de exploração dos países periféricos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Havia uma busca pela “eficiência” na indústria, que, na verdade, não era um projeto de aperfeiçoamento nacional, mas era uma verdadeira guerra social dos conservadores contra as classes populares. Era uma guerra desigual, no qual os conservadores ocuparam o Estado e logo trataram de implementar um modelo econômico que eles acreditavam que iria levar o país a um novo estágio político.

A Junta Militar e os seus aliados liberais-conservadores lançaram também todas as bases de uma política de pressão aos empresários, pois o regime da Junta Militar, com a sua abertura

da economia e dentro de uma ideia de “estimular a eficiência”, impôs uma concorrência desleal aos empresários argentinos. Os liberais-conservadores culpavam os industriais por dar condições de os sindicatos crescerem nas indústrias, e eles queriam não somente destruir o ninho do sindicalismo, mas a política econômica foi um meio de punir os empresários industriais, pois além de o desenvolvimento da indústria nacional não ter feito parte dos planos dos militares e seus aliados, a indiferença do governo e o zelo ideológico condenaram a indústria, e privou o país de uma boa ferramenta para o desenvolivmento social.

A responsabilidade política por essa destruição da indústria e pelas dificuldades da população não recaía somente sobre os liberais do Ministério da Economia, mas recaia sobre os militares, que deram ampla confiança para que os liberais pudessem implementar essa política. Se para os militares, havia uma “guerra antisubversiva” que se extendeu sobre a população, a política econômica foi um outro braço dessa guerra, na qual tinha um forte teor social.

Portanto, o modelo neoliberal argentino, com todo um sentido adotado de uma luta dos ricos contra os pobres, foi um ato de loucura das classes conservadoras. Loucura pelo fato de que, por um simples apego ideológico, eles se propuseram a destruir um importante setor da economia nacional. Apesar de o enfraquecimento da indústria nacional ter gerado consequências negativas para o país, no qual desgastou, até mesmo, o capital político que os militares havia conquistado inicialmente, esse plano fazia parte da nova lógica de acumulação de capital imposta pelo capital financeiro, e também fazia parte da nova fase imperialista ocidental, na qual a elite liberal argentina aceitou implementar esse projeto imperialista. No entanto, não se pode ignorar que a loucura da elite liberal em aliança com os militares, na ânsia de castigar a população, levou ao desaparecimento e assassinato de milhares de argentinos, além de ter levado o país à uma crise que iria perdurar durante muitos anos.

3.7 **Os objetivos políticos do programa econômico neoliberal**

Conforme mencionado acima, Braulio Rojas (2013) comenta acerca do compromisso ideológico do neolieralismo, na qual é uma corrente de pensamento econômico altamente ideologizada, no qual o objetivo dos seus adeptos é não somente a implementação de um modelo técnico, mas, também, de um modelo econômico que visa a objetivos políticos.

Novaro e Palermo (2007, p. 44 – 67) escreveram sobre os objetivos políticos do plano econômico implementado durante a ditadura militar. Para eles, este plano tinha um forte sentido

político em que eles tinham o ambicioso projeto de "refundar" a sociedade através deste plano econômico. Novaro e Palermo (2007, p. 50) vão além na sua análise acerca dos objetivos políticos do programa econômico, na qual eles apontam para todo um sentido de disputa social da implementação do projeto econômico, no qual representou, para alguns setores das classes conservadoras, uma oportunidade de "vingança histórica" contra as classes populares por sua rebelião através do peronismo, e o trecho abaixo expõe essa ideia:

> Na verdade, disciplinar a sociedade rebelada desde o advento do peronismo tinha tanto de restauração da "segurança" e dos "valores nacionais" como de vingança histórica. Ela tomava corpo, não por acaso, no que era percebido como uma oportunidade única e que não se repetiria: a conjuntura de "refluxo" popular assinalada pela decomposição do governo de Isabel Perón, a impotência da democracia de partidos, o desconcerto das organizações populares diante dos resultados de suas próprias ações e da atividade da guerrilha; em suma, uma ocasião que não se podia deixar passar para extirpar pela raiz as condições "estruturais" que, se mantidas, dariam impulso, mais cedo ou mais tarde, a uma nova onda populista ou a algo ainda pior. (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 50)

Novaro e Palermo (2007, p. 49 – 50) apontam também que um dos motivos para levarem as classes conservadoras a nutrirem uma desconfiança em relação à indústria nacional era o fato de muitos deles acreditarem que a indústria era uma espécie de "berço da subversão". Essa crença na ideia de a indústria ser uma base de atuação política dos sindicatos organizados reforça a ideia de que um dos objetivos do enfraquecimento da indústria era para isolar e destruir um determinado grupo político. Além dos compromissos da elite liberal com o capital financeiro internacional que resultou na decadência do setor manufatureiro.

Portanto, um dos objetivos dos militares durante a ditadura militar era o de criar as condições para que, futuramente, eles pudessem criar um regime de democracia tutelada. O modelo neoliberal serviria para instaurar as bases de "uma nova sociedade", no qual eles desejavam o desmantelamento das organizações representativas das classes populares. Depois de terem isolado o suficiente os trabalhadores, eles poderiam implementar um projeto de "abertura democrática" para decidir quem teria o direito de participar da vida política ou quem estaria excluído da vida política (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 222 – 223).

Uma parcela dos militares pôs grandes expectativas sobre o projeto econômico neoliberal, no qual eles esperavam, finalmente, desmantelar qualquer organização política que enfrentasse os conservadores. Mas o próprio projeto econômico, que visava a um objetivo de "refundação", logo viria a atrapalhar os objetivos políticos dos militares. As dificuldades que o projeto neoliberal impôs à população, o enfraquecimento da indústria e, até mesmo, a oposição interna entre setores das próprias Forças Armadas levaria a um desgaste da própria política

econômica, e a própria ferramenta política representada no projeto econômico se desgastou rapidamente ao longo do governo de Videla (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 218 – 286).

Toda a intenção do governo perante a indústria nacional argentina foi exposta neste trecho de Martín Schorr:

> Como apuntan Azpiazu y otros (2004, apud Schorr, 2012), esta búsqueda por refundar estructuralmente al capitalismo argentino debía basarse en un estricto control sobre el aparato estatal que posibilitara avanzar en forma simultánea sobre múltiples direcciones (fuertemente relacionadas entre sí): la recomposición de la dominación social mediante el disciplinamiento de, fundamentalmente, la clase trabajadora y los estamentos empresários de menores dimensiones (o los menos "eficientes" en términos internacionales desde el punto de vista de quienes abrevaban en la ortodoxia monetarista tan difundida en esos años); la redistribución regresiva del ingreso generado en el país; la redefinición del accionar estatal; la modificación de la estrutura productiva, y, en suma, la reversión de la dinámica sustitutiva en el plano económico-social.[17] (SCHORR, 2012)

A característica mais intrigante deste projeto de destruição da indústria dos liberais-conservadores foi a disposição deles em enfraquecer a indústria, a ponto de uma quase destruição, somente para destruir o peronismo. O objetivo final, praticamente, era a destruição do peronismo. Portanto, o autoritarismo das classes conservadoras na Argentina era tão alto, que levou eles a assumirem um ato de loucura ao planejar e implementar um projeto de destruição gradativa da indústria nacional pelo simples fato para tentar isolar as classes populares e o peronismo.

Além disso, o projeto de desmantelamento da indústria interessava à uma parcela dos militares, pois com as classes populares isoladas no cenário político, por meio da repressão e da implementação do plano econômico, esse projeto facilitaria o projeto político de criar uma futura democracia tutelada. Os próprios militares registraram que um dos seus objetivos políticos seria a de realizar uma abertura política, mas sob o controle das Forças Armadas, na qual eles decidiriam quem teria o direito de participar ou não da vida política (ARGENTINA, 2014c, p. 284 – 287). Sem uma organização política para defender os interesses da classe trabalhadora, o plano econômico poderia agir através do medo do desamparo dos trabalhadores. Embora o desemprego fosse vetado, a repressão tinha todos os meios de complementar este trabalho de isolamento das classes populares do debate político. O autoritarismo das classes

---

[17] O trecho correspondente na tradução é: Como apontam Azpiazu e outros (2004, apud Schorr, 2012), essa busca por refundar estruturalmente o capitalismo argentino deveria se basear em um controle estrito sobre o aparato estatal que permitisse avançar simultaneamente em múltiplas direções (fortemente relacionadas a cada outra): a recomposição da dominação social através do disciplinamento, fundamentalmente, da classe trabalhadora e das classes empresariais menores (ou as menos "eficientes" em termos internacionais do ponto de vista de quem bebeu da ortodoxia monetarista tão difundida naqueles anos); a redistribuição regressiva da renda gerada no país; a redefinição da ação do Estado; a modificação da estrutura produtiva e, em suma, a reversão da dinâmica substitutiva no plano econômico-social.

conservadoras se manifestava também neste projeto político, pois isso também significava a repulsa que havia nas classes conservadoras em debater e ceder em alguns pontos aos interesses das classes populares.

Mas, por ironia, o próprio projeto econômico neoliberal, por todas as consequências terríveis, se tornou o ponto fraco da ditadura militar (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 226 – 229). Aos que tinham margem para argumentar dentro de uma dura repressão, faziam do plano econômico a pauta favorita das discussões políticas internas, pois não se podia ignorar as ambições internas. A ditadura militar chegaria nos governos dos generais Viola, Galtieri e Bignone desgastada justamente devido às consequências das medidas econômicas implementadas. Galtieri tentou radicalizar o projeto neoliberal do regime, mas a realidade vivida pela população, na qual o capital político do regime se corroía intensamente, levou o próprio Galtieri a tomar uma decisão desesperadora, que foi iniciar um conflito com a Inglaterra por causa da questão das Ilhas Malvinas (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 539 – 603).

O projeto de democracia tutelada já estava condenado por causa do fracasso do modelo neoliberal, e a iniciativa de Galtieri de iniciar o conflito pelas Malvinas foi uma tentativa ousada e desesperada não somente para salvar o regime, mas para salvar, também, a "oportunidade histórica", conforme mencionam Novaro e Palermo (2007, p. 539 – 603). Porque a salvação do regime significaria também a salvação dos planos políticos e do modelo neoliberal. A derrota na Guerra das Malvinas somente foi a oficialização do fim da política econômica dos militares, porém as consequências dessa política seriam passadas para os governos seguintes (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 605 – 674).

Jorge Schvarzer (1996) também apontou para o autoritarismo das classes conservadoras, na qual a aplicação do plano econômico, elaborado e planejado pelos liberais-conservadores, somente foi possível graças ao autoritarismo. Um dos objetivos políticos apontados por Schvarzer (1996) consistia no mecanismo de poder criado a partir da implementação do plano neoliberal. A política econômica da ditadura militar passaria a priorizar o setor financeiro, pois este mesmo setor passaria a obter um excessivo poder, ao ponto de diminuir qualquer margem de decisão política dos futuros presidentes (SCHVARZER, 1996). Conforme apontam também Novaro e Palermo (2007, p. 221), o regime militar lançou as condições para que o seu modelo neoliberal se tornasse irreversível. A série de empréstimos obtidos pelo governo argentino com os bancos internacionais deram as condições políticas para que os bancos impusessem a sua vontade política sobre o governo. Ou seja, para o governo poder sustentar toda a sua máquina administrativa, ele poderia recorrer a novos empréstimos, porém o setor financeiro ganhou um excessivo poder político, porque eles passaram a impor condições para liberar novos

empréstimos, no qual o governo precisava conquistar um consenso do mercado, ou seja, o governo precisava seguir o modelo econômico que o mercado financeiro queria impor. As medidas adotadas pelo governo levaram à uma dependência política do país ao sistema financeiro internacional, em que as negociações estariam condicionadas à uma disposição de seguir os ditames dos bancos.

Luis Alberto Romero (2006) também expõe pontos acerca do objetivo político do projeto neoliberal. Romero (2006, p. 210), que fez uma exposição bastante enfática, descreveu o próprio Martinez de Hoz como um "ditador da economia", no qual foi fundamental a violência para a expansão dos seus planos. Romero (2006, p. 208 – 212) sempre enfatizou a questão da violência como a grande aliada do projeto econômico neoliberal, na qual ele, corretamente, apontava para a existência de um Estado terrorista que, com todo o autoritarismo, realizava as mais cruéis técnicas para subjugar e controlar a sociedade.

Um outro objetivo político do regime militar e do seu programa econômico foi o de moldar a mentalidade da população. Sebastián Barreneche (2020) é um autor que, em seu artigo, aponta que o neoliberalismo, além de ser um conjunto de ideias econômicas, tem por objetivo também em criar uma "cultura neoliberal", ou seja, moldar a mentalidade coletiva com os novos valores vindos dessa corrente econômica.

Os liberais-conservadores, ao elaborar o projeto econômico neoliberal, desejavam não somente introduzir um modelo econômico, mas, também, subjugar a sociedade através do seu modelo econômico autoritário, conforme apontado acima. Mas apesar dos ataques do modelo neoliberal, o projeto não foi bem sucedido em moldar uma nova mentalidade, pois todo o custo imposto ao país logo fez com que o projeto econômico neoliberal fosse rapidamente rejeitado, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 420 – 436).

O que realmente moldou a mentalidade da população, por um certo tempo, foi a dura repressão empreendida, na qual, realmente, diminuiu bastante qualquer margem de manobra política das classes populares, além de impor o medo. Conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 138 – 144), o medo realmente foi o elemento psicológico, por diversos meios de tortura, que paralisou a sociedade.

Para alcançar o projeto político de uma democracia tutelada, os militares acreditavam que a sua política econômica logo moldaria e fundaria uma nova sociedade, na qual os peronistas estariam isolados e, talvez, com todo o movimento peronista destruído. Eles acreditavam que os seus planos para a economia, conforme apontaria Novaro e Palermo (2007, p. 427 – 428), não somente enfraqueceria os mecanismos de atuação política das classes populares, como moldaria o comportamento das classes populares.

A fabricação de uma nova mentalidade passava pela imposição de novos valores, na qual o absurdo seria normalizado. Ou seja, conforme aponta Barreneche (2020), a cultura neoliberal tem por objetivo em impor valores na sociedade, na qual qualquer senso de solidariedade deve ser desencorajado, e uma cultura da ganância e da indiferença perante o sofrimento seriam os novos valores dessa sociedade, conforme aponta o trecho abaixo de Barreneche.

> Llevando el argumento un paso más allá, y también apoyándose en el concepto de 'gubernamentabilidad' de Foucault, Patricia Ventura (2012, apud Barreneche, 2020) argumenta que actualmente se puede hablar de uma cultura neoliberal, consistente en uma 'estructura de sentimiento' articulada em torno a una ideología, una racionalidad y una perspectiva económica específicas, todas ellas atravesadas por el valor supremo de la libertad, entendida no solamente en el sentido de no interferencia en nuestro campo de acción, sino además como "influencia expresada a través de nuestras propias elecciones, a través de los modos en que nos manejamos" (Ventura, 2012: 4, apud Barreneche, 2020). Este tipo de cultura habría surgido en la década de 1990 con el fin de la Guerra Fría, cuando el capitalismo estadounidense logra consolidarse, expandirse y, paso a paso, imponerse como 'el sentido común' a nível global. Poco a poco, la vida cotidiana de los individuos a lo largo y ancho del mundo se ve impactada por los principios que rigen esta 'cultura', lo que conduce a que haya cambios en "el nivel de la experiencia social, el afecto, los significados y los valores" (Ventura, 2012: 3, apud Barreneche, 2020). Para Ventura (2012: 23, apud Barreneche, 2020), la ganancia, la productividad y la desigualdad se convirtieron en el estándar político y moral de esta cultura.[18] (BARRENECHE, 2020)

E a fabricação de uma nova mentalidade também era um dos objetivos políticos dos militares argentinos, na qual o projeto econômico neoliberal seria uma ferramenta perfeita, além do fato de que as classes conservadoras estariam diante de uma oportunidade da qual eles não queriam desperdiçar.

Dentro da ideia de Barreneche (2020), na qual ele descreve sobre os valores do neoliberalismo. O projeto de democracia tutelada passava pela formação de uma nova mentalidade. Uma cultura de competitividade seria estimulada, além do fato de a deslealdade e a falta de solidariedade seriam valores dessa nova sociedade. Com a normalização da indiferença e da insensibilidade, poderia se instaurar um meio em que qualquer contestação às

---

[18] O trecho correspondente na tradução é: Levando o argumento um passo adiante, e apoiando-se também no conceito de 'governança' de Foucault, Patricia Ventura (2012, apud Barreneche, 2020) argumenta que atualmente se pode falar de uma cultura neoliberal, constituída por uma 'estrutura de sentimento' articulada em torno de uma ideologia, uma racionalidade e uma perspectiva econômica específica, todas elas atravessadas pelo valor supremo da liberdade, entendida não apenas no sentido da não interferência em nosso campo de ação, mas também como "influência expressada através de nossas próprias escolhas, por maneiras como lidamos com nós mesmos" (Ventura, 2012: 4, apud Barreneche, 2020). Esse tipo de cultura teria surgido nos anos 1990 com o fim da Guerra Fria, quando o capitalismo americano conseguiu se consolidar, expandir e, passo a passo, se impor como "senso comum" em nível global. Aos poucos, o cotidiano dos indivíduos em todo o mundo é impactado pelos princípios que regem essa 'cultura', o que leva a mudanças no "nível de vivência social, afeto, significados e valores" (Ventura, 2012: 3, apud Barreneche, 2020). Para Ventura (2012: 23, apud Barreneche, 2020), lucro, produtividade e desigualdade tornaram-se o padrão político e moral dessa cultura.

injustiças seria desencorajado, e as injustiça social seria algo inconveniente de se debater. O projeto de implementação de democracia tutelada passava pelo isolamento do peronismo, e a implementação de uma “cultura neoliberal” seria fundamental para conduzir a população ao esquecimento do peronismo.

Gabriela Águila (2014) é uma outra autora que faz uma ligação entre a psicologia e os atos dos militares durante a ditadura. Porém, Águila (2014), em seu artigo, se concentra nas dinâmicas políticas da ditadura na cidade de Rosário, na qual ela aponta para as campanhas moralizadoras do regime. No entanto, os argumentos de Águila não podem ser desconsiderados ao observar que a ditadura militar tinha por objetivo também em moldar novos costumes e mentalidades. Todo esse esforço da Junta Militar em subjugar a população incluía uma campanha pública de disciplinamento da população, que convergia adequadamente com os propósitos políticos do regime. Águila (2014) apontou a ideia de que a ditadura militar se esforçou para moldar as decisões de todo o corpo social, através da vigilância e da repressão.

Portanto, embora o plano dos militares e dos seus parceiros liberais-conservadores fosse o de moldar uma nova sociedade e uma nova mentalidade através do plano neoliberal imposto, eles não foram bem-sucedidos nessa tarefa. O plano econômico do regime não conseguiu atingir o seu objetivo de criar uma nova mentalidade, pois o seu fracasso foi uma das principais causas da ruína do regime. Porém, o fracasso em criar uma cultura neoliberal impunha um sério problema para a Junta Militar, pois não se tratava somente do fracasso de uma pequena etapa política que poderia ser ajustada com uma outra ideia. O fracasso do programa neoliberal, em todos os seus objetivos, significou também o fracasso político do regime, pois, conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 429 – 431), os próprios militares argentinos depositaram uma excessiva confiança no projeto econômico neoliberal, ou seja, o neoliberalismo era um dos pilares da ditadura militar.

A violência do modelo neoliberal também pode ser descrita na forma como alterou a vida de uma grande parte dos cidadãos. O projeto econômico neoliberal levou à queda na qualidade de vida, além de ter diminuído o poder aquisitivo do cidadão assalariado. Essa mudança na vida cotidiana dos cidadãos também representou uma forma de violência direta do plano econômico neoliberal. As incertezas de um tempo de crise levariam certamente à uma queda na qualidade de vida.

Mas a violência psicológica poderia ser exercida não somente por meio dos desaparecimentos e da falta de notícias que angustiava os familiares de um desaparecido. Ao normalizar uma situação absurda e ao tentar impor os valores do neoliberalismo, o regime

tentava até mesmo deformar o caráter da população. O regime acreditava que uma nova realidade conduziria na adoção de novos valores.

Os liberais argentinos não escondiam o seu autoritarismo, pois um projeto tão impopular como era o programa econômico do regime e a forma como ele foi implementado geraria custos políticos sérios para qualquer político que atuaria dentro do jogo democrático. Mas o modelo neoliberal impôs um custo político até mesmo para um governo ditatorial extremamente violento, no qual foi inevitável que houvesse vozes contestadoras contra o regime.

3.8 **Por que o governo da Junta Militar era neoliberal?**

Ao implementar o projeto neoliberal, a Junta Militar acreditava que o seu modelo econômico tinha o poder de remodelar o país, e eles esperavam que, com o modelo neoliberal, eles pudessem criar uma nova mentalidade na Argentina. A ditadura inaugurada em 1976 oferecia todas as condições para a implementação do neoliberalismo, pois havia todo um aparelho repressor que serviu para silenciar e, principalmente, amedrontar a sociedade. A Junta Militar utilizou toda a estrutura das Forças Armadas sobre os cidadãos, na qual incluía todos os tipos de tortura, física e psicológica (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 138 – 150).

A Junta Militar, conforme mencionado acima, tinha o seu projeto político, no qual o campo econômico era uma etapa fundamental, se não a mais importante, deste projeto. O zelo ideológico dos implementadores da nova política econômica consistiu na renúncia do Estado à fiscalização das atividades econômicas e como promotor do bem-estar social da população.

A postura da Junta Militar diante da crise da indústria também é um demonstrativo do quanto o governo estava comprometido ideologicamente com a implementação do modelo neoliberal. Tanto o governo como o Ministério da Economia tentou justificar a sua postura perante a indústria como uma tentativa de “estimular a eficiência”, e o governo e o Ministério da Economia não fizeram muitos esforços para amenizar a situação de crise da indústria. Qualquer medida para tentar salvar a indústria da sua crise ou para amenizar a crise social seria vista como “desvio dos princípios do governo” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 468 – 538), pois seria visto também como uma medida intervencionista. A intenção de não tomar medidas intervencionistas era uma manifestação da fidelidade ideológica dos militares ao seu programa econômico, pois a salvação do que restava da indústria passava pelo rompimento desse modelo econômico.

A população também sentiu diretamente os efeitos da implementação do plano neoliberal do regime. O chamado “princípio de subsidiariedade” foi a base ideológica que o Ministério da Economia encontrou para desmantelar todas as políticas de bem-estar-social implementadas em governos anteriores. Dessa vez, com a instauração da ditadura militar, dava-se início a um período díficil para os argentinos, no qual os militares imaginavam que, dessa vez, se realizaria uma transformação radical do povo argentino. As medidas neoliberais, em seu conjunto, abalaram a qualidade de vida da população, em que, somado a repressão das Forças Armadas, transformou o Estado argentino em um Estado terrorista contra o seu próprio povo. Cuidar da população e promover o seu bem-estar é uma obrigação de um governante sensato, pois o desenvolvimento de um país também está ligado à essas tarefas.

Os neoliberais não levam em consideração o fato de que nem todos os indivíduos herdam ou conseguem obter recursos suficientes para prover as suas necessidades, na qual vários fatores como a falta de recursos financeiros e materiais levam uma pessoa à uma vulnerabilidade social. Justamente para evitar problemas que podem levar à consequências terríveis para a sociedade é que o Estado, como um ente forte, deve utilizar da sua força para tentar formar um país desenvolvido, no qual a promoção do bem-estar da população é um dos meios para se tentar alcançar um nível de alto desenvolvimento. Na Argentina, a ditadura militar introduziu um novo pensamento na forma como era administrado o Estado, no qual o Estado argentino, por meio da Junta Militar, renunciou à qualquer plano de desenvolvimento.

O governo da Junta Militar era um governo que não se importava com o bem-estar da população. A repressão do regime somada com o plano econômico foram fatores para a redução do bem-estar da população. Esses dois fatores foram a prova de que a Junta Militar se comprometeu politicamente com uma nova tendência global de acumulação de renda que aumentaria as desigualdades sociais. Além disso, sempre deve se destacar que a implementação do projeto econômico neoliberal fazia parte da disposição política dos liberais argentinos e dos militares em implementar os novos planos do capitalismo ocidental, além de o neoliberalismo, conforme apontado acima, ser a nova fase do imperialismo ocidental, em que as potências ocidentais explorariam com mais intensidade os países periféricos (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

A violência da ditadura militar até silenciou a população, mas não silenciou por muito tempo, porque justamente a maior esperança do regime para introduzir a “refundação” do país se tornou um pesadelo para o regime, pois foram inevitáveis as manifestações de insatisfação pela deterioração da qualidade de vida e dos salários. Essa grande esperança das classes conservadoras em destruir qualquer foco de oposição aos seus interesses se tornou a ruína do

seu ambicioso projeto de refundação do país, no qual, apesar do medo, a população argentina não se rendeu.

CONCLUSÃO

O estudo apresentado acima teve por objetivo apresentar uma descrição acerca do modelo econômico neoliberal implementado na última ditadura militar argentina (1976 – 1983), e também expor como que esse modelo econômico neoliberal agiu como uma ferramenta política das classes conservadoras. O plano econômico implementado foi também a manifestação do autoritarismo das classes conservadoras, que, nesse caso, eram representadas pelos liberais e os militares.

Dessa forma, conforme visto acima, os militares se dispuseram a implementar um modelo econômico neoliberal que resultou no empobrecimento gradativo da população, além do sério enfraquecimento da indústria nacional. O modelo neoliberal não foi somente uma política econômica, mas também uma política de poder das classes conservadoras, que, para isolar as classes populares, resolveram adotar medidas econômicas desastrosas.

Além disso, percebe-se que os primeiros anos da política econômica foram os de maior crueldade do regime, somado com um nítido medo imposto com os desaparecimentos de pessoas consideradas "inimigas" pelo regime, resultando na tentativa de silenciar a população, enquanto que as medidas econômicas eram implementadas sem contestação.

Mas as consequências da política econômica logo levantaram questionamentos políticos em relação aos militares, ao mesmo tempo que levariam à ruína do projeto "refundador", conforme apontam Novaro e Palermo (2007, p. 436 – 453). À medida que o modelo neoliberal exigia sacrifícios inaceitáveis da população e impunha sérias dificuldades no cotidiano, a classe política e alguns setores da sociedade viam no modelo econômico uma forma de questionar o regime da Junta Militar. Pode-se dizer que o fracasso do programa econômico foi um fracasso dos liberais e dos militares que acreditaram no regime. O modelo neoliberal do regime foi um malogrado programa econômico e, também, um fracasso político que praticamente arruinou o regime. A ânsia de conduzir o modelo neoliberal à uma radicalização levaria ao drama da Guerra das Malvinas (1982). Isso significou que um grupo de militares comprometidos ideologicamente usaram uma causa justa do povo argentino, que era a recuperação de uma parte ocupada do seu território, em uma ação desesperadora para salvar o regime.

As consequências da política econômica impuseram também uma pressão política aos militares, pois uma parcela da sociedade, inclusive das Forças Armadas, manifestava a sua insatisfação perante a política econômica. O fracasso dessa política expôs também as diferenças existentes dentro das Forças Armadas, e a tentativa de afrouxar o modelo neoliberal despertou

as ambições e as preocupações das figuras mais comprometidas ideologicamente com o modelo econômico.

No entanto, quem sofreu as consequências da política econômica do regime foi a população, pois o projeto econômico se refletiu na péssima qualidade de vida. A população era amparada por toda uma estrutura política que visava proporcionar o seu bem-estar e manter uma qualidade de vida decente. Toda essa estrutura política, montada desde os tempos do peronismo, foi desmantelada ou enfraquecida pelo regime da Junta Militar em nome de um compromisso ideológico com o modelo neoliberal, que exigia o enfraquecimento de toda essa rede de assistência social mantida pelo Estado.

O desmantelamento de toda uma estrutura política de amparo à população não foi o único objetivo perverso do programa neoliberal, pois o projeto político-econômico pretendia ainda estagnar os salários. Ou seja, o programa econômico do regime pretendia implementar uma política econômica que, propositadamente, iria reduzir o poder de compra do trabalhador, no qual levou à queda na qualidade de vida da população, pois, conforme apontado no segundo e no terceiro capítulos, a desvalorização do salário era a grande queixa da população.

Portanto, o plano econômico implementado pela Junta Militar não foi somente mais uma política econômica, mas uma política de poder. Esse foi um período oportuno para que as classes conservadoras implementassem um projeto de submissão e domínio das classes populares. Ou seja, as classes conservadoras, diante de todo o seu autoritarismo e recusa em atender as demandas das classes populares, desejava intensificar a sua exploração. O projeto econômico contava com duas ferramentas políticas, na qual, de um lado, havia a repressão generalizada e, do outro, o modelo econômico que deixava as classes populares em uma situação econômica vulnerável.

Portanto, o estudo expôs também a natureza do neoliberalismo, que é uma natureza desumana e que deforma uma sociedade. Além disso, o estudo também pretendeu participar do debate público sobre o neoliberalismo, no qual, em uma posição crítica à essa ideologia econômica, expôs não somente as medidas adotadas e a implementação do modelo neoliberal, mas também tratou de expor a natureza do neoliberalismo.

Dessa forma, deve-se compreender que o neoliberalismo não é somente uma filosofia econômica, mas um projeto de poder. Além disso, é fundamental para o neoliberalismo incutir uma cultura neoliberal que deforma e desumaniza uma sociedade. Apesar de a Junta Militar ter tentado impor uma nova mentalidade com o seu modelo neoliberal, a sociedade argentina e alguns de seus aliados mais fiéis, como a Igreja Católica, nunca aceitaram o modelo neoliberal, e, dentro dos limites, resistiam à essa tentativa de desumanização que o neoliberalismo insistia

em impor. A população também resistiu às tentativas neoliberais de destruição do país, no qual, mesmo sob o medo imposto pela Junta Militar, o povo argentino não se rendeu.

REFERÊNCIAS

ÁGUILA, Gabriela. Disciplinamiento, Control Social y "Acción Sicológica" en la Dictadura Argentina. Una Mirada a Escala Local: Rosario, 1976 – 1981. *Revista Binacional Brasil Argentina*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 211 – 239, jun. 2014.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANGELL, Alan. "Chile, 1958-C. 1990". In: BETHELL, Leslie (Org.). *Historia de América Latina 15. El Cono sur desde 1930*. Barcelona: Crítica, 2002.

AZPIAZU, Daniel *et al*., *El nuevo poder económico en la Argentina de los años ochenta*. *Edición definitiva*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

BARRENECHE, Sebastián Moreno. El Neoliberalismo como Norma Estándar del Sistema Internacional Contemporáneo. *1991. Revista de Estudios Internacionales*, Córdoba, v. 2, n. 1, p. 44 – 59, jan./jun. 2020.

BASUALDO, Eduardo M.; BARRERA, Mariano A. Las privatizaciones periféricas en la dictadura cívico-militar: el caso de YPF en la producción de petróleo. *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, v. 55, n. 216, p. 279 – 304, set./dez. 2015.

BESOKY, Juan Luis. Perón y la Triple A: ¿Una relación necesaria? In: VI JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 2010, La Plata. *Anais*... La Plata: UNLP, 2010.

BETHELL, Leslie; CASTRO, Celso. A Política no Brasil sob o Regime Militar, 1964 - 1985. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Volume X* : A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. São Paulo: Edusp, 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*: Ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 3 – 23, 1991.

CABRERA, Martín Leonardo. De Mayo a Mayo (1969 – 1973): Surgimiento y Proyección de las Guerrillas en la Argentina. *Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales*, La Plata, v. 7, n. 40, p. 402 – 416, 2010.

CANITROT, Adolfo. *Orden Social y Monetarismo*. Buenos Aires: Estudios CEDES, 1983.

CANITROT, Adolfo. Teoria y Practica del Liberalismo: Política antiinflacionaria y apertura económica en la Argentina (1976 – 1981). *Revista Desarrollo Económico*, La Rioja, v. 21, n. 82, p. 131 – 189, jul./set. 1981.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoconservadorismo com Roupagem Alternativa: A Nova CEPAL dentro do Consenso de Washington. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 26, n. 49, p. 133 – 161, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina.* São Paulo: Contexto, 2001.

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional*: O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE RIZ, Liliana; TORRE, Juan Carlos. Argentina, 1946 - C. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org,). *História da América Latina Volume X*: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. São Paulo: Edusp, 2018.

DI TELLA, Torcuato. *História Social da Argentina Contemporânea*. Brasília: FUNAG, 2017.

DOS SANTOS, Theotonio. O neoliberalismo como doutrina econômica. *Revista Econômica*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 119 – 151, 1999.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p.11-36, 2004.

FERRER, Aldo, *El devenir de una ilusión. La industria argentina: desde 1930 hasta nuestros Días*. Buenos Aires: Sudamericana, 1989.

FINCH, Henry. Uruguai, 1930 - C. 1990. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina Volume X*: A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. São Paulo: Edusp, 2018.

GERCHUNOFF, Santiago. Intelectuales neoliberales de la economía durante la última dictadura argentina: construcción de hegemonía en la formación de un nuevo régimen de acumulación (1976 – 1983). *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v. 55, n. 2, p. 207 – 239, 2020.

GONZÁLEZ CANOSA, Mora. “Libres o muertos, jamás esclavos”. Marxismo, peronismo y lucha armada: las Fuerzas Armadas Revolucionarias en la Argentina de los primeros setenta. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 22, p. 364 – 395, 2017.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo*: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*: O breve século XX 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEMOS, J. K.; PACHECO, C. C. As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 4, n. 2, p. 17-34, 7 abr. 2017.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina (1976 – 1983):* Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EdUSP, 2007.

OSUNA, María Florencia. “Las políticas de Seguridad Social durante la última dictadura militar argentina (1976-1983). Análisis de la dinámica de oposición y consenso en torno a una conflictiva trama de actores estatales y corporativos”. In: VI JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES, INSTITUTO DE INVESTIGACIONES GINO GERMANI, UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES, 2011, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: UBA, 2011.

PALACIOS, Ariel. *Os Argentinos*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

PINEAU, Pablo. “Reprimir y discriminar. La educación em la última dictadura cívico-militar em Argentina (1976-1983)”. *Educar em Revista*, Curitiba, n.51, 2014.

POZZI, Pablo A. Historia Oral y Estudio de la Guerrilla en la Argentina. *Revista Testimonios*, Córdoba, v. 2, n. 2, 2011.

POZZI, Pablo A. La guerrilla argentina y las masas: el ERP y su inserción. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 108 – 128, 2015.

PREBISCH, Raul. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

ROMERO, Luis Alberto. *História Contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

ROJAS, Braulio. Neoliberalismo y Dictadura: El conflicto entre ciudadania y totalitarismo económico. *Revista La Cañada: pensamiento filosófico chileno*, Santiago, n. 4, p. 105 – 135, 2013.

ROVERE, Mario. La Salud en la Argentina: Alianzas y Conflictos en la Construcción de un Sistema Injusto. *Revista La Esquina del Sur*, [S.l.], maio 2004.

SCHORR, Martín. La desindustrialización como eje del proyecto refundacional de la economía y la sociedad en Argentina, 1976 – 1983. *Revista América Latina en la Historia Económica*, Cidade do México, v. 19, n. 3, p. 31 – 56, set./dez. 2012.

SCHVARZER, Jorge. *La Industria que supimos conseguir*: Una historia político-social de la indústria argentina. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1996.

SCHVARZER, Jorge. La política económica como política de poder. In: QUIROGA, Hugo; TCACH, César (Org.). *A Veinte Años del Golpe*: con memória democrática. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1996. p. 107 – 122.

SEIA, Guadalupe. “El reformismo universitário entre la dictadura y la democracia. Un análisis del movimiento estudantil de la UBA entre 1976 y 1983”. *Cuadernos de Historia. Serie economía y sociedad*, Córdoba, n. 21, p. 165 – 200, 2018.

SEIA, Guadalupe. La dictadura contra la Reforma Universitaria. Orientación de la política universitária en la Universidad de Buenos Aires (1976-1983). *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, [S.l.], vol. 20, n.30, p. 193 – 216, 2018.

SEIA, Guadalupe. “La educación es un derecho, no un privilegio”: la lucha estudantil contra el arancel universitario durante la última dictadura em Argentina (1980 – 1983). *Revista Páginas*, Rosário, n. 30, 2020.

SERVETTO, Alicia. Memorias de intolerância política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). *Antíteses*, Londrina, v. 1, n. 2, p. 439 – 454, 2008.

SMOISMAN, Sara Lidia. “Reforma previsional en Argentina: ideologia o cambio de modelo de acumulación?”. In: IV JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, 2005, La Plata. *Anais*... La Plata: UNLP, FaHCE, 2005.

VENTURA, Patricia. *Neoliberal Culture. Living with American Neoliberalism*. Surrey: Ashgate, 2012.

VICENTE, Martín Alejandro. ¿La tercera fundación de la República? Ricardo Zinn y las lógicas de la transformación neoliberal em la Argentina (1975-1995). In: TRAYECTORIAS DE INTELECTUALES EN EL ESTADO: ACTAS DE JORNADAS DE DISCUSIÓN, 1., 2013, Los Polvorines. *Anais*... Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto del Desarrollo Humano, 2013.

VICENTE, Martín. Los intelectuales liberal-conservadores argentinos y la última dictadura: El caso de Ricardo Zinn. *Aletheia*, La Plata, v. 2, n. 3, nov. 2011.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

1. Jornais

Folha de São Paulo

ADIADA escolha do sucessor de Videla. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1978. Exterior, p. 9.

AGOSTI critica Martinez de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jan. 1979. Exterior, p. 14.

ALTA dos juros obriga o BC argentino a intervir. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 out. 1977. Economia, p. 15.

APÓS 6 meses, uma lenta recuperação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 set. 1976. Exterior, p. 16.

APÓS 7 anos, empréstimo à Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 set. 1977. Exterior, p. 24.

ARGENTINA: mortes, prisões e guerrilha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 1976a. Exterior, p. 12.

ARGENTINA aceita investigação sobre direitos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1978a. Exterior, p. 9.

ARGENTINA anuncia medidas de emergência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 maio 1978b. Economia, p. 27.

ARGENTINA desvaloriza o peso em 10 por cento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 fev. 1981. Exterior, p. 8.

ARGENTINA devolve postos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jun. 1977. Economia, p. 21.

ARGENTINA obtém US$ 1,3 bilhão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 out. 1976b. Economia, p. 17.

ARGENTINA rejeita o boicote. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jan. 1980. Exterior, p. 7.

ARGENTINOS criticam a política econômica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1981. Exterior, p. 6.

BANCO do Estado do Chaco, 14º do país, pede falência. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 mar. 1981. Exterior, p. 12.

BISPOS ligados ao regime criticam a política de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1978. Exterior. p. 9.

BORIN, Jair. A última corrida pela TV brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1980. Economia, p. 15.

CAEM as vendas para turistas argentinos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jul. 1980. Economia, p. 35.

CARLOS, Newton. A Argentina e o Chile buscam a URSS. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 jul. 1978a. Exterior, p. 8.

CARLOS, Newton. A Argentina sob pressões externas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 1977. Opinião, p. 2.

CARLOS, Newton. A política da bomba no regime argentino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1978b. Exterior, p. 9.

CARLOS, Newton. A Questão do Petróleo Argentino. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1976a. Opinião, p. 2.

CARLOS, Newton. Argentina aproxima-se do Kremlin. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 1979a. Exterior, p. 18.

CARLOS, Newton. Conflitos marcam o regime. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 out. 1980a. Exterior, p. 9.

CARLOS, Newton. Dois anos de regime sem rumo e sem apoio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 mar. 1978c. Exterior, p. 6.

CARLOS, Newton. Generais já disputam a sucessão argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1980b. Exterior, p. 10.

CARLOS, Newton. Mobilização civil na Argentina contra plano político dos militares. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1979b. Exterior, p. 14.

CARLOS, Newton. O "business" com Videla e Pinochet. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 1978d. Exterior, p. 26.

CARLOS, Newton. O peronismo volta ao poder na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1973. Exterior, p. 2.

CARLOS, Newton. Sinais de Rebeldia Operária na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 maio 1976b. Opinião, p. 2.

CARLOS, Newton. Uma guerra de atrito entre Perón e Lanusse. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1972. Exterior, p. 2.

CENTRAL Sindical pede união e ataca Martinez de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 nov. 1978. Exterior, p. 15.

COMISSÃO da OEA visita Cámpora em Buenos Aires. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 set. 1979. Exterior, p. 19.

CRÉDITO de emergência à Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1976. Economia, p. 45.

CRESCE comércio entre Moscou e Buenos Aires. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 jan. 1981. Exterior, p. 6.

CRÍTICAS a Videla por abandonar o diálogo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 1978. Exterior, p. 7.

CRÍTICAS de Massera à política de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 ago. 1977. Exterior, p. 10.

CRÍTICAS levam um assessor de Hoz a pedir demissão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1979. Exterior, p. 27.

CUSTO de vida sobe 8,8% na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1978. Exterior, p. 31.

DE FREITAS, Galeno. As dificuldades da "abertura" na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 mar. 1980. Exterior, p. 16.

DE FREITAS, Galeno. Inflação e crise institucional perturbam Videla. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 mar. 1979. Exterior, p. 27.

DE FREITAS, Galeno. O alto custo social de uma política econômica ortodoxa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1978. Exterior, p. 31.

DEL PICCHIA, Pedro. À procura de uma saída. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1978a. Exterior, p. 16.

DEL PICCHIA, Pedro. Argentina: as fórmulas de Hoz para a economia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 fev. 1978b. Exterior, p. 8.

DÓLAR fica estabilizado na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1981. Exterior, p. 6.

EM INFLAÇÃO, liderança é da Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jun. 1980. Economia, p. 6.

EMPRESA privada argentina otimista com novo governo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 abr. 1976. Exterior, p. 10.

EMPRESÁRIOS protestarão na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1981. Exterior, p. 7.

EMPRESÁRIOS tentam pacto com peronismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 fev. 1979. Exterior, p. 18.

ESPECULAÇÃO supera as exportações argentinas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 maio 1980. Nacional, p. 5.

EX-PRESIDENTE argentino critica Martinez de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1979. Exterior, p. 9.

GOVERNO ameaça deter líderes peronistas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 jan. 1979. Exterior, p. 6.

GOVERNO argentino aumenta os salários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1977. Exterior, p. 9.

GOVERNO argentino facilita entrada das multinacionais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1980a. Exterior, p. 10.

GOVERNO argentino intervém em três bancos privados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1980b. Exterior, p.12.

GOVERNO de Viola pode adotar o câmbio duplo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 mar. 1981. Economia, p. 31.

GREVE em empresa argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 nov. 1977. Exterior, p. 11.

GREVE parcial na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1979. Exterior, p. 9.

HOZ diz que não aumenta os salários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 fev. 1979. Exterior, p. 12.

HOZ reafirma sua política. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 out. 1978. Exterior, p. 10.

INFLAÇÃO não afeta turismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1979. Exterior, p. 11.

INTENSIFICA-SE monopolização na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1980. Exterior, p. 8.

ISABELITA, em prantos, anunciou a morte de seu marido. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 jul. 1974. Exterior, p. 3.

JORNAL argentino teme aproximação com o Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 1980. Nacional, p. 6.

JUNTA concederá anistia parcial ainda este ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1977. Exterior, p. 10.

JUSTIÇA nega libertação de Isabel Perón. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1980. Exterior, p. 8.

LABREVEUX, Philippe. Militares divididos, civis desamparados. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 fev. 1977. Exterior, p. 16.

MAIS uma bruxaria de Rega. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 jul. 1974. Exterior, p. 2.

MARTINEZ de Hoz indica novo secretário do Comércio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1977. Exterior, p. 10.

METALÚRGICOS fazem greve na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1980. Exterior, p. 7.

MILITARES proclamam os seus objetivos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 29 jun. 1966.

MINISTRO descarta a “competição desleal”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 maio 1980. Nacional, p. 6.

MONETARISMO na Argentina prosseguirá. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 abr. 1980. Exterior, p. 5.

MUDANÇAS de Hoz recebem críticas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 jul. 1980. Exterior, p. 10.

NA ARGENTINA; maioria prefere ficar em casa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 maio 1979. Exterior, p. 7.

NA PRESENÇA de Perón, a violência domina a festa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 maio 1974. Exterior, p. 2.

NOVOS conflitos na Argentina provocam a morte de 4 pessoas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 6, 30 maio 1969.

NOVOS incidentes durante a greve geral na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 31 maio 1969.

O NOVO presidente e seu "homem forte". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1966, p. 8.

ONGANIA toma posse hoje; em paz a Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 29 jun. 1966.

PARTIDÁRIOS de Frondizi acusam Martinez de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 set. 1976. Exterior, p. 9.

PARTIDOS da Argentina se rearticulam. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 maio 1979. Exterior, p. 13.

PERONISTAS rearticulam sindicatos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1980. Exterior, p. 6.

PIB ARGENTINO cai 4 por cento. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1978. Exterior, p. 9.

POLÍTICA econômica de Hoz é nefasta, diz ex-ministro. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1980. Exterior, p. 8.

PROSSEGUE a greve no porto de Buenos Aires. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jul. 1978. Exterior, p. 18.

ROSSI, Clóvis. Argentinos exigem mudanças econômicas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1981a. Exterior, p. 10.

ROSSI, Clóvis. Empresariado discute a crise na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 dez. 1980a. Exterior, p. 13.

ROSSI, Clóvis. Empresários protestam na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 fev. 1981b. Exterior, p. 17.

ROSSI, Clóvis. Imposto ao turismo gera apreensão na Argentina. *Folha de São Paulo*, 10 jan. 1981c. Exterior, p. 6.

ROSSI, Clóvis. Novos obstáculos ameaçam abertura política argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1980b. Exterior, p. 5.

ROSSI, Clóvis. O governo Viola já nasce sob pressões. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1981d. Exterior, p. 8.

ROSSI, Clóvis. Para argentinos, novo pacote é só um alívio parcial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1981e. Exterior, p. 10.

ROSSI, Clóvis. Resposta argentina à CIDH. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 maio 1980c. Exterior, p. 8.

ROSSI, Clóvis. Uma difícil situação econômica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 out. 1980d. Exterior, p. 12.

SEIS mil em greve na Argentina por maiores salários. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1976. Exterior, p. 10.

SINDICATOS contra política de Hoz. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 maio 1978. Exterior, p. 9.

SINDICATOS protestarão na Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jan. 1982. Exterior, p. 6.

SOB ameaças, argentinos mantêm greve. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 nov. 1978. Exterior, p. 12.

UMA MANHÃ de festa, antes da posse. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 maio 1973, Exterior, p. 2.

VIDELA: eliminar terror continua sendo prioridade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 set. 1976. Exterior, p. 16.

VIDELA faz pesquisa de popularidade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1977. Exterior, p. 12.

VIOLA admite recessão econômica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 jan. 1979. Exterior, p. 11.

VIOLA preocupa os empresários da Argentina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 20 out. 1980a. Exterior, p. 5.

VIOLA supera impasse e sucederá a Videla. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 out. 1980b. Exterior, p. 8.

Folha da Noite

CONSTITUÍDO ontem à noite o novo governo da Argentina. *Folha da Noite*, São Paulo, p.4, 14 nov. 1955.

DEVERÁ decidir hoje o Congresso argentino sobre anistia política e retorno de Perón. *Folha da Noite*, São Paulo, p. 3, 2 maio 1958.

O Estado de São Paulo

MARTINEZ, Hugo. A evolução da crise Argentina-Inglaterra. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 30 mar. 1982.

UM SONHO de 48 anos, nas mãos de Passarella. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 24, 27 jun. 1978.

2. Fontes Oficiais do Governo Argentino

Actas de la Dictadura

ARGENTINA. Ministério de Defesa. *Actas de la Dictadura*: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. 1. ed, t. 1. Buenos Aires, 2014a.

ARGENTINA. Ministério de Defesa. *Actas de la Dictadura*: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. 1. ed, t. 2. Buenos Aires, 2014b.

ARGENTINA. Ministério da Defesa. *Actas de la Dictadura*: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. 1. ed, t. 3. Buenos Aires, 2014c.

ARGENTINA. Ministério da Defesa. *Actas de la Dictadura*: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. 1. ed, t. 4. Buenos Aires, 2014d.

Información Económica de la Argentina

ARGENTINA. Ministério da Economia. *Información Económica de la Argentina*. n. 67-68. Buenos Aires, 1977.

ARGENTINA. Ministério da Economia. *Información Económica de la Argentina*. n. 88. Buenos Aires, 1978a.

ARGENTINA. Ministério da Economia. *Información Económica de la Argentina*. n. 90. Buenos Aires, 1978b.

ARGENTINA. Ministério da Economia. *Información Económica de la Argentina*. n. 115. Buenos Aires, 1981.

Legislação

ARGENTINA. Lei n° 20.748, de 12 de setembro de 1978. Dispõe sobre a política nacional de saúde. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 23 set. 1974.

ARGENTINA. Lei n° 21.778, de 14 de abril de 1978. Dispõe sobre as normas para contratos de risco. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 20 abr. 1978c.

ARGENTINA. Lei n° 21.809, de 5 de junho de 1978. Dispõe sobre as normas para a educação pública. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 9 jun. 1978d.

ARGENTINA. Lei n° 21.810, de 5 de junho de 1978. Dispõe sobre as normas para a educação pública. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 9 jun. 1978e.

ARGENTINA. Lei n° 21.902, de 31 de outubro de 1978. Dispõe sobre a revogação das leis de número 20.748 e 20.749. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 8 nov. 1978f.

ARGENTINA. Lei n° 22.207, de 11 de abril de 1980. Dispõe sobre as normas para o funcionamento da universidades. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 24 abr. 1980a.

ARGENTINA. Lei n° 22.269, de 16 de agosto de 1980. Dispões sobre as normas sobre as Obras Sociais. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 20 ago. 1980b.

ARGENTINA. Lei n° 22.293, de 29 de setembro de 1980. Dispõe sobre a supressão da contribuição patronal para a Previdência Social. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Buenos Aires, 6 out. 1980c.